

Arquitetura com Propósito:
O Impacto de ONGs na Transformação
Comunitária em Portugal
Helena Cardoso Viegas

M
2025



ARQUITETURA COM PROPÓSITO

O Impacto de ONGs na Transformação Comunitária em Portugal

Helena Cardoso Viegas

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

Orientação por Prof. Doutor José Alberto Abreu Lage
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2025

A prova pública de defesa da presente dissertação decorreu no dia 11 de novembro de 2025, no Auditório da Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Júri da Prova Pública de Defesa da Dissertação:

Presidente | Prof. Doutor Luís Sebastião da Costa Viegas

Arguente | Mestre Vitório Ribeiro Tavares de Vasconcelos Leite

Orientador | Prof. Doutor José Alberto Abreu Lage

O júri atribuiu a classificação final de 18 (dezoito) valores.

Notas prévias:

I. A presente dissertação de mestrado encontra-se escrita ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, salvaguardando as citações que utilizem o antigo acordo.

II. Todas as citações originalmente escritas em língua estrangeira foram livremente traduzidas pela autora para a língua portuguesa. O texto original encontra-se sempre em nota de rodapé.

III. No decorrer do texto, as expressões em itálico referem-se a palavras em língua estrangeira, títulos de obras, ONGs e conceitos relevantes.

IV. Recomenda-se a leitura e visualização do documento através da opção de *double-page*.

V. Para facilitar a leitura e consulta, o documento em formato digital apresenta um índice com *hyperlinks* que direcionam para os vários capítulos.

VI. As imagens apresentadas no trabalho foram redimensionadas, enquadradas e tratadas cromaticamente pela autora, relativamente às originais, para obter uma coesão gráfica.

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado é um projeto construído não apenas com palavras, mas com o apoio e generosidade de todos aqueles que cruzaram o meu caminho.

Ao professor e orientador Alberto Lage, pela confiança, dedicação e disponibilidade neste desafio e por acreditar que seria capaz. Agradeço todas as reuniões, conversas e por aceitar embarcar comigo neste projeto desde o primeiro minuto.

À *Just a Change* por despertar em mim a curiosidade. Às associações *Arquitectos sem Fronteiras Portugal*, *Locals Approach* e *Ensaio e Diálogos Associação*, por me mostrarem o lado mais humano e transformador da arquitetura e o poder da comunidade. Deixo o meu agradecimento à equipa de cada uma delas pela disponibilidade e contribuição para esta investigação.

Às instituições de ensino que tive a oportunidade de frequentar, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e *Sapienza Università di Roma*, por me permitirem descobrir novas formas de pensar, criar e viver a Arquitetura.

A todos os meus professores, por me tornarem na aluna e pessoa que sou hoje.

Aos meus pais, por me permitirem estudar e seguir os meus sonhos, pelo amor incondicional e por estarem sempre presentes.

À Bia, a minha eterna melhor amiga e irmã gémea, com quem tive e tenho a sorte de partilhar todos os momentos da minha vida.

Aos meus avós, por todo o carinho e histórias, e por me lembrarem da importância de estudar.

À restante família, por celebrarem cada conquista comigo e por estarem sempre presentes nos momentos mais importantes.

Aos meus amigos, que partilham a paixão pela arquitetura, pelas conversas intermináveis, e por tornarem esta jornada mais leve e divertida.

Às minhas amigas Catarina, Maria e Sara, que mesmo não percebendo muito de arquitetura, foram pilares fundamentais desde que as conheci.

A cada um que fez parte deste percurso, o meu mais sincero obrigada.

Palavras-chave:

ONGs
Arquitetura
Justiça Espacial
Participação Comunitária
Inclusão

Resumo

Com base numa experiência pessoal de voluntariado na área da reabilitação habitacional, a presente dissertação de mestrado centra-se na atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo da arquitetura em Portugal.

A partir da observação direta de realidades marcadas pela desigualdade no acesso a condições habitacionais dignas, surgiu a vontade de investigar de que forma a arquitetura pode, por meio da atividade destas organizações, contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade mais justa e participativa.

A investigação foca-se na análise de práticas que, através da arquitetura, promovem a melhoria das condições de vida, o envolvimento direto das comunidades nos processos de conceção e edificação, e o fortalecimento de laços sociais e de pertença ao território. Para tal, são analisadas três ONGs com diferentes escalas de intervenção, contextos geográficos e perfis de atuação, permitindo uma leitura abrangente e comparativa da realidade portuguesa.

Com base nesses casos, procura-se identificar os principais desafios enfrentados por estas organizações, as metodologias estabelecidas entre técnicos, voluntários e comunidades, e os impactos das suas ações.

Esta reflexão crítica permite explorar o potencial da arquitetura enquanto ferramenta de transformação social, destacando práticas que se afastam dos modelos tradicionais e que privilegiam abordagens colaborativas, inclusivas e orientadas para o bem comum.

Neste sentido, esta dissertação propõe-se a identificar as potencialidades e os limites da atuação das ONGs no contexto português, sublinhando o seu contributo para uma arquitetura mais ética, justa e centrada nas necessidades reais das pessoas.

Abstrat

Key-words:

Based on a personal experience of volunteering in the field of housing rehabilitation, this master's thesis focuses on the work of Non-Governmental Organisations (NGOs) in the field of architecture in Portugal.

From direct observation of realities marked by inequality in access to decent housing conditions, the desire arose to investigate how architecture can, through the work of these organisations, contribute to the development of a fairer and more participatory community.

The research focuses on analysing practices that, through architecture, promote the improvement of living conditions, the direct involvement of communities in the design and building processes, and the strengthening of social ties and belonging to the territory. To this end, three NGOs with different scales of intervention, geographical contexts and operating profiles are analysed, allowing for a comprehensive and comparative reading of the Portuguese reality.

Based on these cases, an attempt is made to identify the main challenges faced by these organisations, the methodologies established between technicians, volunteers and communities, and the impacts of their actions.

This critical reflection allows us to explore the potential of architecture as a tool for social transformation, highlighting practices that move away from traditional models and favour collaborative, inclusive approaches oriented towards the common good.

In this sense, this dissertation sets out to identify the potential and limits of NGO action in the Portuguese context, highlighting their contribution to a more ethical and fair architecture that is centred on people's real needs.

NGOs

Architecture

Spatial Justice

Community Participation

Inclusion

Lista de imagens

1. Trabalho voluntário realizado pela autora na associação *Just a Change*, Odemira, 2023
2. Delegados dos EUA enquanto Tom Connally assina a Carta da ONU, São Francisco, 26 de junho de 1945
3. Assembleia Geral da ONU, Paris, 21 de setembro de 1948
4. *Learning in Leh Workshop*, ASF-UK, Índia, 2011
5. *O Dom da Caridade*, Ferdinand Georg Waldmuller, 1850
6. Mapa mental *O que é uma ONG?*, 2024
7. *Construir comunidades no Brasil*, ASF-Uk, Salvador da Bahia, 2009-2010
8. *The Builders*, Jacob Lawrence, 1947
9. Voluntários a trabalhar na reconstrução de uma escola após um terramoto, *All Hands and Hearts*, EUA, 2020
10. *The Seven Acts of Mercy*, Pieter Brueghel II, após 1616
11. Eleanor Roosevelt a segurar cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nova Iorque, 1948
12. Casas de Pescadores, Póvoa de Varzim, 1900/1915
13. Manifestação nacional dos moradores contra o decreto que impede as ocupações, Porto, 17 de Maio de 1975
14. Fragmento da pintura *Christian deeds of mercy*, Pieter Aertsen, 1575
15. Helicóptero da marinha francesa e paraquedistas durante uma operação no Chade, Chade, 1971
16. Notícia de jornal sobre os *Architects Sans Frontières*, 1982
17. *Formation Habitat Indigne*, *Architects Sans Frontières Marseille*, 2019
18. *College Mixte Le Bon Berger in Haiti*, *Architecture for Humanity*, Haiti, 2012
19. Voluntários e operários da FAU, *Architectes de l'Urgence*, Haiti, 2025
20. Equipamentos de segurança de um projeto em Porto Rico, *All Hands and Hearts*, Porto Rico, 2023
21. Voluntários e Beneficiários em Porto Rico, *All Hands and Hearts*, Porto Rico, 2018
22. *Resilience by Design Workshop*, ASF-UK, Nepal, 2016
23. Assembleia Geral, Paris, maio de 1968
24. *Caminhando*, Lygia Clark, MoMA, Nova Iorque, 1963
25. Capa do livro *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, John F.C Turner, 1991
26. *Who Decides? Who Provides?*, TURNER, John F.C., *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars, 1991 (fig. 36, p.145)
27. John F.C. Turner a explorar as suas ideias sobre autogestão, Escola de Arquitetura de Valência, Valência, abril de 1980
28. *Escada da Participação* de Serry Arnstein, AIP Journal, 1969
29. Página 216 do texto *Escada da Participação*, AIP Journal, 1969
30. Guia para a organização de *ciudades jovens (pueblos jóvenes)*, s.d.
31. Multidão numa Reunião Comunitária, Texas, 1969

32. Manifestação dos moradores ligados ao SAAL/Norte, Porto, 25 de Janeiro de 1975
33. *Workshop* comunitário para desenvolver um Centro de Artes, Carolina do Norte, 1982-83
34. *Resilience by Design Workshop*, ASF-UK, Cartagena, 2015
35. Exposição do projeto *Palco + Galeria* da associação Rés do Chão, Lisboa, 2021
36. Esquema *Métodos de Participação*, 2025
37. Exposição do projeto *Praça* da associação Rés do Chão, Lumiar, 2023
38. Inquérito aos moradores, *Projeto Movimento Preserva Laboriaux*, Rio de Janeiro, 2015
39. Entrevista com moradores, associação Rés do Chão, Cascais, 2023
40. Conversa *Construindo a cidade coletivamente*, associação Rés do Chão, Lisboa, 2023
41. Sessão com jogo para cocriação de projetos e iniciativas, *Locals Approach*, Lisboa, 2017
42. *Change by Design Workshop*, ASF-UK, Quénia, 2011
43. *Brainstorming* do projeto *Change by Design*, ASF-UK, Londres, 2014
44. Esquema de *brainstorming* da estrutura de ação de uma ONG, 2025
45. *O Arquiteto (El arquitecto)*, Diogo Rivera, 1916
46. Arquitetos e utilizadores num *workshop* do atelier LOCAL, Barcelona, 2018
47. Voluntária a abraçar uma beneficiária, *All Hands and Hearts*, EUA, 2019
48. Voluntários durante a fase de limpeza e remoção de entulhos após um furacão, *All Hands and Hearts*, EUA, 2019
49. Apresentação aos moradores da maquete da operação SAAL no Pátio Vila Fernandes, Lisboa, 1976
50. *Divisor*, Lygia Pape, 1967
51. Várias gerações a puxar uma corda para limpar o terreno de árvores e produzir carvão de sobro para vender, operação SAAL no Bairro do Barateiro, Seixal, 1976
52. *A Alegria de Viver (Le bonheur de vivre)*, Henri Matisse, 1905-06
53. Esquema de *brainstorming* das metodologias de análise, 2025
54. Localização das atividades da *Locals Approach* em Portugal
55. Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013
56. Crianças na rua no projeto *25 de Abril*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013
57. Trabalhos de reabilitação do *Largo do Cantinho*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014
58. Depois do projecto de requalificação do *Largo do Cantinho*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014
59. Esquema feito pela autora da intervenção *2 de Maio Todos os Dias*, 2025
60. *Casa para Todos*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013
61. Localização das atividades da EDA em Portugal
62. Capa do livro *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*, Ensaios e Diálogos Associação, 2023

63. *Performance* para as crianças no projeto *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013
64. *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013
65. Reunião comunitária, Cova do Vapor, Setúbal, 2013
66. Esquema feito pela autora da intervenção *Casa do Vapor*, 2025
67. *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013
68. Localização das atividades da ASF-P em Portugal
69. Cartaz do curso *Arquitetura e Sociedade*, Porto, 2022
70. Fotografia da zona das Fontainhas onde se desenvolveu o trabalho, Fontainhas, Porto, 2022
71. Montagem de protótipos de mobiliário urbano, Fontainhas, 2025
72. Atividade lúdica de um mural a giz e água, Fontainhas, Porto, 2025
73. Esquema feito pela autora da intervenção *Arquitetura e Sociedade (2025)*, 2025
74. Montagem de protótipos de mobiliário urbano, Fontainhas, 2025
75. *Diagnóstico Territorial D' Ajuda*, Lisboa, 2016
76. *Skatepark* da *Casa do Vapor*, Setúbal, 2013
77. Lavadouro das Fontainhas, Porto, 2022
78. Reunião comunitária no Projeto *TransforMar*, Setúbal, 2017-18
79. Crianças numa atividade participativa do projeto “*Largo 13*”, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013
80. Grupo de estudantes do curso *Arquitetura e Sociedade*, Fontainhas, Porto, 2024
81. Crianças num processo participativo de sensibilização ambiental sobre a Cova do Vapor, Setúbal, 2017-18
82. Refeição comunitária da associação EDA, Cova do Vapor, Setúbal, s.d.
83. Refeição comunitária no projeto *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013
84. Moradores e membros da associação a conversar durante o projeto *Casa para Todos*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014
85. Moradores à volta da maquete do projeto *Largo do Cantinho, Locals Approach*, Lisboa, 2014
86. Diagrama de Venn *Participação nas três ONG*, 2025
87. Debate aberto sobre as propostas do projeto na Praça da Alegria, Porto, 2023

AHAH	All Hands and Hearts
AFH	Architecture For Humanity
ASF	Architects Sans Frontières
ASF - Int	Architecture Sans Frontières Internacional
ASF-P	Arquitectos Sem Fronteiras Portugal
ATL	Atividades de Tempos Livres
B2M	Bairro 2 de Maio
BIP/ZIP	Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa
CEE	Comunidade Económica Europeia
DGartes	Direção Geral das Artes
ECOSOC	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
EDA	Ensaio e Diálogos Associação
EUA	Estados Unidos da América
FabLab	Fabrication Laboratory (Laboratório de Fabricação)
FAU	Architectes de l'Urgence
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
INE	Instituto Nacional de Estatística
KPIs	Indicador-chave de desempenho
LED	Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz)
OES	Organizações da Economia Social
ONG	Organização Não Governamental
ONGA	Organização Não Governamental do Ambiente
ONGD	Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento
ONGPD	Organização Não Governamental da área da deficiência
ONU	Organização das Nações Unidas
OSFL	Organização Sem Fins Lucrativos
PS	Partido Socialista
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
Rede	Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLBC	de Lisboa
s.d.	Sem data
s.a.	Sem autor
3D	Três Dimensões

Agradecimentos	VI
Resumo Abstract	VIII
Lista de imagens	X
Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	XIII
Prólogo	1
Introdução	3
Enquadramento e Objeto Objetivos	3
Metodologia e Estrutura	4
 CAPÍTULO I Organizações Não Governamentais	 6
Definição e importância das ONGs	7
Origem e Desenvolvimento das ONGs	13
ONGs Internacionais no âmbito da arquitetura	17
 CAPÍTULO II Participação Comunitária	 24
A Participação	25
Participação em iniciativas comunitárias	31
Estratégias e metodologias participativas das ONGs	35
 CAPÍTULO III Estrutura de Ação das ONGs	 42
O Arquiteto	45
O Voluntário	47
O Utilizador	49
A Comunidade	51

CAPÍTULO IV Casos de Estudo	54
Metodologias de Análise	55
Locals Approach	57
Ensaios e Diálogos Associação (EDA)	61
Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (AFS-P)	65
 CAPÍTULO V Análise dos Casos de Estudo	 70
Impacto das intervenções em Portugal	71
Desafios e soluções	75
Efetividade da participação comunitária	79
 CAPÍTULO VI Discussão e interpretação dos resultados	 84
Síntese Crítica	85
Contribuições para o Desenvolvimento Comunitário	87
Estratégias de criação e atuação de ONGs no âmbito da arquitetura	89
 Considerações Finais	 91
 Glossário	 93
 Referências bibliográficas	 95
 Referências iconográficas	 100
 Anexos	 107



Prólogo

Num verão quente, entre telhados partidos e paredes expostas, descobri uma arquitetura que não se aprende nos livros, mas que vive nas mãos, nos gestos solidários e na urgência de um abrigo. Como voluntária na reabilitação de duas casas em situação de precariedade, encontrei mais do que estruturas danificadas: encontrei histórias, dignidades por reconstruir e territórios onde a arquitetura se manifesta de forma mais humana.

Foi nesse contexto que nasceu a inquietação que impulsiona esta investigação: a vontade de compreender como a arquitetura pode ser muito mais do que desenho e técnica. A experiência vivida no terreno revelou-me o valor de uma arquitetura feita em conjunto, construída com as pessoas, e não apenas para elas. Uma arquitetura que se faz de escuta, de presença, de comunidade. Um campo de ação onde as Organizações Não Governamentais assumem um papel fundamental, complementando o que o setor público muitas vezes não alcança.

Este trabalho parte dessa experiência e alarga o seu foco, procurando compreender de que forma ONGs que atuam na arquitetura, em Portugal, contribuem para o desenvolvimento de territórios mais justos, através de práticas participativas e colaborativas. Interessa-me refletir sobre metodologias, impactos e limites, mas também sobre o valor ético de uma arquitetura mais próxima das realidades humanas.

Enquadramento | Contexto

As desigualdades habitacionais continuam a marcar profundamente a sociedade contemporânea. Enquanto alguns desfrutam de condições de conforto e segurança, outros enfrentam condições habitacionais precárias.

É neste contexto que surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs) no âmbito da arquitetura, atuando muitas vezes de forma complementar aos mecanismos públicos e privados. Estas organizações desenvolvem projetos que, além de proporem soluções para problemas habitacionais, urbanos, sociais, culturais, de saúde, entre outros, promovem o envolvimento direto das comunidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e com oportunidades para todos.

A investigação foi motivada por experiências de voluntariado em projetos de reabilitação habitacional, que despertaram o interesse em compreender práticas semelhantes noutras organizações e avaliar o impacto real das suas intervenções.

Assim, este trabalho procura contribuir mais uma vez para o estudo sobre ONGs portuguesas de ação arquitetónica, identificando práticas, metodologias e impactos no desenvolvimento comunitário em Portugal.

Objeto | Objetivo

O objeto de estudo desta dissertação é a atuação de três ONGs portuguesas no campo disciplinar da arquitetura, com particular enfoque no impacto das suas intervenções na transformação comunitária. A seleção dos casos procurou refletir diversidade de contextos tipológicos, geográficos e de públicos-alvo.

O objetivo consiste em compreender de que forma estas organizações contribuem para o desenvolvimento comunitário em Portugal. Para isso, analisam-se as suas metodologias de intervenção, os desafios enfrentados, as interações estabelecidas e os impactos gerados nas comunidades onde atuam. Pretende-se, ainda, mapear áreas de atuação e estratégias utilizadas, abordando questões como a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social, o fortalecimento do sentido de comunidade e a participação ativa nos processos de conceção e construção.

A investigação procura, assim, oferecer uma leitura crítica das práticas destas ONGs, sublinhando o valor das abordagens participativas e colaborativas na promoção de um ambiente construído mais inclusivo e acessível.

Metodologia

A investigação combinou análise documental e cartográfica, entrevistas semiestruturadas a membros das organizações e o estudo de três casos concretos, permitindo articular fontes teóricas, práticas e testemunhais.

A pesquisa envolveu a consulta de relatórios, páginas web, fotografias, plantas e mapas, enquanto as entrevistas recolheram informações sobre experiências, desafios e impactos. Estes dois métodos foram cruzados com a observação dos resultados concretos dos projetos, de modo a identificar convergências e divergências entre os discursos institucionais e as evidências no terreno.

A avaliação da efetividade na participação e na transformação comunitária baseou-se em indicadores qualitativos, uma vez que os dados disponíveis provinham essencialmente da análise de documentos produzidos pelas próprias ONGs e das entrevistas realizadas. Foram considerados aspetos como o grau de envolvimento, as perceções de mudança comunitária e a correspondência entre as declarações oficiais e os efeitos práticos observados. Este cruzamento de fontes permitiu avaliar criticamente os impactos e a relevância das intervenções, reforçando a consistência da análise.

Estrutura

A presente dissertação organiza-se em seis capítulos, divididos entre um enquadramento teórico (nos três primeiros) e uma análise prática (nos três últimos), a partir de três casos de estudo em território português.

O primeiro capítulo apresenta uma abordagem teórica sobre as ONGs no âmbito disciplinar da arquitetura, abordando a sua definição, origem, evolução e alguns exemplos internacionais relevantes.

O segundo capítulo explora o conceito de participação comunitária, com base em autores como John F. C. Turner, Jeremy Till, Henry Sanoff, Jonathan Hill e Paul Jenkins, destacando-se as estratégias e metodologias adotadas por ONGs em contextos colaborativos.

O terceiro capítulo foca-se na estrutura de funcionamento das organizações, com enfoque nos principais atores envolvidos: arquiteto, voluntário, utilizador e comunidade, e nas dinâmicas estabelecidas entre eles.

O quarto capítulo introduz os três casos de estudo de ONGs em Portugal, analisando objetivos, metodologias e resultados, a partir de um projeto representativo de cada organização. O quinto capítulo aprofunda a análise destes casos, avaliando o impacto das intervenções, os desafios e a eficácia da participação comunitária.

Por fim, o sexto capítulo propõe uma leitura crítica dos resultados, identificando contributos para o desenvolvimento comunitário e sugerindo estratégias para a criação e atuação de ONGs no âmbito da arquitetura em Portugal.

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

“Quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa - salvar a humanidade.”

Almada Negreiros, A Invenção do Dia Claro, 1921

1.1 | Definição e importância das ONGs

2. Delegados dos EUA enquanto Tom Connally assina a Carta da ONU, São Francisco, 26 de junho de 1945



3. Assembleia Geral da ONU, Paris, 21 de setembro de 1948

Nota prévia:

O termo de Organização Não Governamental ainda não tem uma definição jurídica em Portugal, existindo apenas algumas denominações para subconjuntos dentro deste âmbito, como será desenvolvido neste capítulo. O termo ONG é assim muitas vezes usado de forma informal, incorporando a maioria das associações, fundações, IPSS, misericórdias e algumas cooperativas ativas no país.

Desta forma, como será explorado mais à frente, o conceito de ONG referido nesta dissertação abrange organizações sem fins lucrativos, autónomas do Estado e partidos políticos, dedicadas a promover o bem comum, com valores solidários sustentáveis e com impacto na comunidade.

Assim, apesar de apenas uma das associações portuguesas escolhidas se definir efetivamente como ONG, as outras duas foram consideradas, tendo em conta os tópicos referidos e analisados posteriormente, também como Organizações Não Governamentais.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel essencial em diversas áreas de intervenção, atuando em domínios muitas vezes não abrangidos pelo setor público ou empresarial. Promovem a equidade social, apoiando maioritariamente as comunidades mais desfavorecidas e marginalizadas, contribuindo para uma sociedade mais justa e com menos desigualdades socioeconómicas.

O termo *ONG* tem origem em 1945, na Carta das Nações Unidas, sendo que “a designação «Organização Não Governamental» foi atribuída a organizações internacionais não estatais que ganharam estatuto consultivo nas atividades das Nações Unidas.”¹

No entanto, definir o conceito de Organização Não Governamental de forma exata apresenta um desafio, dada a riqueza e diversidade dos movimentos e iniciativas que abrangem.

Embora existam características comuns, como a autonomia em relação ao Estado e o compromisso com causas sociais, ambientais ou culturais, “as *ONG* são um grupo extremamente diversificado de organizações, o que pode dificultar uma generalização significativa.”²

Em Portugal, a legislação não apresenta uma definição única e clara para o termo Organização Não Governamental.

No entanto, existem categorias específicas com estatuto jurídico reconhecido, como as Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA)³, entidades sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de defesa e proteção ambiental e do património natural e construído; as Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD)⁴, organizações que atuam na promoção do desenvolvimento e solidariedade internacional, em projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico; e as Organizações Não Governamentais da área da deficiência (ONGPD)⁵, que representam e defendem os direitos das pessoas com deficiência, a sua integração social e familiar e a sua valorização e realização pessoal e profissional.

A nível internacional, outros conceitos são frequentemente utilizados, como as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) e as Organizações da Economia Social (OES).⁶

¹ “(...) the designation ‘non-governmental organization’ was awarded to international non-state organizations which gained consultative status in UN activities.” LEWIS, David; KANJI, Nazneen (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Abingdon: Routledge. (p.8)

² “(...) NGOs are an extremely diverse group of organizations, which can make meaningful generalization very difficult.” *Ibidem*. (p.2)

³ Decreto-Lei n.º 35/98, de 18 de julho.

⁴ Decreto-Lei n.º 66/98, de 14 de outubro.

⁵ Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho.

⁶ CAMPOS, Raquel (coord.) (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (p.47)



4. Learning in Leh Workshop, ASF-UK, Índia, 2011

⁷ CAMPOS, Raquel (coord.) (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (p.47)

Na ausência de um conceito jurídico de ONG, é essencial construir uma designação para a presente dissertação. Para tal, considera-se o enquadramento das principais tipologias jurídicas já estabelecidas nacionalmente, bem como a análise do estudo *Diagnóstico das ONG em Portugal* (2015), que aprofunda a caracterização e o papel destas organizações no país.

Em primeiro lugar, uma ONG define-se através da leitura da sigla como entidade privada, o que significa que não pertence à administração pública, ou seja, é independente do Estado. No entanto, pode colaborar com os governos por meio de parcerias ou de financiamento, mantendo a autonomia, o que a distingue de entidades governamentais e de empresas públicas.

Um segundo critério é o carácter associativo, significando a ausência de fins lucrativos. Embora possa gerar receitas próprias no decorrer das atividades, os excedentes devem ser inteiramente “reinvestidos no cumprimento da sua missão, sem distribuição a dirigentes, a colaboradores, a utentes, ou a clientes”.⁷

A ONG deve ser organizada, registada e legalmente constituída, neste caso em Portugal, com personalidade jurídica de natureza civil e coletiva. Assim, diferencia-se por estar livre de conexões políticas, sindicais ou religiosas, focando-se exclusivamente em atividades de promoção do bem público e do bem-estar coletivo.

Segundo o *Diagnóstico das ONG em Portugal* a grande percentagem de ONGs portuguesas são designadas nos estatutos jurídicos por *associações de Direito Privado, sem fins lucrativos*, seguidas pelas associações de ereção canónica, isto é, organizações que “*embora tendo sido criadas ao abrigo do Direito Canónico, também estão sujeitas à lei civil pelo facto da sua atividade principal não ser de âmbito religioso (ex. serviços sociais).*”⁸

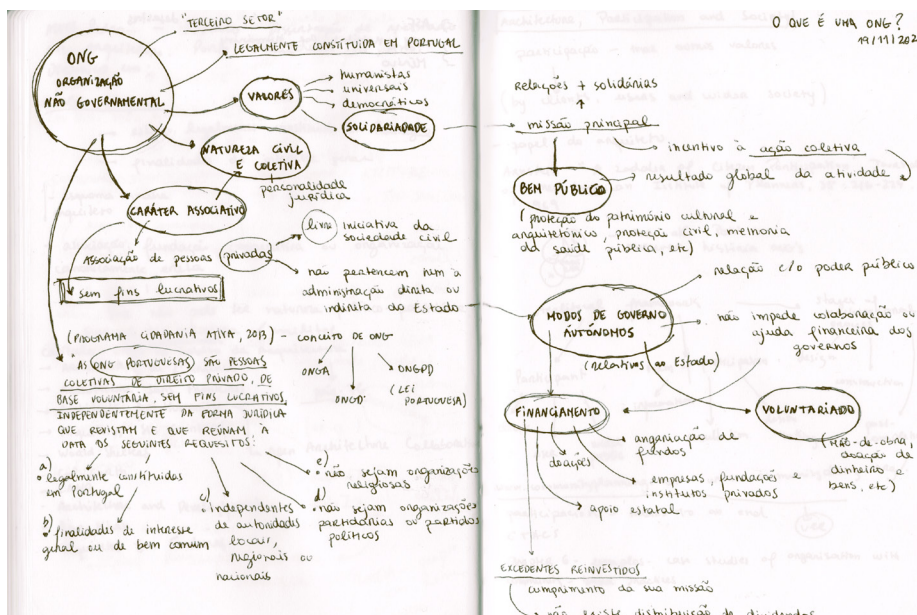
⁸ CAMPOS, Raquel (coord.) (2015) *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (p.121)

Estas organizações têm um compromisso ético e muitas vezes atuam em nome de valores universais, humanistas e democráticos. Neste sentido, incentivam ações coletivas para a construção de sociedades mais justas, solidárias e sustentáveis. Estas ações podem incluir áreas como a proteção ambiental, a cooperação para o desenvolvimento, a redução da pobreza, a defesa dos direitos humanos e a cidadania ativa, o combate à exclusão social, a promoção da educação e da saúde pública, a proteção do património cultural ou arquitetónico, etc.

O voluntariado também integra o desenvolvimento destas organizações, quer seja na forma de trabalho, ou através de doações monetárias. Frequentemente, os próprios membros dos conselhos de administração das ONG agem de forma voluntária, reforçando o caráter solidário.

Portanto, as ONGs impulsionam a transformação social, conjugando a sua autonomia e missão com a participação ativa dos cidadãos. Atuam em contextos locais e globais, adaptando-se às necessidades específicas das comunidades, promovendo uma visão inclusiva e participativa.

5. O Dom da Caridade, Ferdinand Georg Waldmüller, 1850



6. Mapa mental O que é uma ONG?, 2024

⁹ TILL, Jeremy (2011). *Spatial Agency: Other Ways of doing Architecture*. Londres, Nova Iorque: Routledge.(p.99)

7. Construir comunidades no Brasil, ASF-UK, Salvador da Bahia, 2009-2010



No contexto arquitetônico, as ONGs destacam-se na transformação de espaços e de comunidades. Aplicam a arquitetura como um instrumento de promoção do desenvolvimento social, da melhoria da qualidade de vida, da inclusão, respondendo maioritariamente a problemas da população mais desfavorecida.

As ONGs de arquitetura abrangem duas áreas principais: o socorro em situações de emergência e o desenvolvimento comunitário, sendo que várias operam nas duas simultaneamente.⁹

Outras áreas de intervenção destas organizações abrangem a habitação, a reabilitação do espaço público, a autoconstrução, a transformação de espaços coletivos e o planeamento urbano participativo, entre outras ligadas à inclusão social.

Uma grande percentagem de ONGs atua na arquitetura em situações de crise, desenvolvendo projetos e intervenções em cenários de guerra, desastres naturais, fenómenos climáticos extremos e outras emergências. São fundamentais na reconstrução e na reabilitação arquitetónica dos territórios afetados, oferecendo respostas rápidas às comunidades que perdem as suas habitações, infraestruturas e acessos a bens e serviços essenciais.

Outro campo de atuação de ONGs é a requalificação e regeneração urbana de áreas coletivas e comunitárias, frequentemente realizadas com a participação ativa da população na identificação de problemas e na construção de soluções, um processo que será detalhado mais adiante nesta dissertação.

8. The Builders, Jacob Lawrence, 1947





A revitalização desses espaços contribui para uma melhor infraestrutura local, fortalecendo o sentimento de pertença ao território e as relações de vizinhança e de comunidade.

9. Voluntários a trabalhar na reconstrução de uma escola após um terremoto, *All Hands and Hearts*, EUA, 2020

Assim, uma das contribuições mais significativas das ONGs na arquitetura é o trabalho desenvolvido com a participação ativa das comunidades, de modo a responder aos problemas identificados tanto pelos cidadãos, como pelas próprias ONGs.

Ao envolvê-los diretamente nos processos de tomada de decisões, planeamento e execução dos projetos, estas organizações asseguram que as soluções arquitetónicas estão verdadeiramente comprometidas às necessidades locais.

Independentemente da área de intervenção, as ONGs que atuam no âmbito da arquitetura e que incentivam a participação, desenvolvem projetos colaborativos que envolvem arquitetos, voluntários, moradores, associações locais e entidades públicas. Estes atores trabalham em conjunto no planeamento, projeto e construção de habitações, infraestruturas e espaços urbanos, promovendo soluções mais inclusivas e adaptadas às necessidades das comunidades.

Compreender a origem e o desenvolvimento histórico destas organizações é, portanto, fundamental para interpretar o seu papel atual e as dinâmicas que moldam a sua atividade.

1.2 | Origem e Desenvolvimento das ONGs

¹⁰ LE GOFF, Armelle (2005). *Os arquivos das ONG: uma memória a partilhar: guia prático em 60 perguntas*. (traduzido por Pedro Penteado com a colaboração de Maria Izabel Oliveira) Paris: ICA International Council on Archives. (p.2)

¹¹ LEWIS, David; KANJI, Nazneen (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Abingdon: Routledge. (p.30/31)

¹² David Lewis (1941-2001): filósofo americano

¹³ Nazneen Kanji (1952): cientista político

¹⁴ “The evolution of NGOs needs to be understood in relation to the history of state, against which NGOs define themselves.” LEWIS, David; KANJI, Nazneen (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Abingdon: Routledge. (p.45)

¹⁵ *Ibidem*. (p.31)

¹⁶ “For the first time, there was a forum in which it was recognized that the three sectors of government, business and community could usefully debate and influence international conventions (...)” *Ibidem*. (p.32)

A existência de organizações dedicadas ao bem-estar coletivo não é um fenómeno exclusivamente contemporâneo. Podemos traçar um paralelo com práticas que remontam à Antiguidade, como as “*sociedades de Beneficência e obras de caridade*”¹⁰. Os princípios que hoje definem as Organizações Não Governamentais, têm raízes em tradições mais antigas, como as de filantropia e de autoajuda. Estas ideias, baseadas na realização de ações em favor do próximo e do bem público, sempre existiram na maioria das sociedades, principalmente por meio de organizações locais e comunitárias, influenciadas pela tradição religiosa.¹¹

A relação entre o desenvolvimento das ONGs e a evolução do Estado é central para compreender o seu papel. Como sublinham os autores David Lewis¹² e Nazneen Kanji¹³ no livro *Non-Governmental Organizations and Development* (2009), “a evolução das ONGs deve ser compreendida em relação à história do Estado, contra o qual as ONGs se definem.”¹⁴ Este desenvolvimento destaca-se inicialmente no final do século XVIII, com o crescimento de associações temáticas dedicadas, por exemplo, à abolição do tráfico de escravos ou aos movimentos pacifistas.¹⁵

Em 1900, iniciam-se debates sobre os direitos laborais e o comércio livre, criando novos grupos, antecedendo o que atualmente se designa por ONG. Estas associações começavam-se a envolver cada vez mais no panorama político, sublinhando o seu papel durante a Liga das Nações (1919).

“Pela primeira vez, existia um fórum no qual se reconhecia que os três sectores - governo, empresas e comunidade - podiam debater e influenciar de forma útil as convenções internacionais (...)”¹⁶



10. *The Seven Acts of Mercy*, Pieter Brueghel II, após 1616



11. Eleanor Roosevelt a segurar cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nova Iorque, 1948

Nota biográfica: Eleanor Roosevelt (1884–1962), diplomata, ativista e primeira-dama dos EUA, destacada pelo seu papel na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Em 1945, dá-se uma maior relevância destas associações, quando a recente ONU¹⁷ formaliza o envolvimento das ONGs nos processos e atividades da Organização no artigo 71º da Carta das Nações Unidas, havendo mesmo ONGs que contribuíram para a sua elaboração. Contudo, depois da Segunda Guerra Mundial, a intervenção deste tipo de associações sofreu dificuldades devido às tensões da Guerra Fria e à fraqueza institucional do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

A década de 1970, inicia um novo período de mudança, evidenciando a crescente importância das ONGs, manifestada nas conferências da ONU.¹⁸ “*Dá-se uma nova vaga humanitária (...) com o nascimento dos movimentos «sem fronteira»*”.¹⁹

No final da década de 1980, as ONGs tornam-se ainda mais importantes no panorama do desenvolvimento, destacando-se a importância na ação humanitária.

*“As ONGs foram «descobertas» pelas agências de ajuda humanitária (...) e, como resultado, obtiveram acesso a elevados níveis de financiamento tanto para o desenvolvimento como para o trabalho de emergência.”*²⁰

Este reconhecimento dado às organizações provocou um grande aumento no número de ONGs nas últimas décadas, trazendo também várias mudanças, principalmente no interesse em novos conceitos como a participação, o empoderamento, o género e outras abordagens direcionadas às pessoas.²¹

¹⁷ Organização das Nações Unidas

¹⁸ LEWIS, David; KANJI, Nazneen (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Abingdon: Routledge. (p.33)

¹⁹ LE GOFF, Armelle (2005). *Os arquivos das ONG: uma memória a partilhar: guia prático em 60 perguntas*. (traduzido por Pedro Pentado com a colaboração de Maria Izabel Oliveira) Paris: ICA International Council on Archives. (p.2)

²⁰ “NGOs were ‘discovered’ by aid agencies (...) and as a result gained access to high levels of funding for both development and emergency work.” LEWIS, David; KANJI, Nazneen (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Abingdon: Routledge. (p.45)

²¹ *Ibidem*.

12. Casas de Pescadores, Póvoa de Varzim, 1900/1915



13. Manifestação nacional dos moradores contra o decreto que impede as ocupações, Porto, 17 de Maio de 1975



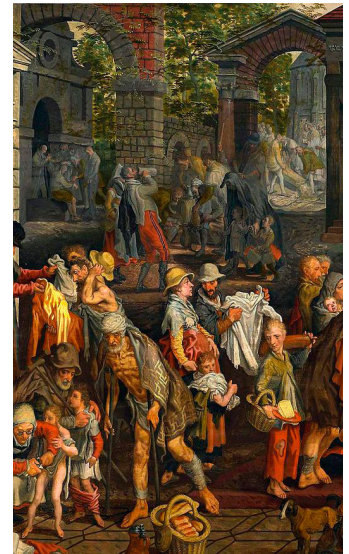
Em Portugal, a história das ONGs tem raízes na época medieval, com as primeiras organizações solidárias, tanto ligadas à Igreja ou com inspiração nos valores cristãos, sendo “*a caridade cristã (...) a mobilizadora da criação de instituições.*”²². A pobreza era o principal impulsionador para a criação de projetos que permitissem a sua erradicação, “*dado que os pobres eram necessários nas solidariedades que se estabeleciam entre vivos e mortos para se garantir a redenção da alma*”.²³

Com a instauração da monarquia constitucional, deu-se início a uma época marcada pelo liberalismo, trazendo várias mudanças no papel das misericórdias e no associativismo em Portugal. Este período foi caracterizado por um crescimento exponencial de sociedades, associações e clubes. Em 1834, com a extinção das corporações, a estrutura organizacional tradicional sofreu transformações, e consequentemente, em 1839 foi criada a primeira associação.²⁴

Até aos finais do século XIX, o associativismo assumiu um papel importante, especialmente ligado ao movimento operário, com o surgimento de cooperativas e associações de classe. Contudo, este movimento foi alvo de resistência durante o período do Estado Novo, quando o governo central manifestou uma postura de desconfiança em relação às organizações da sociedade civil.²⁵ O Estado “*destituíu órgãos diretivos, perseguiu ativistas, extinguiu algumas associações e outras integrou-as nas instituições corporativas entretanto criadas, como as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores*”.²⁶

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, a participação cívica tornou-se num elemento principal, com um aumento significativo do dinamismo e da diversidade de intervenções em várias áreas da sociedade. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, poderá ter contribuído para o fortalecimento das Organizações Não Governamentais, promovendo um crescimento expressivo do número de associações e cooperativas até aos dias de hoje.²⁷

Resumindo, a evolução das ONGs reflete um diálogo constante entre as necessidades específicas das comunidades e os desafios globais ao longo do tempo, reafirmando a importância destas organizações na transformação social. A compreensão desta trajetória histórica é essencial para analisar o seu enquadramento contemporâneo e a forma como se estruturam para responder às carências atuais.



14. Fragmento da pintura
Christian deeds of mercy, Pieter
Aertsen, 1575

²² CAMPOS, Raquel (coord.) (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (p.86)

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*. (p.81)

²⁵ *Ibidem*. (p.87)

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*. (p. 85)

1.3 | ONGs Internacionais no âmbito da arquitetura



15. Helicóptero da marinha francesa e paraquedistas durante uma operação no Chade, Chade, 1971

²⁸ MARTINS, Ana Isabel Rodrigues (2010). *ONG's e ARQUITECTURA: Da Cooperação à Construção*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Évora: Universidade de Évora. (p.76) <http://hdl.handle.net/10174/11529>

²⁹ Pierre Allard (1923-2010): arquiteto francês

³⁰ “(...) numerous architects from the region united in order to develop volunteer actions benefiting underprivileged populations.” *Architecture Sans Frontières International* (2009). *30 Years of Humanitarian Action. Changes and Prospectives*. https://www.asffrance.org/IMG/pdf/Detailed_program.pdf

16. Notícia de jornal sobre os Architects Sans Frontières, 1982

Analisar ONGs internacionais no âmbito disciplinar da arquitetura permite ter uma visão ampla das diferentes formas de intervenção e dos seus impactos em variados contextos. A origem e evolução das mesmas apresentam contornos indefinidos, à semelhança do desenvolvimento observado noutras áreas. No entanto, é possível evidenciar uma correspondência entre o nascimento dos movimentos *sem fronteiras*, na década de 1970, e a ONG *Architects Sans Frontières* em 1979.

Na década de 1990, dá-se o surgimento exponencial de ONGs no âmbito arquitetónico,

*“com a crescente necessidade de combater a falta de alojamento da população cada vez que uma catástrofe ocorre, com a precariedade da habitação e o fenómeno da rápida urbanização sem que as cidades tenham condições para tal.”*²⁸

Neste contexto, destacam-se grandes ONGs no cenário internacional, como a *Architecture for Humanity* (1999-2015), a *Architectes de l'Urgence* (2001), e, mais recentemente, a *All Hands and Hearts* (2017), entre outras que, embora de menor escala, atuam em níveis nacionais, regionais e locais, em diversas partes do mundo.

A ONG *Architects Sans Frontières* (ASF) é uma organização sem fins lucrativos internacional, fundada em 1979, em França, por Pierre Allard²⁹, quando *“numerosos arquitetos da região se uniram para desenvolver acções de voluntariado a favor das populações desfavorecidas”*.³⁰

A primeira ação foi a prestação de assistência aos chadianos que fugiram dos conflitos do seu país, refugiando-se no Norte dos Camarões. Mais tarde, na década de 1980, dedicam-se, principalmente, ao desenvolvimento de programas de habitação, como a reabsorção de bairros insalubres nos Camarões ou a melhoria da habitação urbana no Brasil.





17. *Formation Habitat Indigne, Architects Sans Frontières Marseille, 2019*

A sua missão humanitária expandiu-se com a criação do mesmo tipo de organizações, como a ASF Espanha e a ASF Bélgica. Em 2002, a ONG volta ao ativo, após seis anos de suspensão de atividades, quando um grupo de estudantes de arquitetura de Estrasburgo decide assumir o desenvolvimento da associação.

Em 2007, a ASF, em conjunto com outras organizações do mesmo tipo de todo o mundo, cria a rede *Architecture Sans Frontières Internacional* (ASF-Int). Esta rede “é uma rede internacional de associações, ONGs de arquitetura que adotaram a carta de Hasselt que define os seus princípios éticos”³¹, com o objetivo de “construir um mundo de solidariedade”.³²

Hoje, a *Architectes Sans Frontières*, uma associação com mais de quarenta anos, continua a prestar auxílio à população mais vulnerável, nos países do Sul, ou em França, através de programas de habitação social, serviços e equipamentos socioeducativos e de saúde. Pretendem proporcionar dignidade e segurança “através de projetos concretos de construção e desenvolvimento”³³, dando respostas reais às questões da habitação precária.³⁴

A finalidade da organização é melhorar as condições de vida de populações mais desfavorecidas e vulneráveis, oferecendo abordagens sustentáveis, contribuir para o direito fundamental a um território digno, reconhecido e respeitado universalmente, e promover o envolvimento num processo de transição ecológica para todos.

Para o cumprimento desta missão, a organização propõe-se a assistir pessoas e comunidades desfavorecidas, a sensibilizar o público através da organização de eventos, a colaborar com parceiros, associativos, profissionais ou individuais, ações de formação e ainda a realizar projetos em França ou no estrangeiro.³⁵

³¹ “(...) est un réseau international d’associations, ONG d’architecture ayant adopté la charte de Hasselt définissant leurs principes éthiques.”

Architects Sans Frontières France (2025). *Historique*. <https://asffrance.org/historique/>

³² “(...) bâtir un monde solidaire.” *Ibidem*.

³³ “ (...) à travers des projets concrets de construction et d’aménagement (...) “Le mot du conseil collégial.” Architects Sans Frontières France (2025). *Le mot du conseil collégial*. <https://asffrance.org/le-mot-du-president/>

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

**18. College Mixte Le Bon
Berger in Haiti, Architecture for
Humanity, Haiti, 2012**



³⁶ Cameron Sinclair (1973): escritor e *designer* britânico

³⁷ Kate Stohr (1887): jornalista *freelance* e produtora de documentários americana

³⁸ SINCLAIR, Cameron (2006). “Espero que seja uma longa lista”. *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa. (p.20)

³⁹ “(...) was born from a simple idea: that architects and designers could use their skills to create a more resilient world.” *The Angry Architect* (2015).

End of an Era: Architecture For Humanity Closes Its Doors. In: *Architizer*, 19 de janeiro 2015. <https://architizer.com/blog/inspiration/industry/end-of-an-era/>

⁴⁰ SINCLAIR, Cameron (2006). “Espero que seja uma longa lista”. *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa. (p.20)

⁴¹ *Ibidem*. (p.20-27))

⁴² *Ibidem*. (p.27)

⁴³ Spatial Agency (2025). *Architecture for Humanity*. <https://www.spatialagency.net/database/architecture.for.humanity>

⁴⁴ “(...) considered a fundamental right.” *The Angry Architect* (2015). *End of an Era: Architecture For Humanity Closes Its Doors*. In: *Architizer*, 19 de janeiro 2015. <https://architizer.com/blog/inspiration/industry/end-of-an-era/>

A ONG *Architecture for Humanity* (AFH) foi uma organização humanitária internacional, de carácter voluntário e sem fins lucrativos, fundada em 1999 por Cameron Sinclair³⁶ e Kate Stohr^{37,38}

A associação “nasceu de uma ideia simples: a de que os arquitetos e os designers poderiam utilizar as suas competências para criar um mundo mais resiliente”³⁹, com a finalidade de “pensar a arquitetura e o design para comunidades que deles necessitam, em cenários de crise humanitária”.⁴⁰

Em resposta ao conflito no Kosovo, a equipa apercebeu-se que não existia nenhuma organização que coordenasse a resposta de arquitetos às situações de crise e ajuda humanitária internacionais. Desta forma, deu-se o lançamento de um concurso aberto de arquitetura, com o objetivo de construir habitações provisórias para Kosovo. As competições com chamadas abertas de ideias tornaram-se o método de trabalho preferencial da organização.⁴¹

O papel da AFH foi atuar como um intermediário entre os arquitetos que participavam nos concursos e as organizações de ajuda, incluindo ONGs que necessitavam de serviços de *design*, além de apoiar no financiamento necessário para a implementação dos projetos.

Com a prosperidade das práticas da associação, no fim de 2003, começaram a surgir delegações da *Architecture for Humanity* por todo o mundo, tornando-se numa “estrutura que cria oportunidades para os arquitetos oferecerem os seus serviços em situações de crise”⁴². Isto permitiu que os projetos associados à organização, não fossem realizados apenas em situações de crise e desastre, como também em pequenas comunidades locais.⁴³

No entanto, apesar do sucesso da organização ao longo dos anos, esta encerrou as suas atividades em 2015. Entre os motivos encontravam-se problemas de financiamento para realizar a missão da organização e ainda o *design* humanitário não ser “considerado um direito fundamental”⁴⁴.

Apesar do encerramento da sede em São Francisco, várias organizações por todo o mundo, mostraram vontade de continuar o trabalho e missão da *Architecture for Humanity*, e formaram uma nova organização, em 2017: a *Open Architecture Collaborative*.



A *Architectes de l'Urgence* (FAU) é uma Organização Não Governamental francesa de caráter humanitário, criada com o objetivo principal de fornecer ajuda e assistência a vítimas de desastres naturais, tecnológicos ou humanos. Desde a sua fundação, em abril de 2001, após as cheias de *Somme* e *Oise*, a associação tem desenvolvido ações de longa duração nos âmbitos da reconstrução, realojamento, assistência aos refugiados e formação de populações vulneráveis.⁴⁵

Reconhecida oficialmente com o estatuto de utilidade pública desde 2007, a FAU realiza uma missão abrangente que, para além do aconselhamento e assistência às populações afetadas por catástrofes naturais, inclui também a prestação de auxílio a pessoas em sofrimento físico ou moral, tanto em França, como no estrangeiro. Além disso, participam ativamente nas discussões e debates realizados após desastres, contribuindo para missões de proteção de património.⁴⁶

As atividades da *Architectes de l'Urgence* baseiam-se em três objetivos: “reconstruir com profissionalismo”⁴⁷, garantindo qualidade nas ações; “reconstruir de forma sustentável”⁴⁸, promovendo assim soluções que respeitam o ambiente e as necessidades a longo prazo; e “reconstruir transmitindo o (...) know-how”⁴⁹ dos profissionais da organização, capacitando as populações locais mais vulneráveis a tornarem-se conscientes do seu próprio desenvolvimento.

A prática da FAU abrange três campos principais de atuação. Em situações urgentes, após uma catástrofe, a organização concentra-se na realização de abrigos temporários para as populações e o restauro de infraestruturas essenciais, como centros de saúde, escolas e edifícios públicos. No âmbito dos projetos de reconstrução, a associação já realizou mais de 125 projetos de grande escala localizados em mais de 40 países, construindo estruturas como “maternidades, orfanatos, escolas, habitações e outras infraestruturas necessárias à recuperação económica”⁵⁰. Além disso, a FAU dedica-se à pesquisa e desenvolvimento, procurando encontrar as formas mais eficazes de prevenção de riscos e transferir conhecimentos técnicos às populações locais.⁵¹

19. Voluntários e operários da FAU, *Architectes de l'Urgence*, Haiti, 2025

⁴⁵ Fondation Architectes de l'Urgence (2023). *Découvrir la F.A.U.* <https://www.archi-urgent.com/nous-connaître>

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ “(...) reconstruire avec professionnalisme (...)” *Ibidem.*

⁴⁸ “(...) reconstruire de façon pérenne (...)” *Ibidem.*

⁴⁹ “(...) transmettant nos savoirs-faire.” *Ibidem.*

⁵⁰ “(...) maternités, orphelinats, écoles, logements et autres infrastructures nécessaires à la reprise économique.” *Ibidem.*

⁵¹ *Ibidem.*



20. Equipamentos de segurança de um projeto em Porto Rico, All Hands and Hearts, Porto Rico, 2023

⁵² “(...) effectively and efficiently addressing the immediate and long-term needs of global communities impacted by disasters.” All Hands and Hearts (2024). *About Us. Our Story | Becoming better and smarter together*. <https://www.allhandsandhearts.org/about-us/>

⁵³ “(...) rebuild disaster-resilient schools in the wake of the devastating Earthquake.” *Ibidem*.

⁵⁴ David Campbell (1941): Executivo de tecnologia americano

⁵⁵ Petra Nemcova (1979): Modelo, apresentadora de televisão e filantropa tcheca

A ONG *All Hands and Hearts* (AHAH) é uma organização sem fins lucrativos sediada nos EUA, com o objetivo principal de “*abordar de forma eficaz e eficiente as necessidades imediatas e de longo prazo de comunidades globais impactadas por desastres*”⁵², reconstruindo escolas e casas.

Surgiu em 2017 a partir da fusão de duas organizações: a *All Hands Volunteers* e a *Happy Hearts Fund*. A colaboração entre as duas associações teve início em 2015, no Nepal, quando se uniram para “*reconstruir escolas resilientes a desastres após o devastador terramoto*.”⁵³ Os fundadores de ambas as ONGs, David Campbell⁵⁴ e Petra Nemcova⁵⁵, aperceberam-se do impacto que poderiam alcançar em conjunto e promoveram a integração das organizações sob o lema *Smart Response*. Assim, oficializaram a fusão, criando a *All Hands and Hearts* com o objetivo de potencializar a resposta a desastres e fortalecer a missão humanitária que ambas defendiam.

O método de trabalho da organização passa por quatro fases: resposta, recuperação, resiliência e renovação. Em primeiro lugar, é dada uma resposta imediata às comunidades impactadas por situações de emergência e desastres naturais, em colaboração com voluntários, parceiros e comunidades locais. Inicialmente, a equipa ouve a comunidade, de modo a identificar as suas necessidades principais, antes de avançarem para a criação de um plano de reconstrução de longo prazo.

Algumas das atividades iniciais de resposta para ajudar as famílias a reconstruir casas e escolas, passam pela remoção de entulho depois de um terremoto, a limpeza e evisceração após uma cheia, a demolição segura para remover estruturas perigosas, entre outras.⁵⁶

Posteriormente, caso se justifique, a associação assume um compromisso de recuperação a longo prazo, no qual os voluntários são treinados para reconstruir infraestruturas como casas, escolas, creches e centros comunitários. Esta equipa é capaz de intervir rapidamente e criar impacto significativo nas comunidades afetadas por desastres.⁵⁷

Outro ponto crucial é a resiliência, observada no compromisso da associação em apoiar “*comunidades a juntar os pedaços, erguendo-se ainda mais fortes diante da devastação*”⁵⁸. Ao longo dos anos, a *All Hands and Hearts* foi adquirindo experiência e conhecimento, garantindo assim que os edifícios que projeta e constrói atendam aos padrões de resistência a desastres.

Por fim, está ainda presente a renovação, refletida na conexão da ONG com as comunidades em que atua, tornando-se também parte delas. Este envolvimento permite aos voluntários a identificação de novas oportunidades de apoio, resultando em ideias criativas. Entre as iniciativas, destacam-se sessões de cinema para crianças, aulas de inglês e celebrações comunitárias, como jantares do Dia de Ação de Graças para as vítimas das cheias de Detroit.⁵⁹

⁵⁶ All Hands and Hearts (2024). *Our Program Work | It all adds up.* <https://allhandsandhearts.org/our-work>

⁵⁷ *Ibidem.*

⁵⁸ “(...) *communities put the pieces back together, rising even stronger in the face of devastation.*” *Ibidem.*

⁵⁹ *Ibidem.*



21. Voluntários e Beneficiários em Porto Rico, *All Hands and Hearts*, Porto Rico, 2018

CAPÍTULO II

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.”

José Saramago, Caderno de Lanzarote, 1994

2.1 | A Participação

22. *Resilience by Design*
Workshop, ASF-UK, Nepal,
2016



23. Assembleia Geral, Paris,
maio de 1968



A participação tem sido uma componente central nas práticas das Organizações Não Governamentais, permitindo envolver diretamente as comunidades e os utilizadores nos processos de planeamento e decisão.

No âmbito da arquitetura, esta dimensão participativa revela-se ainda mais importante, uma vez que a criação de espaços inclusivos e adaptados às necessidades reais das pessoas depende do envolvimento ativo dos utilizadores.

*“A discussão em torno dos processos participativos no planeamento urbano não é, de modo algum, nova.”*⁶⁰

Segundo as contribuições de Marcos L. Rosa⁶¹ e Paulo Ayres⁶² no livro *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models* (2013), nas últimas décadas, tem-se observado uma abordagem cada vez mais humanista para a revitalização das cidades, refletida no trabalho de coletivos artísticos locais durante os anos 90 e, mais recentemente, na área da arquitetura, desenho urbano e urbanismo.

Iniciativas comunitárias, construção *do it yourself* e outros conhecimentos práticos são implementados e testados localmente. Estes processos incentivam à participação ativa dos cidadãos na modelação das cidades de acordo com as suas necessidades reais, motivando *“as pessoas a participarem, a fazerem ouvir a sua voz e a envolverem-se ativamente no processo inerentemente político”*⁶³.

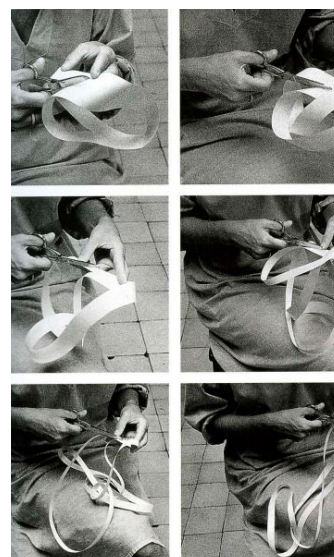
Os anos 60 foram marcados por vários momentos políticos radicais e manifestações que fomentaram um forte apelo à participação, centrada no quotidiano. Este contexto estimulou o desenvolvimento do desenho e planeamento urbano participativo. No entanto, segundo os autores, e salvo algumas exceções, a participação manteve-se amplamente teórica.

Contudo, com o crescimento de uma cultura mais participativa, nos últimos anos, surge a pergunta: *“poderíamos então propor que estamos a passar de um discurso teórico para uma abordagem prática?”*⁶⁴

A importância destas iniciativas na transformação do espaço urbano torna-se particularmente visível em intervenções de pequena escala e projetos comunitários autónomos.

Politicamente, estas práticas revelam exigências reais e expõem as falhas das políticas vigentes. No plano social, funcionam como infraestruturas flexíveis que operam localmente, fornecendo serviços essenciais, muitas vezes negligenciados.

A consolidação desta nova cultura de planeamento e conceção, baseada em iniciativas locais, exige a criação de um quadro mais inclusivo e transparente, permitindo que tais projetos se desenvolvam de forma sustentável.⁶⁵



24. Caminhando, Lygia Clark, MoMA, Nova Iorque, 1963

⁶⁰ “The discussion around participatory processes in urban planning is by no means a new one.” ROSA Marcos L., AYRES Paulo (2013). *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlim: Jovis Verlag. (p.212)

⁶¹ Marcos Leite Rosa (1981): arquiteto e urbanista brasileiro.

⁶² Paulo Ayres (1977): artista plástico e arquiteto brasileiro.

⁶³ “ (...) people to participate, to make their voices heard and be actively involved in the inherently political process (...)” ROSA Marcos L., AYRES Paulo (2013). *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlim: Jovis Verlag. (p.212)

⁶⁴ “ (...) could we then propose that we are moving from a theoretical discourse to a practical approach?” *Ibidem*.

⁶⁵ *Ibidem*. (p.212/213)

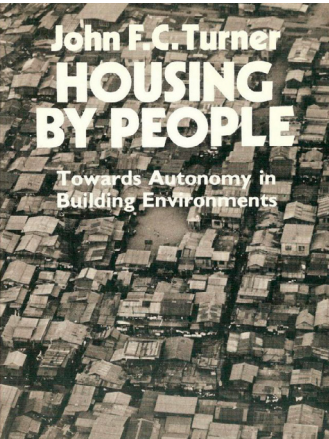
⁶⁶ John F.C. Turner (1927-2023): arquiteto britânico

⁶⁷ “Whose participation in whose decisions and whose actions?” TURNER, John F.C. (1991). *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars. (p.145)

⁶⁸ “Who decides what for whom (...)” *Ibidem*. (p.3)

⁶⁹ “(...) simultaneous loss of confidence in the ways we have been building by those who decide and those who have to live with it.” *Ibidem*.

25. Capa do livro *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, John F.C Turner, 1991



26. *Who Decides? Who Provides?*, TURNER, John F.C., *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars, 1991 (fig. 36, p.145)

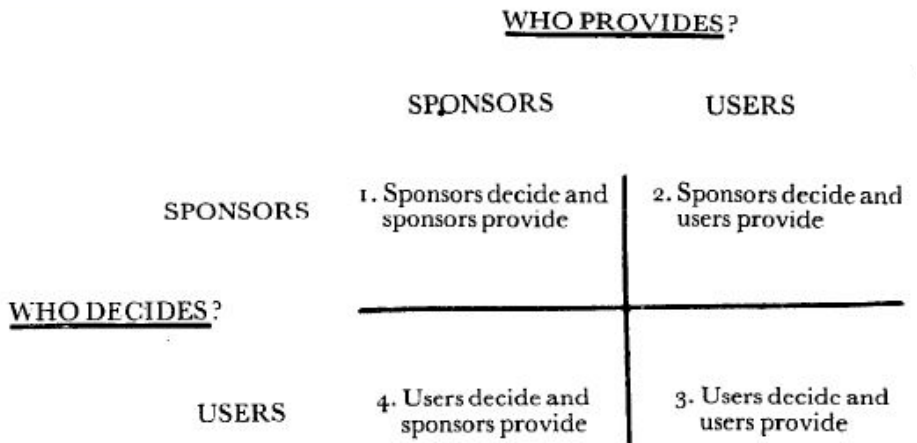
John F.C. Turner⁶⁶ contribui para o debate sobre a participação, no livro *Housing by people: towards autonomy in building environments* (1991), ao introduzir uma reforma na prática arquitetónica que enfatiza a participação dos cidadãos e a autonomia local. O arquiteto britânico define quatro contextos de participação, questionando: “De quem é a participação nas decisões e acções de quem?”⁶⁷

No primeiro contexto, tanto as decisões como a execução cabem aos patrocinadores, eliminando a participação nos sentidos habituais. No segundo, os patrocinadores decidem e os utilizadores fornecem o trabalho. No terceiro, os utilizadores teem um controlo total no processo, tanto nas decisões como na execução. Por fim, no quarto contexto, os utilizadores decidem e os patrocinadores disponibilizam os recursos.

John F.C. Turner identifica um problema principal na questão do desenvolvimento urbano e habitacional: “quem decide o quê para quem”⁶⁸? O autor critica a “perda simultânea de confiança nas formas que temos vindo a construir por parte de quem decide e de quem tem de viver com elas”⁶⁹, denunciando os modelos centralizados de decisão, que ignoram as necessidades reais das populações e servem apenas a uma minoria rica.

Em contraste, defende uma abordagem descentralizada, baseada na utilização de infraestruturas comunitárias e tecnologias apropriadas, constituindo a maneira mais eficaz de gerar habitação sustentável e acessível. Assim, as decisões e o controlo sobre a oferta e o uso das habitações passam a ser responsabilidade dos próprios moradores e das comunidades locais, com o seu envolvimento ativo.

Para John F.C. Turner, o papel dos recursos pessoais, tais como a imaginação, habilidades, cooperação, é central para o sucesso dos projetos arquitetónicos. O controlo local é fundamental, com o governo a assumir o papel de facilitador, garantindo acesso a recursos essenciais e limitando-se ao planeamento das infraestruturas.





“A viabilidade de qualquer sistema de habitação depende, a longo prazo, dos esforços dos utilizadores e, portanto, da sua vontade de investir esses esforços, e não apenas da sua capacidade de o fazer.”⁷⁰

Levando em consideração este pensamento, o autor argumenta que a participação direta dos indivíduos na criação dos seus próprios espaços, não só assegura arquiteturas mais úteis, como tende a gerar também, melhores habitações do que as idealizadas por grandes corporações.

Critica ainda a visão hierárquica, que perpetua a dependência do cidadão comum em relação aos profissionais, muitas vezes mantida para preservar autoridade e gerar mais lucros.

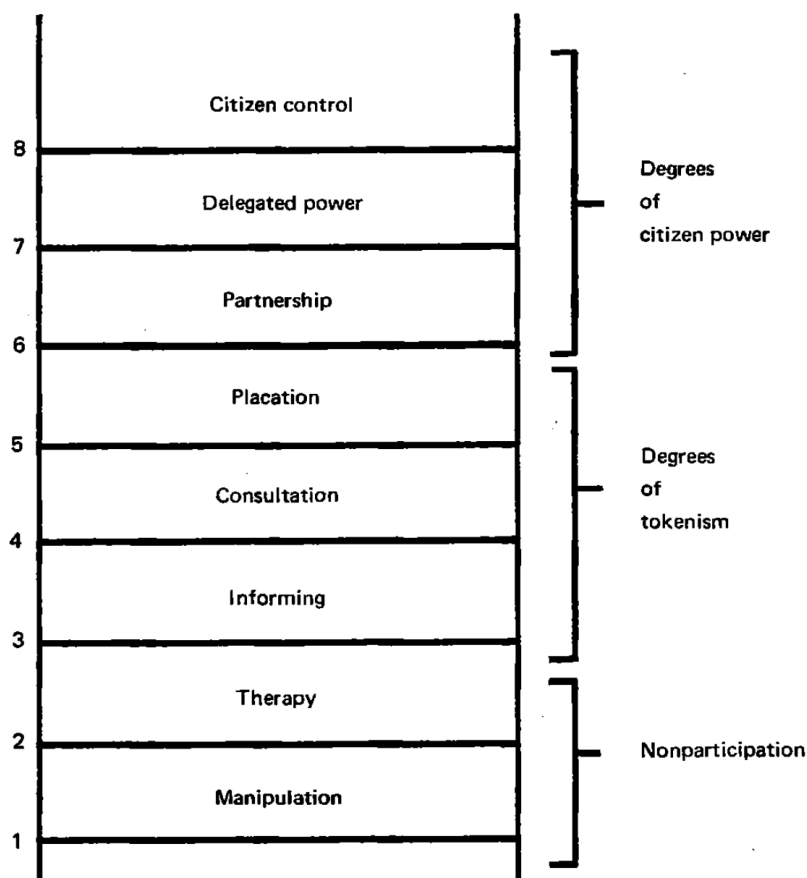
Assim, John F.C. Turner argumenta que são necessárias “*mudanças de atitude muito profundas*”⁷¹, para que os governantes e os profissionais da área atuem de forma mais alinhada com as necessidades da sociedade. Deste modo, dá o exemplo de alguns países latino-americanos, nos quais os cidadãos exigem maior autonomia e apoio para iniciativas locais, e países como o Reino Unido e Estados Unidos da América, que passaram a exigir participação cidadã nas leis de planeamento.

27. John F.C. Turner a explorar as suas ideias sobre autogestão, Escola de Arquitetura de Valência, Valência, abril de 1980

⁷⁰ “*The viability of any housing system depends, in the long run, on the efforts of the users and therefore on their will to invest those efforts, and not just on their capacity to do so.*” TURNER, John F.C. (1991). *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars. (p.39)

⁷¹ “*Very deep changes of attitude (...)*” *Ibidem*. (p.19)

28. Escada da Participação de Serry Arnstein, AIP Journal, 1969



⁷² Jeremy Till (1957): arquiteto britânico

⁷³ Serry Arnstein (1930-1977): escritora americana

⁷⁴ “The story of participation runs parallel to that of democracy (...)” JONES, Peter Blunder; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (2005). *Architecture and Participation*. Londres: Spon Press. (p.24)

⁷⁵ “Much of what passes for participation in architecture fits well into the category of pseudo-participation.” *Ibidem*. (p.27)

No entanto, como ressalta Jeremy Till⁷² no livro *Architecture and Participation* (2005), é necessário definir o conceito de *participação*, já que a mesma pode oscilar entre a participação simbólica e o controle total do processo pelos utilizadores. Neste contexto, é introduzida a “Escada da Participação” (1969), um diagrama de Serry Arnstein⁷³, com oito níveis de participação, desde a *Manipulação* até ao *Controlo do Cidadão*.

Segundo Jeremy Till, “a história da participação é paralela à da democracia”⁷⁴, partilhando a promessa de um sistema inclusivo e equitativo. Contudo, tal como a democracia, a participação é frequentemente perturbada pelo poder, manipulação e privação de direitos, revelando-se uma tensão entre os ideais e a prática real. É neste contexto que se identifica a *pseudoparticipação*, definida pela presença de técnicas, utilizadas de forma a persuadirem os utilizadores a aceitarem decisões já previamente tomadas. Isto traduz-se num sentimento de participação que, na prática, não existe, revelando que “muito do que se passa por participação na arquitetura enquadra-se bem na categoria de pseudo-participação.”⁷⁵

Por outro lado, a *participação completa* define-se quando “*cada membro individual de um órgão da tomada de decisão tem igual poder para determinar o resultado das decisões.*”⁷⁶ No entanto, segundo o autor, na arquitetura, a tomada de decisões envolve um equilíbrio entre a participação dos utilizadores e a necessidade de orientação técnica. O arquiteto, devido ao seu conhecimento especializado, desempenha um papel fundamental na viabilização dos projetos, o que torna a distribuição do poder um processo complexo, mesmo em práticas altamente participativas.

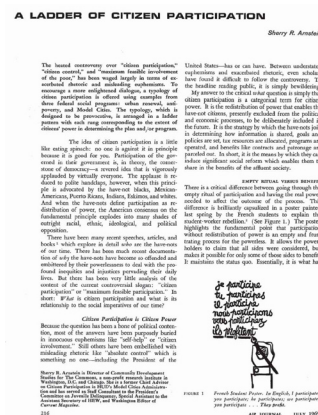
Neste sentido, Jeremy Till propõe um novo conceito: a *participação transformadora*. Coloca-se o desafio: “*como fazer com que a participação arquitetônica passe da pseudo para a transformadora*”⁷⁷. O arquiteto passa a atuar como um mediador entre os “*mundos do especialista e do cidadão*”⁷⁸, promovendo um diálogo ativo. Assim, a participação não dissolve totalmente as hierarquias, mas permite que o utilizador influencie e transforme o conhecimento arquitetônico.

Para alcançar uma *participação transformadora*, Jeremy Till sugere um novo modelo de comunicação, onde a conversa comum é o ponto de partida. O arquiteto tem o papel de compreender e desenhar para além do seu domínio, captando as ambições dos utilizadores. É na participação que “*a esperança é negociada*”⁷⁹, tanto para o futuro dos utilizadores, como também para a prática da arquitetura.

Seguindo um pensamento semelhante, Paul Jenkins⁸⁰ no livro *Architecture, participation and society* (2010), enfatiza o questionamento sobre “o que se entende por participação e, mais especificamente, pelo termo participação «alargada»? ”⁸¹

Segundo o autor, a participação é geralmente definida como *tomar parte em* e envolve três principais participantes além do arquiteto: o cliente que encomenda o edifício, os utilizadores que o habitam e o público em geral que interage com ele. O conceito de participação alargada propõe a inclusão da participação dos utilizadores e/ou do público em geral.

As formas de participação no processo arquitetônico podem ser divididas em diferentes níveis, desde a prestação de informação, que consiste num fluxo unidirecional, desde o profissional até ao cliente, utilizadores ou público em geral, até à consulta, que estabelece um fluxo bidirecional de comunicação entre as partes envolvidas. Além disso, pode incluir também alguma forma de tomada de decisão negociada/partilhada, onde profissionais e clientes, utilizadores e o público em geral colaboram na definição de soluções arquitetónicas.⁸²



29. Página 216 do texto original
Escada da Participação, AIP
Journal, 1969

76 “(...) where each individual member of a decision-making body has equal power to determine the outcome of the decisions.” JONES, Peter Blunder; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (2005). *Architecture and Participation*. Londres: Spon Press. (p.27)

77 “(...) how to move Architectural participation from the pseudo to the transformative (...)” *Ibidem*. (p.30)

⁷⁸ “The architect, moving between the worlds of expert and citizen (...)” *Ibidem.* (p.33)

⁷⁹ "Participation is the space in which hope is negotiated." *Ibidem.* (p.41)

⁸⁰ Paul Jenkins: arquiteto britânico

⁸¹ “What is understood by participation, and more specifically the term “wider” participation?” JENKINS, Paul; FORSYTH, Leslie (2010). *Architecture, participation and society*. Londres: Routledge. (p.13)

⁸² *Ibidem.*

2.2 | Participação em iniciativas comunitárias

⁸³ “(...) the creation of opportunities for all people to be political involved and share in the development process.” SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.1)

⁸⁴ SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.

30. Guia para a organização de cidades jovens (pueblos jóvenes), s.d.



A participação comunitária surge como uma abordagem essencial no desenvolvimento social, impulsionada pela necessidade de envolver diretamente a população local na construção e transformação dos seus territórios.

Embora a ideia de participação tenha raízes antigas, a ideia de envolver a população em processos de decisão e planeamento ganhou maior relevância em tempos mais recentes.

Está fortemente ligada ao movimento de desenvolvimento comunitário do Terceiro Mundo das décadas de 1950 e 1960, ao trabalho social ocidental e ao radicalismo comunitário. Esta evolução é uma consequência do programa de participação popular das Nações Unidas, que defendeu “a criação de oportunidades para que todas as pessoas se envolvessem politicamente e partilhassem o processo de desenvolvimento.”⁸³

Inicialmente centrado na resposta a problemas de indivíduos carenciados e das suas famílias, o trabalho social expandiu-se para incluir a organização comunitária como uma estratégia fundamental para melhorar serviços sociais.

A partir deste contexto, emergiram diferentes modelos de organização comunitária, desde abordagens que incentivam ações políticas diretas, até modelos baseados no consenso, que procuram estabelecer parcerias entre os líderes dos setores público e privado e os grupos comunitários.

Os movimentos de cidadãos que ganharam força nos centros urbanos nos EUA na década de 1960 são um exemplo desta busca por uma maior autonomia e participação na definição do espaço urbano, desafiando a autoridade centralizada e promovendo uma democracia mais inclusiva.⁸⁴

31. Multidão numa Reunião Comunitária, Texas, 1969





É nesta década que, influenciados pelo modelo de planeamento defendido por Paul Davidoff⁸⁵, no qual incentivava os planeadores a promoverem uma democracia participativa, muitos profissionais começaram a rejeitar a prática tradicional de desenho e planeamento.

Surgiram assim, os *Centros de Design Comunitário*, um meio para os profissionais conseguirem representar as necessidades dos grupos comunitários desfavorecidos.

Desde organizações sem fins lucrativos lideradas por arquitetos até programas universitários e iniciativas de voluntariado, estas estruturas têm desempenhado um papel fundamental desde a década de 1980.

Face a pressões económicas e políticas, muitas delas adotaram, desde então, um modelo de atuação baseado em projetos, sustentado por financiamento externo e trabalho voluntário. Outras adotaram abordagens mais amplas, promovendo a participação comunitária nos projetos, de forma a fomentar um envolvimento ativo e sustentável das populações no desenvolvimento dos seus territórios.⁸⁶

O significado de participação em iniciativas comunitárias difere para as mesmas pessoas consoante a situação, variando em tipo, nível de intensidade, duração e frequência.

No entanto, a participação genuína, segundo Henry Sanoff⁸⁷ no livro *Community participation methods in design and planning* (2000), acontece quando “as pessoas têm o poder de controlar as ações empreendidas.”⁸⁸

32. Manifestação dos moradores ligados ao SAAL/Norte, Porto, 25 de Janeiro de 1975

⁸⁵ Paul Davidoff (1930-1984): urbanista americano

⁸⁶ SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.4-5)

⁸⁷ Henry Sanoff (1934): professor de arquitetura americano

⁸⁸ “(...) people are empowered to control the action taken.” SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.8)

⁸⁹ “(...) participation results in a greater meeting of social needs and increasingly effective utilization of resources at the disposal of a particular community.” SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.10)

⁹⁰ *Ibidem*.

O autor defende que, para que este envolvimento seja eficaz, é essencial estruturar a participação em torno de questões fundamentais: quem deve ser envolvido, quais os objetivos da participação, onde se pretende chegar, como deve ocorrer o envolvimento e em que fase do processo a participação é mais relevante. Desta forma,

“a participação resulta numa maior satisfação das necessidades locais e numa utilização cada vez mais eficaz dos recursos à disposição de uma determinada comunidade.”⁸⁹

Segundo Henry Sanoff, os seus principais objetivos são o envolvimento das pessoas nos processos de definição e desenvolvimento dos projetos, que, consequentemente, aumenta a confiança nas organizações locais e lhes oferece uma voz ativa, e a promoção de um sentido de comunidade, ao reunir indivíduos com objetivos comuns.

Com isto em mente, um elemento essencial da participação é a aprendizagem individual, promovida por uma maior consciencialização das problemáticas envolvidas.

Para que este processo seja eficaz, deve ser claro, acessível e promover o diálogo e a colaboração entre os participantes utilizadores no processo projetual.⁹⁰

Assim, a participação pública torna-se um meio de envolvimento direto na tomada de decisões, permitindo que as pessoas influenciem os rumos das suas comunidades.

33. *Workshop* comunitário para desenvolver um Centro de Artes, Carolina do Norte, 1982-83





34. Resilience by Design
Workshop, ASF-UK, Cartagena,
2015

Para alcançar esse objetivo, é essencial garantir uma comunicação eficiente e transparente, proporcionando uma base sólida para a participação dos utilizadores no processo projetual.⁹¹

Além disso, a participação não deve ser vista apenas como um objetivo isolado, mas sim como uma abordagem inclusiva “*através da qual as necessidades humanas fundamentais são satisfeitas e os valores dos utilizadores refletidos.*”⁹² A criação de fóruns públicos que incentivem a expressão de opiniões e o debate aberto permite que todos os membros da comunidade se envolvam ativamente na formulação de soluções. Ao proporcionar oportunidades para que os cidadãos influenciem as decisões que os afetam, a participação fortalece o sentimento de pertença.

*“As experiências no processo de participação mostram que a principal fonte de satisfação do utilizador não é o grau de satisfação das suas necessidades, mas o sentimento de ter influenciado as decisões.”*⁹³

Por fim, para que a participação da comunidade seja verdadeiramente eficaz, deve ser contínua e adaptável às necessidades em evolução. O processo participativo não termina com a decisão final, pois é fundamental que haja mecanismos de acompanhamento, avaliação e ajustes ao longo do tempo. A verdadeira transformação das comunidades depende de um compromisso constante com a participação cidadã, garantindo que as soluções desenvolvidas sejam representativas da população e não apenas das intenções dos profissionais envolvidos.⁹⁴

⁹¹ SANOFF, Henry (2000).

Community participation methods in design and planning. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.10)

⁹² “(...) *by which fundamental human needs are fulfilled and user values reflected.*” SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning.* Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.12)

⁹³ “*Experiences in the participation process show that the main source of user satisfaction is not the degree to which his/her needs have been met but the feeling of having influenced the decisions.*” *Ibidem.*

⁹⁴ *Ibidem.* (p.13)

⁹⁵ “(...) capacity to make a real impact on society and on public institutions, it’s not enough to have goodwill and grand slogans.” LACOL (2018). *Building collectively: Participation in Architecture and Urban Planning*. Barcelona: Pol·len edicions. (p.15)

⁹⁶ *Ibidem*. (p.39)

Nesta secção, serão abordadas as metodologias e estratégias participativas utilizadas pelas ONGs no âmbito arquitetónico, destacando os elementos essenciais para a eficácia destes processos.

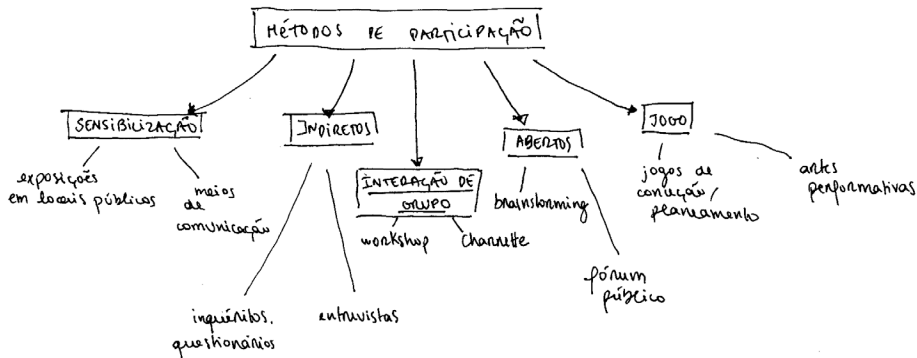
A participação em questões comunitárias é, sem dúvida, um processo fundamental para a transformação social e a construção coletiva do espaço, mas também impõe desafios significativos. Henry Sanoff expõe que, sem qualquer tipo de orientação, os grupos comunitários podem atuar apenas em resposta a crises, sem atingir os objetivos que originalmente os uniram. Com a finalidade de tornar a participação ainda mais eficaz, é essencial que esta seja ativa, estruturada e que gere uma sensação de realização entre os envolvidos.

Desta forma, para que os projetos no âmbito da arquitetura baseados na participação tenham a “capacidade de ter um impacto real na sociedade e nas instituições públicas, não basta ter boa vontade e grandes slogans”⁹⁵. O sucesso depende de uma metodologia bem definida, que facilite o envolvimento da comunidade na tomada de decisões. São necessárias ações e estratégias concretas, recursos técnicos e ainda instrumentos que permitam analisar os resultados obtidos, de maneira a expor a capacidade transformadora de cada intervenção.

35. Exposição do projeto *Palco* + *Galeria* da associação Rés do Chão, Lisboa, 2021



Estratégias como inquéritos, audiências públicas e reuniões de bairro são ferramentas comuns, mas a sua eficácia está diretamente relacionada à clareza do processo e à abertura ao diálogo e à colaboração. Cada processo participativo e as suas respectivas metodologias devem ser desenhados considerando variáveis como o contexto, o público-alvo, a cultura local, as idades, as línguas, os recursos disponíveis, o tempo, etc. Os processos metodológicos de participação permitem uma valorização de vários mecanismos de representação, comunicação e expressão, garantindo que etapas, soluções, propostas e alternativas sejam facilmente compreendidas pelos envolvidos. Desta forma, os participantes podem construir argumentos sólidos, fomentar o diálogo e promover debates fundamentados.⁹⁶



36. Esquema *Métodos de Participação*, 2025



Na perspectiva de Henry Sanoff existem várias técnicas ao dispor para serem utilizadas nos processos participativos, classificando-as em cinco categorias: métodos de sensibilização, métodos indiretos, métodos de interação de grupo, métodos abertos e métodos de jogo.

Os métodos de sensibilização auxiliam na introdução ao processo participativo, estabelecendo uma estratégia de comunicação, de modo a fornecer as informações necessárias às pessoas sobre o que está em causa em cada projeto. Para que haja um verdadeiro envolvimento da comunidade, é essencial recorrer a diferentes meios de divulgação que tornem a informação acessível e atrativa. Uma dessas formas é através de exposições em locais públicos, permitindo que as pessoas conheçam os desafios e objetivos do projeto antes de decidirem se querem participar. Estas exposições podem incluir painéis informativos, maquetes, imagens ou testemunhos que ilustrem a importância da intervenção.⁹⁷

Os meios de comunicação social também desempenham um papel crucial na sensibilização, ao enviar comunicados de imprensa para jornais, rádios ou canais de televisão, contribuindo para uma maior divulgação do projeto.⁹⁸

“O material de trabalho para o desenvolvimento urbano e a arquitetura é o próprio espaço físico, pelo que uma boa forma de poder tomar decisões e falar sobre ele é simplesmente visitá-lo.”⁹⁹

Desta forma, outro método eficaz é a realização de passeios a pé pela área de estudo, ajudando os participantes a redescobrir uma realidade já conhecida ou a familiarizarem-se com novas situações, proporcionando um contacto direto com o contexto do projeto e reforçando o sentido de urgência para a mudança.¹⁰⁰

37. Exposição do projeto *Praça da associação Rés do Chão*, Lumiar, 2023

⁹⁷ SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.64)

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ “The working material for urban development and architecture is the actual physical space itself, so a good way to be able to make decisions and to talk about it is to simply pay it a visit.” LACOL (2018). *Building collectively: Participation in Architecture and Urban Planning*. Barcelona: Pol·len edicions. (p.72)

¹⁰⁰ SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.64)

¹⁰¹ LACOL (2018). *Building collectively: Participation in Architecture and Urban Planning*. Barcelona: Pol·len edicions.

(p.68)

¹⁰² *Ibidem*. (p.66)

38. Inquérito aos moradores, Projeto Movimento Preserva Laboriaux, Rio de Janeiro, 2015



39. Entrevista com moradores em Cascais, associação Rés do Chão, Cascais, 2023

Os métodos indiretos abrangem técnicas como os inquéritos, questionários e entrevistas, que nos permitem obter informações, atitudes e opiniões de uma amostra da população de utilizadores, sobre um determinado assunto.

Os inquéritos baseiam-se na recolha de dados junto de um grande número de indivíduos e são geralmente aplicados para fins estatísticos. Ao contrário das entrevistas, que permitem aprofundar temas específicos, os inquéritos priorizam a quantidade de respostas em detrimento da profundidade das informações recolhidas. Apesar de serem uma técnica fixa e direta, com um poder limitado de participação, os inquéritos podem ser úteis na fase inicial de um projeto, para identificar tendências, comportamentos e perceções de um grupo específico. Podem ser realizados presencialmente, por telefone ou através de formulários *online*, e é essencial que sejam claros, concisos e isentos de linguagem ambígua.¹⁰¹

Outra técnica utilizada para obter informações detalhadas são as entrevistas. Ao contrário dos inquéritos, as entrevistas permitem aprofundar experiências e perceções, possibilitando uma compreensão mais rica do contexto estudado. Na sua realização, o papel do entrevistador é fundamental. Deve ouvir atentamente e garantir que o entrevistado compreenda o propósito do projeto antes de iniciar a conversa. Além das entrevistas individuais, há também a possibilidade de conduzir entrevistas de grupo, tornando-se o entrevistador num moderador.

Este formato pode gerar dinâmicas de interação entre os participantes, resultando em resultados que dificilmente surgiriam em entrevistas individuais. Embora as entrevistas não garantam uma amostra estatisticamente representativa, oferecem informações qualitativas valiosas, que podem complementar os dados obtidos por outras metodologias, proporcionando uma visão mais completa do objeto de estudo.¹⁰²





40. Conversa Construindo a cidade coletivamente, associação Rés do Chão, Lisboa, 2023

Os métodos de interação de grupo dizem respeito, por exemplo, aos *workshops* e ao processo de *Charrette*¹⁰³, ambos amplamente participativos.

Segundo Henry Sanoff os *workshops* são o cenário para diversos tipos de técnicas participativas. Nestes eventos, observa-se um elevado nível de interação, entre um grupo de pessoas, que ao partilharem um objetivo comum, deliberam sobre uma questão e trabalham para encontrar uma solução para a mesma.

Caracterizados pela interação face a face, refletem experiências, que proporcionam aos cidadãos a oportunidade de efetuarem determinadas aprendizagens e novas competências. A capacidade de ouvir o outro, a habilidade de resolver problemas em grupo, dar e receber *feedback*, comunicação interpessoal, são alguns dos objetivos dos *workshops*.

Para além do *workshop*, uma *Charrette* também é utilizada como um método de interação em grupo. Atualmente é utilizado como um processo participativo intensivo que ocorre durante vários dias, consoante o problema. Reúne grupos de interesse em sessões interativas, promovendo a colaboração e a troca de ideias para encontrar soluções para uma questão específica.

A *Charrette* segue três métodos definidos: a geração de ideias, a tomada de decisões e, por último, a resolução de problemas. Pelas palavras de Henry Sanoff:

*“o processo de Charrette provou ser uma técnica bem sucedida de definição de objectivos, um intercâmbio de colaboração e uma abordagem interdisciplinar de resolução de problemas.”*¹⁰⁴

¹⁰³ *Charrette*: sessão intensiva e colaborativa de trabalho, comum na arquitetura, em que diferentes intervenientes cocriam propostas num curto espaço de tempo. A expressão surgiu na *École des Beaux-Arts*, em Paris, quando os estudantes entregavam os projetos finais num carrinho (*charrette*), muitas vezes concluídos em cima da hora.

¹⁰⁴ “The Charrette Process has proven to be a successful goal setting technique, a collaborative exchange and an interdisciplinary problem solving approach.”

SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, (p.47)

41. Sessão com jogo para cocriação de projetos e iniciativas, *Locals Approach*, Lisboa, 2017



42. *Change by Design Workshop*, ASF-UK, Kenya, 2011

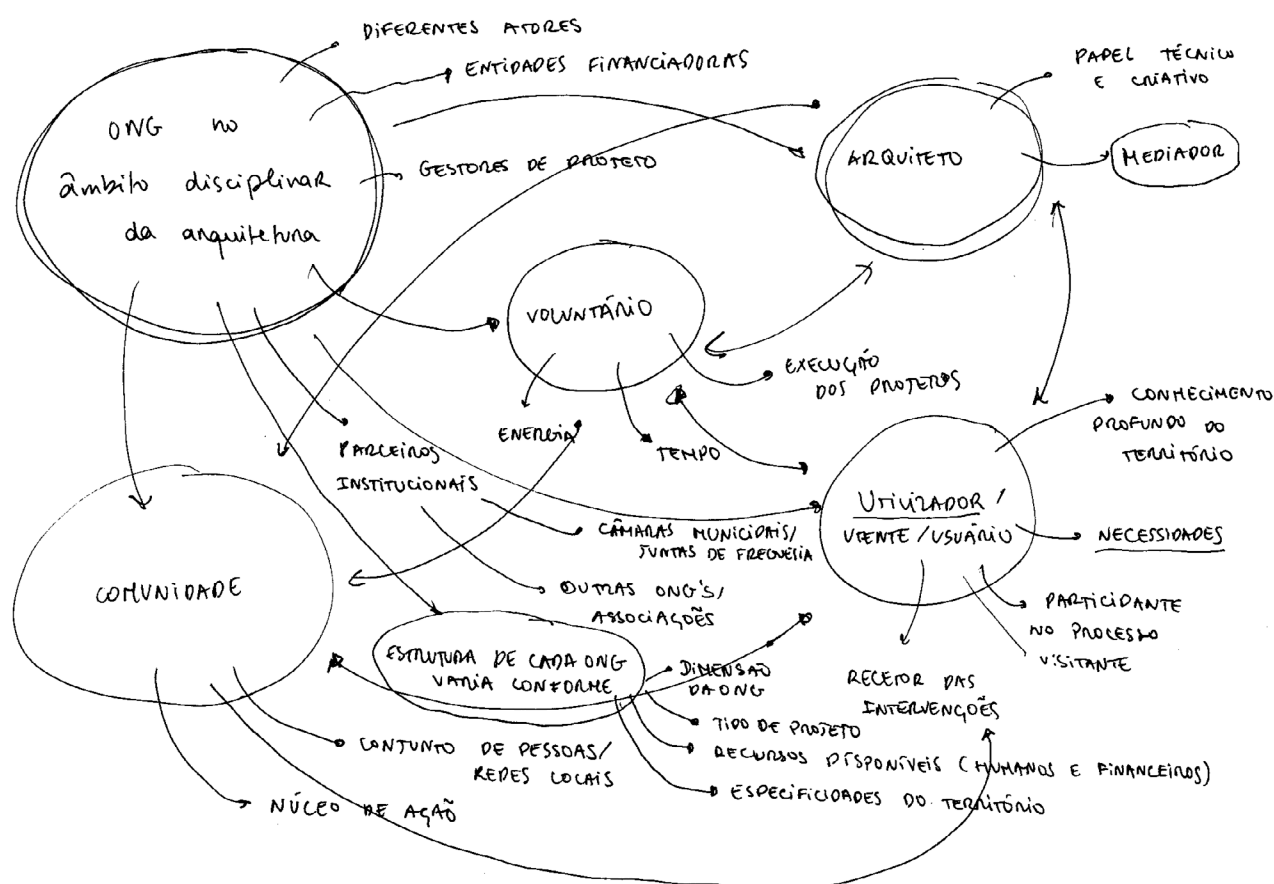


CAPÍTULO III

ESTRUTURA DE AÇÃO DAS ONGs

“A verdadeira revolução acontece quando mudam os papéis e não apenas os autores.”

Gilbert Cesbron, *Mourir étonné*, 1980



44. Esquema de brainstorming da estrutura de ação de uma ONG, 2025

A estrutura de ação de uma ONG é um dos alicerces que sustenta a eficácia das suas intervenções e influencia o impacto que estas podem gerar. No caso das ONGs que atuam no âmbito disciplinar da arquitetura, compreender essa estrutura implica ir além dos aspetos administrativos ou logísticos, explorando sobretudo as relações humanas e colaborativas que tornam os projetos possíveis. Como já foi analisado, estas organizações operam frequentemente em contextos complexos, desde situações de emergência até processos de desenvolvimento comunitário a longo prazo, exigindo uma articulação cuidadosa entre os diferentes atores envolvidos.

Por esta razão, tanto a estrutura como os atores variam conforme a dimensão da ONG, o tipo de projeto, os recursos disponíveis e as especificidades do território no qual intervêm. Em muitos casos, estas estruturas incluem equipas técnicas multidisciplinares, voluntários de diferentes áreas, gestores de projeto, parceiros institucionais, entidades financiadoras, autoridades locais e, naturalmente, os destinatários diretos das intervenções.

No entanto, apesar dessa diversidade, é possível identificar um núcleo de atores recorrentes que de forma direta e constante moldam a dinâmica e o impacto das ações desenvolvidas.

Neste capítulo, a análise incide sobre essas quatro figuras principais: o arquiteto, o voluntário, o utilizador e a comunidade. Embora distintos nas suas funções e responsabilidades, interagem de forma interdependente, influenciando tanto o processo como os resultados de cada intervenção.

Cada um traz competências, perspetivas e responsabilidades específicas. O arquiteto desempenha um papel técnico e criativo, mas também assume funções de mediação e tradução entre as necessidades da comunidade e as soluções propostas. O voluntário contribui com tempo, energia, sendo peça-chave na execução das atividades. O utilizador não é apenas recetor das soluções, mas participante ativo no processo, influenciando o resultado através do seu conhecimento do território e das suas necessidades reais. Por fim, a comunidade, enquanto conjunto de indivíduos e redes locais, constitui o núcleo da ação, não só beneficiando do trabalho realizado, mas também moldando-o e garantindo a sua continuidade.

Assim, este capítulo propõe-se a examinar teoricamente estes diferentes papéis e as dinâmicas que se estabelecem entre eles, evidenciando como a colaboração e o equilíbrio de responsabilidades são determinantes para o sucesso das intervenções.

3.1 | O Arquiteto

¹⁰⁸ Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996): arquiteto português

¹⁰⁹ FILGUEIRAS, Octávio Lixa, ALMEIDA, Pedro Vieira de (1983). *Da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada* (2.^a ed.). Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto. (p.106)

¹¹⁰ *Ibidem.* (p.18)

¹¹¹ Andres Lepik (1961): diretor, curador e professor de história da arquitetura alemão

¹¹² “(...) designer not of individual structures but of the whole framework of life.” LEPIK, Andres (2010). *Small scale, big change: New Architectures of Social Engagement*. Nova Iorque: The Museum of Modern Art. (p.7)

A reflexão sobre o papel do arquiteto transcende os domínios técnicos da profissão, exigindo igualmente uma responsabilidade social e um compromisso ético, como defendido por Octávio Lixa Filgueiras¹⁰⁸. Não basta ao arquiteto ter conhecimentos, mas sim abranger na sua obra uma função social que influencia e molda o “*grande palco da vida, o mundo de amanhã*”¹⁰⁹. Esta visão é especialmente relevante no contexto das Organizações Não Governamentais, onde a arquitetura praticada deve responder às necessidades coletivas e promover o bem-estar, devendo o arquiteto estar atento às mudanças mais urgentes da sociedade.

Nas ONGs, o arquiteto é convidado a atuar em contextos desafiantes, como catástrofes naturais, crises humanitárias, calamidades ou guerras, ou até mesmo em zonas de pobreza e escassez de recursos, onde o acesso a condições dignas de infraestruturas e habitação é precário ou inexistente. Para cumprir o seu papel, o arquiteto deve compreender o contexto e a realidade em que atua, reconhecendo as necessidades específicas da comunidade sobre a qual o seu projeto terá impacto. Esta compreensão permite-lhe o desenvolvimento de soluções arquitetónicas que dialogam com as necessidades locais, tentando proporcionar transformações mais significativas.

O arquiteto é convidado a deixar uma herança para as futuras gerações, “*uma herança deste mundo de hoje sobre o qual já pesa o estigma de algumas graves e talvez irreparáveis faltas.*”¹¹⁰ Este legado deve não apenas responder aos desafios contemporâneos, mas também motivar soluções que continuem a promover o progresso e a coesão social ao longo do tempo, contribuindo para a melhoria das condições urbanas e culturais.

45. O Arquitecto (*El arquitecto*), Diogo Rivera, 1916



Esta visão é complementada por Andres Lepik¹¹¹, ao ressaltar a responsabilidade do arquiteto em moldar mais do que edifícios, mas também o próprio tecido da vida quotidiana, no qual age como “*desenhador não de estruturas individuais mas de toda a estrutura da vida*”¹¹².

Ambos os autores defendem a importância de ações aparentemente modestas, mas de impacto significativo. Através de projetos arquitetónicos de pequena escala, é possível gerar transformações profundas e atuar como agentes de mudança social, priorizando o envolvimento ativo da comunidade.

O impacto comunitário torna-se, desta forma, num ponto central na análise do papel do arquiteto, demonstrando como a arquitetura pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar desigualdades e criar espaços que reflitam as necessidades e os valores locais.

Isto é perceptível no contexto das ONGs, uma vez que o arquiteto atua como intermediário entre as necessidades da comunidade e as soluções realizadas, gerando transformações significativas nas populações locais.

Jonathan Hill¹¹³ amplia esta discussão no livro *Actions of Architecture: Architects and creative users* (2003), ao defender que a arquitetura deve ser compreendida como um processo dinâmico e interativo, capaz de produzir efeitos que vão além da dimensão física. Esta abordagem propõe uma redistribuição do poder, na qual o arquiteto deixa de ser o único responsável pelo ato de projetar, tornando-se num colaborador, trabalhando lado a lado com os utilizadores, permitindo que moldem os espaços em conjunto.

Nas ONGs, esta colaboração é uma característica essencial, uma vez que as comunidades participam frequentemente no planeamento e na execução dos projetos.

Jonathan Hill ressalta a visão tradicional da arquitetura que frequentemente privilegia a autoria única, exemplificando com a comparação que os arquitetos fazem entre os seus projetos a obras de arte em museus. Esta perspectiva muitas vezes desconsidera a participação dos utilizadores, que reinterpretam e transformam os espaços de acordo com as suas próprias necessidades. Assim, Jonathan Hill sublinha a importância de uma prática arquitetónica mais colaborativa, que reconheça o papel ativo e criativo dos utilizadores.

Ao questionarem a superioridade tradicional do arquiteto que reivindica autoridade exclusiva na criação do espaço, Jonathan Hill e Octávio Lixa Filgueiras propõem ambos um novo tipo de arquiteto. Este deve agir de acordo com os valores sociais e profissionais, compreendendo a realidade social na qual está inserido.

*“Esta nova consciência de responsabilidade profissional, ampliada com uma componente responsabilidade social, revigorará Arquitectura, e todas as suas novas conquistas serão pautadas por um ideal de dignificação da vida de toda a gente.”*¹¹⁴

Esta nova figura deve reconhecer a arquitetura como um resultado tanto do desenho quanto do uso, valorizando a criatividade do utilizador como elemento central da prática arquitetónica. Desta forma, tanto o arquiteto como o utilizador assumem um papel importante e partilham responsabilidades nos processos de transformação urbana e nos espaços onde a vida acontece.

Esta visão ética e transformadora do arquiteto é sublinhada por Octávio Lixa Filgueiras, que apela aos recém-arquitetos, para que nunca se esqueçam da profunda responsabilidade que assumem ao moldar o mundo. Apenas com dedicação à verdade, ao amor e à justiça, os arquitetos poderão contribuir para que a humanidade encontre o seu verdadeiro caminho, reforçando o papel da arquitetura como uma prática de impacto contínuo.

Assim, o arquiteto ao atuar em colaboração com as ONGs, desempenha um papel duplo: como profissional técnico e como agente de mudança, comprometendo-se com a construção de um mundo mais justo e solidário.



46. Arquitetos e utilizadores num workshop do atelier LOCAL, Barcelona, 2018

¹¹³ Jonathan Hill (1958-2023): arquiteto britânico

¹¹⁴ FILGUEIRAS, Octávio Lixa, ALMEIDA, Pedro Vieira de (1983). *Da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada* (2.ª ed.). Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto. (p.93)

3.2 | O Voluntário

¹¹⁵ Paul Dekker (1954) : professor de sociologia holandês

¹¹⁶ Loek Halman (1956): professor de sociologia holandês

¹¹⁷ “There is growing evidence that nonprofit and voluntary organizations and activities are rapidly increasing around the world.” DEKKER, Paul, Halman, Loek (2003). *The Values of Volunteering: Cross-Cultural Perspectives*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers. (p.37)

¹¹⁸ “(...) to meet, exchange ideas, and find support, collaboration, solidarity, and responsibility for shared goals.” *Ibidem*. (p.183)

¹¹⁹ “(...) seems to play a major role in shaping participation in voluntary associations.” *Ibidem*. (p.70)

47. Voluntária a abraçar uma beneficiária, *All Hands and Hearts*, EUA, 2019



As organizações voluntárias, nomeadamente, as Organizações Não Governamentais, são componentes fundamentais nas democracias ocidentais, promovendo a participação cívica e a solidariedade. Para Paul Dekker¹¹⁵ e Loek Halman¹¹⁶ no livro *The Values of Volunteering: Cross-Cultural Perspectives* (2003) são consideradas como pontes entre os cidadãos e o Estado. No entanto, a forma como estas associações se estruturam e operam é profundamente influenciada pelo contexto histórico e cultural em que surgem. A partir da década de 1960, com a propagação das ONGs em diversas partes do mundo, o voluntariado tornou-se numa ferramenta essencial para a mobilização social e para a democratização da participação nos assuntos públicos. “*Há cada vez mais provas de que as organizações e atividades sem fins lucrativos e de voluntariado estão a aumentar rapidamente em todo o mundo.*”¹¹⁷ O envolvimento dos cidadãos enquanto voluntários nestas organizações, não só fortalece laços comunitários, como também proporciona a oportunidade às pessoas “*de se encontrarem, trocarem ideias e encontrarem apoio, colaboração, solidariedade e responsabilidade por objetivos comuns*”¹¹⁸.

No âmbito da disciplina da arquitetura, o voluntariado nas ONGs manifesta-se em vários domínios, como a assistência humanitária, habitação social, projetos comunitários locais e globais, revitalização do espaço público, planeamento urbano, melhoria dos ambientes urbanos, em resposta a questões como segurança, saúde, educação e moradia, entre outros.

Segundo Paul Dekker e Loek Halman, a generalidade das definições de voluntariado baseia-se em quatro fatores essenciais: o livre arbítrio, isto é, não é realizado de forma obrigatória; é elaborado em benefício de outros, criando uma proximidade com os beneficiários; não é remunerado; e um elemento menos comum, ocorre num contexto organizado.

No entanto, apesar dos aspetos comuns, o voluntariado pode ser percecionado de forma diferente entre países, dependendo do próprio contexto ou referência de cada um.

Sendo uma atividade que faz parte da maioria das sociedades ao longo da história, a mudança cultural entre elas “*parece desempenhar um papel importante na formação da participação em associações de voluntariado.*”¹¹⁹ Isto sugere que a participação cívica e a organização de indivíduos a favor de interesses comuns, incluindo as atividades voluntárias, são resultado de políticas sociais, dependentes maioritariamente do percurso institucional de desenvolvimento de cada país. Assim, o voluntariado expressa-se não apenas como uma atividade de empenho individual e uma consequência da vida em comunidade, mas também como objeto de políticas, gerido de forma consciente.

Os autores referem um *kit de ferramentas* desenvolvido no contexto das Nações Unidas, onde se estabelece uma tipologia de voluntariado. O primeiro diz respeito à ajuda mútua, incluindo grupos de autoajuda e organizações comunitárias, como as que existem em países como a Índia. O segundo equivale à filantropia ou o serviço aos outros e à comunidade em geral, abrangendo atividades de orientação, ensino, prestações de cuidados a crianças. O terceiro tipo é a campanha e defesa de causas, por exemplo, causas como o ambiente ou aumentar a habitação pública. E por último, destaca-se a participação ativa em órgãos de decisão locais, como comissões comunitárias responsáveis por resolver questões coletivas.

*“Os voluntários são a pedra angular do setor do voluntariado.”*¹²⁰ Os voluntários são pessoas que realizam trabalhos sem remuneração, embora possam ter as suas despesas (viagens e refeições) pagas durante o trabalho. Oferecem o seu tempo de forma livre e, ainda beneficiam não apenas a si próprios, mas também os outros, podendo o voluntariado ser feito para a comunidade, o ambiente, a escola, etc.

Os voluntários apresentam valores tais como: o reconhecimento da existência e da importância de um bem cívico ou comunitário, percebendo a responsabilidade dos indivíduos de apoiar e contribuir para o mesmo; uma visão mais inclusiva, menos individualista e confiante do mundo, vendo os indivíduos e o seu meio social como interligados e não separados.¹²¹

Nas atividades da vida comunitária, são várias as funções que os voluntários desempenham:

*“(…) ajudam a resolver problemas sociais e comunitários, constroem a solidariedade social e, através de cidadãos organizados, ajudam a corrigir erros sociais, a mudar as políticas públicas e a melhorar a qualidade de vida das comunidades e das nações.”*¹²²

Na prática do voluntariado, temos a oportunidade de vermos as realidades e verdadeiras necessidades dos outros, através de um contacto pessoal e da criação de relações de proximidade voluntário-beneficiário. Estas relações estabelecem um clima de crescimento pessoal, tanto para quem pratica o voluntariado, como para a quem este se destina.

*“A relação voluntário-destinatário é o resultado da interação individual de dois indivíduos que se envolvem numa atividade escolhida ou que trabalham em conjunto para um objetivo comum.”*¹²³

O voluntário deve estabelecer desde o início uma atitude que potencie ainda mais os benefícios deste relacionamento e estabeleça um clima de interação.



48. Voluntários durante a fase de limpeza e remoção de entulhos após um furacão, *All Hands and Hearts*, EUA, 2019

¹²⁰ “Volunteers are the cornerstone of the voluntary sector.” DEKKER, Paul, Halman, Loek (2003). *The Values of Volunteering: Cross-Cultural Perspectives*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers. (p.19)

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² “(…) help to solve social and community problems, build social solidarity, and through organized citizens groups help to redress social wrongs, change public policy, and improve the quality of life of communities and nations.” *Ibidem*. (p.35)

¹²³ “The volunteer-recipient relationship is a result of the one-on-one interaction of two individuals that become involved in a chosen activity or from working together towards a common purpose.” *Ibidem*. (p.115)

3.3 | O Utilizador



49. Apresentação aos moradores da maquete da operação SAAL no Pátio Vila Fernades, Lisboa, 1976

¹²⁴ “With a role as important in the formulation of architecture as that of the architect, the creative user either creates a new space or gives an existing one meanings (...).” HILL, Jonathan (2003). *Actions of Architecture: Architects and creative users*. Londres: Routledge. (p.86)

Utilizador, utente ou usuário são termos usados para designar qualquer pessoa que ocupa ou interage temporariamente com um espaço arquitetónico, incluindo visitantes, trabalhadores, clientes ou qualquer indivíduo que usufrua do ambiente projetado, independentemente do tempo de permanência. Já o habitante, ou residente refere-se à pessoa que permanece de forma contínua e estável nesse espaço, sendo, no caso dos projetos de habitação, o principal destinatário e foco do projeto arquitetónico.

No contexto das Organizações Não Governamentais no âmbito disciplinar da arquitetura, a interação entre o arquiteto/voluntário e o utilizador assume uma prática colaborativa e inclusiva, onde ambos contribuem ativamente para o processo de conceção e adaptação dos espaços. A compreensão do papel do utilizador na arquitetura tem-se transformado de forma significativa, questionando a visão clássica que o limitava à condição de recetor passivo do espaço concebido pelo arquiteto.

Jonathan Hill no livro *Actions of Architecture: Architects and creative users* (2003) distingue três tipos de utilizadores na arquitetura. O utilizador passivo é previsível, sem qualquer tipo de capacidade em alterar o espaço ou os seus significados, o reativo adapta o espaço, mas apenas dentro dos limites estabelecidos pelo arquiteto e, por último, o utilizador criativo transforma e atribui novos significados ao espaço, gerando novos usos e interpretações ao mesmo.

Nas intervenções das ONGs, o utilizador raramente é passivo, sendo no papel criativo que o utilizador se destaca, interagindo com o espaço e as suas necessidades, para dar sentido a uma arquitetura mais dinâmica e participativa. Rompendo com a hierarquia tradicional entre arquitetos e utilizadores, estes tornam-se assim agentes que moldam os espaços de acordo com as suas necessidades e valores.

*“Com um papel igualmente importante na formulação da arquitetura como o arquiteto, o utilizador criativo cria um novo espaço ou dá significado a um já existente (...).”*¹²⁴

As organizações como a *Architects de l’Urgence*, como falado anteriormente, demonstram na prática a relevância de uma atuação centrada nos utilizadores. As ONGs não respondem apenas às necessidades imediatas, ao proporcionar assistência técnica e ao reconstruir infraestruturas essenciais, mas também implementam processos que integram o conhecimento e as necessidades das populações nos projetos. Esta abordagem, sublinha a ideia de Jonathan Hill de que o espaço arquitetónico não está completo até que seja apropriado e usado pela comunidade que o habita.

Embora muitos arquitetos projetem edifícios como sequências de experiências universais, Jonathan Hill argumenta que as vivências dos utilizadores “*estão longe de ser uniformes*”¹²⁵ e dificilmente coincidem com as do arquiteto. Apesar da participação de várias figuras no processo, a valorização da autoria única ainda prevalece, contribuindo para o aumento das “*maneiras de ignorar os utilizadores ou de torná-los em abstrações*”¹²⁶. O envolvimento dos utilizadores não garante uma arquitetura melhor, mas também não diminui o papel do arquiteto. A qualidade dos projetos colaborativos depende do equilíbrio entre os conhecimentos técnicos do profissional e a valorização da criatividade dos utilizadores, permitindo não só responder a necessidades específicas, como também “*contrariamente às expectativas (...) aumentar, e não diminuir, o estatuto e o valor das habilidades do arquiteto.*”¹²⁷

Para muitas ONGs, a participação comunitária é uma oportunidade de enriquecer os projetos, promovendo inclusão e sustentabilidade. A colaboração entre o saber técnico e a experiência quotidiana eleva a qualidade da arquitetura.

Giancarlo de Carlo¹²⁸ no livro *Architecture and Participation* (2005) reforça esta necessidade de incluir o utilizador no processo de planeamento como um cocriador, numa abordagem mais democrática e participativa, onde “*as barreiras entre construtores e utilizadores devem ser eliminadas.*”¹²⁹

Para Giancarlo De Carlo, a diferença entre o planear *para* e o planear *com* os utilizadores está na qualidade do planeamento. Esta participação ativa deve transformar o planeamento arquitetónico de um ato autoritário num processo colaborativo, começando pela descoberta das verdadeiras necessidades dos utilizadores, isto é, expor e reconhecer que estes têm direitos “*a ter coisas e os seus direitos a exprimir-se.*”¹³⁰ Desta forma, a visão participativa de Giancarlo De Carlo manifesta-se na atuação das ONGs, que procuram eliminar barreiras entre arquitetos e utilizadores, promovendo um diálogo constante entre ambos, permitindo que a comunidade contribua com o seu conhecimento local, as suas experiências e as suas expectativas.

Ao colocar o utilizador no centro do processo criativo, Jonathan Hill e Giancarlo De Carlo propõem um novo paradigma arquitetónico, refletido na prática das ONGs. Jonathan Hill destaca o papel ativo e criativo do utilizador na apropriação e transformação do espaço, enquanto Giancarlo De Carlo sublinha a importância de incluir os utilizadores desde o início do planeamento.

Esta colaboração, não só redefine o papel do arquiteto e do utilizador, assumindo papéis fundamentais na criação de espaços que refletem os valores e necessidades de uma sociedade em constante transformação, mas também reafirma o compromisso das ONGs com a promoção de uma arquitetura mais inclusiva e menos hierárquica em contextos de vulnerabilidade.

¹²⁵ “*But users are far from uniform (...).*” HILL, Jonathan (2003). *Actions of Architecture: Architects and creative users.* Londres: Routledge. (p.17)

¹²⁶ “*(...) number of ways to ignore users or turn them into abstractions (...).*” *Ibidem.* (p.24)

¹²⁷ “*Contrary to expectations, recognizing the user as creative may augment, not diminish, the status and value of architects’ skills.*” *Ibidem.* (p.87)

¹²⁸ Giancarlo de Carlo (1919-2005): arquiteto italiano

¹²⁹ “*The barriers between builders and users must be abolished.*” JONES, Peter Blunder; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (2005). *Architecture and Participation.* Londres: Spon Press. (p.13)

¹³⁰ “*(...) their rights to have things and their rights to express themselves.*” *Ibidem.* (p.18)

50. Divisor, Lygia Pape, 1967



3.4 | A Comunidade



51. Várias gerações a puxar uma corda para limpar o terreno de árvores e produzir carvão de sobro para vender, operação SAAL no Bairro do Barateiro, Seixal, 1976

¹³¹ “(...) must take control of their destiny, and that of their communities.” SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons. (p.6)

¹³² *Ibidem*. (p.7)

¹³³ “Countless scattered houses dropped like stones on neat rows of development lots do not create an order, or generate community.” CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher (1965). *Community and Privacy: Toward a New Architecture of Humanism*. Nova Iorque: Anchor Books. (p.63)

¹³⁴ “Everything belongs to everybody with the result that nothing actually belongs to, or is enjoyed by, anybody.” *Ibidem*. (p.66)

¹³⁵ *Ibidem*.

Nos projetos arquitetónicos promovidos por este tipo de organizações, a comunidade não é apenas beneficiária das intervenções, mas um agente ativo na construção de soluções para o seu próprio território.

Na perspetiva de Henry Sanoff no livro *Community participation methods in design and planning* (2000), atualmente, a construção da comunidade afasta-se cada vez mais de abordagens tradicionais, nas quais os especialistas detinham total controlo sobre o planeamento e a implementação dos projetos, e passa a valorizar um modelo mais participativo e colaborativo. Neste contexto, os residentes “devem assumir o controlo do seu destino e do destino das suas comunidades”¹³¹, contribuindo com o seu conhecimento local, identificando problemas e sugerindo soluções que melhor respondam às suas necessidades.

As iniciativas em que os residentes colaboram têm maior probabilidade de sucesso, uma vez que estes possuem um conhecimento mais aprofundado das dinâmicas sociais, económicas e espaciais, do que profissionais externos. Este envolvimento direto incentiva um compromisso partilhado, fortalecendo laços entre os habitantes e gerando um impacto duradouro na comunidade. Além do impacto físico no território, a participação ativa da comunidade na transformação do espaço potencia a criação de capital social, desenvolvendo redes de confiança e de partilha de valores comuns.¹³²

No entanto, quando este processo não é bem estruturado, o risco de fragmentação social aumenta. Se os espaços são desenhados sem um princípio organizador claro, o ambiente urbano torna-se caótico e desprovido de significado, afastando os seus habitantes.

“Inúmeras casas espalhadas como pedras em filas de lotes urbanizados não criam uma ordem, nem geram comunidade.”¹³³ A ausência de um planeamento consciente contribui para a dissolução da cidade enquanto espaço de conexão, onde “tudo pertence a toda a gente, o que faz com que nada pertença ou seja usufruído por ninguém.”¹³⁴ A cidade transforma-se num conjunto de elementos desconexos, onde a interação comunitária é prejudicada.¹³⁵

Para que a participação seja eficaz, é essencial que as iniciativas sejam desenvolvidas a uma escala de proximidade, onde a interação cara a cara entre os participantes possa ocorrer de forma mais natural e frequente. A nível do bairro, as relações interpessoais tornam-se mais significativas e a confiança entre os envolvidos é reforçada, criando um ambiente propício para a tomada de decisões partilhadas.¹³⁶ Neste cenário, uma metodologia adequada realizada por ONGs facilita o diálogo entre os diferentes intervenientes e proporciona ferramentas que possibilitem uma colaboração produtiva entre especialistas e a comunidade.

A participação comunitária no desenho urbano deve ser vista como um processo contínuo e adaptável, vindo esta decisão planeada a “*substituir o antigo processo de tentativa e erro.*”¹³⁷ Para que o impacto seja duradouro, é necessário que os residentes se sintam parte ativa do processo, não apenas na fase inicial do planeamento, mas ao longo de toda a implementação e manutenção das soluções propostas.¹³⁸

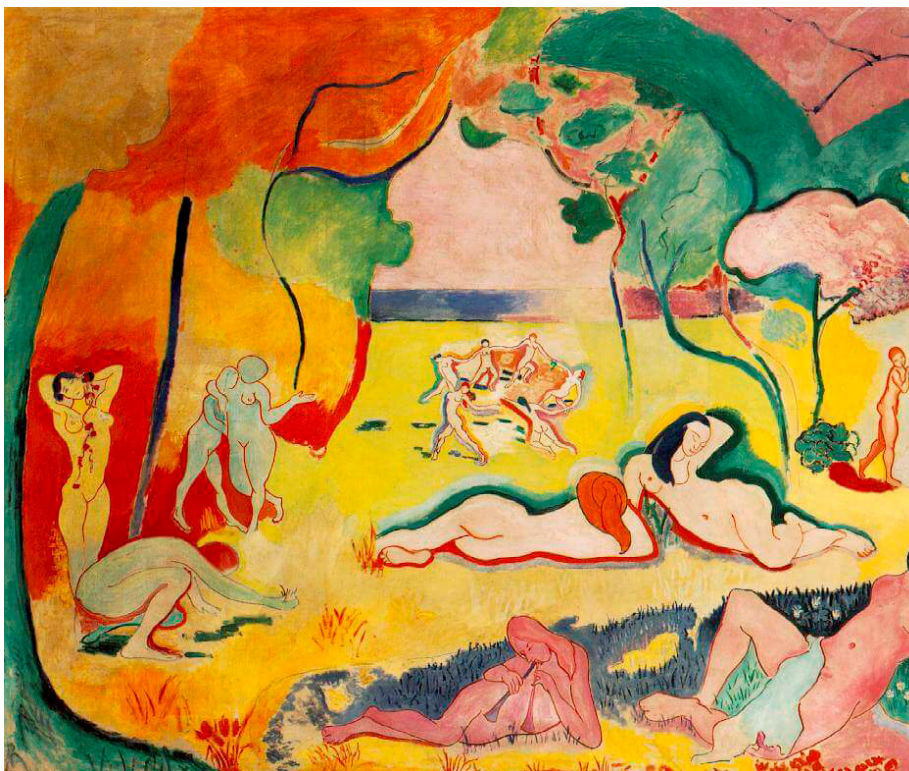
A falta de um compromisso contínuo entre *designers* e comunidades pode resultar em espaços impessoais, que não refletem as reais necessidades e desejos dos seus utilizadores. Esta abordagem promove um enraizamento mais profundo, fortalecendo a identidade local e garantindo que os espaços resultantes não apenas respondam a necessidades funcionais, mas também reflitam os valores, desejos e dinâmicas próprias de cada comunidade.¹³⁹

¹³⁶ SANOFF, Henry. Community participation methods in design and planning. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2000. (p.7)

¹³⁷ “(...) replace the ancient process of trial and error.” CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher (1965). *Community and Privacy: Toward a New Architecture of Humanism*. Nova Iorque: Anchor Books. (p.106)

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*. (p.108 -110)



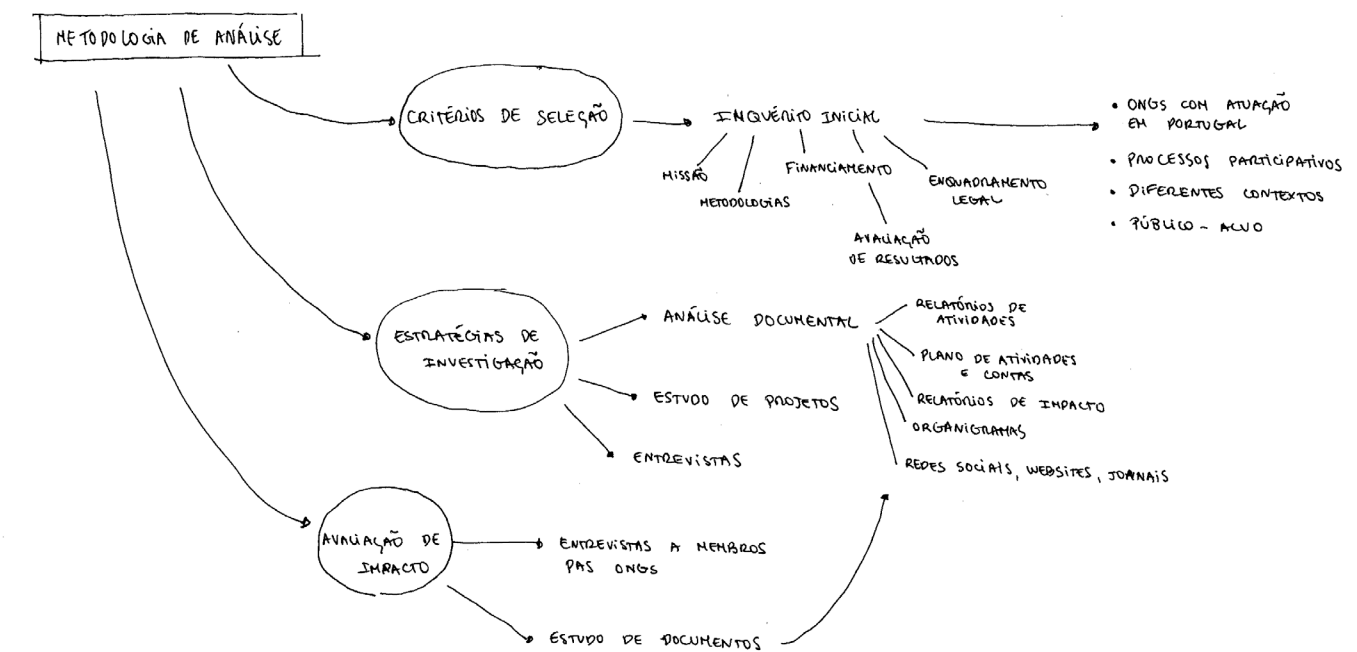
52. A Alegria de Viver (Le bonheur de vivre), Henri Matisse, 1905-06

CAPÍTULO IV

CASOS DE ESTUDO

“Uma Arquitectura tem qualquer coisa de cada um porque ela representa todos, e exactamente será grande, forte, viva na medida em que cada um possa rever-se nela como um espelho denunciador das suas qualidades e defeitos..”

Fernando Távora, *O Problema da Casa Portuguesa*, 2004



53. Esquema de *brainstorming* das metodologias de análise, 2025

Para compreender o verdadeiro impacto de iniciativas promovidas por ONGs no âmbito disciplinar da arquitetura, é essencial adotar uma abordagem metodológica que permita analisar as suas dinâmicas e resultados.

A análise desenvolvida concentra-se num conjunto restrito de casos. Esta opção resulta de uma escolha metodológica consciente, que privilegiou o estudo aprofundado de três organizações: *Locals Approach*, *Ensaio e Diálogos Associação* e *Arquitectos Sem Fronteiras Portugal*, em detrimento de um mapeamento extensivo do panorama das ONGs em território nacional. Assim, pretendeu-se compreender com maior detalhe as práticas, os processos e os impactos gerados por estas entidades, assumindo que as conclusões apresentadas não são generalizáveis, mas antes contributos críticos e exemplificativos para a reflexão sobre o papel da arquitetura em contextos comunitários.

Cada uma representa uma abordagem distinta, tendo sido escolhido um projeto por organização que melhor exemplifica essa diversidade.

A *Locals Approach* é representada pelo seu trabalho contínuo na Ajuda, em particular pelo plano de ação no Bairro 2 de Maio, que inclui a reabilitação de espaço público, de infraestruturas comunitárias e a criação de hortas urbanas, sempre com forte participação local.

A *Ensaio e Diálogos Associação* é abordada a partir de um projeto de arquitetura efêmera e auto-construção que funcionou como residência criativa, com cozinha comunitária, espaço de lazer e incubadora de iniciativas locais.

Já a *Arquitectos Sem Fronteiras Portugal* foi analisada através de uma unidade curricular de formação contínua, que explora a intervenção em contextos reais, combinando reflexão crítica, metodologias participativas e intervenção no território.

Pretendeu-se, assim, garantir uma representatividade ampla de abordagens e escalas de intervenção, refletindo diferentes estratégias de transformação social no território.

Para explorar detalhadamente as iniciativas das ONGs, recorreram-se a diferentes estratégias de análise. A pesquisa documental permitiu examinar relatórios de atividades, plano de atividades e contas, relatórios de impacto, organigramas e conteúdos disponíveis em *websites*, redes sociais e imprensa, proporcionando uma visão mais aprofundada dos objetivos, metodologias e resultados das organizações. Paralelamente, o estudo de projetos concretos possibilitou a avaliação da sua implementação, das estratégias adotadas e do impacto gerado nas comunidades.

A investigação incluiu ainda entrevistas dirigidas a membros das ONGs envolvidos nos projetos, de modo a captar perspetivas diversas sobre os desafios e sucessos das iniciativas.

4.1.1 | Locals Approach



54. Localização das atividades da Locals Approach em Portugal

¹⁴⁰ Gonçalo Folgado (1986): arquiteto português

¹⁴¹ João Martins (1987): arquiteto português

¹⁴² Locals Approach (2023).

10 anos de iniciativas de desenvolvimento local urbano integrado e sustentável no Alto da Ajuda. [Relatório interno não publicado].

¹⁴³ Fórum Urbano (2025). *Saber mais.* <https://forumurbano.pt/saber-mais/>

¹⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁴⁵ Locals Approach (2023).

10 anos de iniciativas de desenvolvimento local urbano integrado e sustentável no Alto da Ajuda. [Relatório interno não publicado].

A associação *Locals Approach* tem as suas raízes no coletivo informal *u:iclc*, criado em 2011 por estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, nomeadamente Gonçalo Folgado¹⁴⁰ e João Martins¹⁴¹. A génese da associação está ligada ao território da Ajuda, mais concretamente ao Bairro 2 de Maio, situado em frente à faculdade. Foi neste bairro que, através de um contacto direto com a comunidade local, o grupo delineou um plano de ação estruturado, dando os primeiros passos numa prática de projeto que viria mais tarde a consolidar-se em moldes profissionais e associativos.¹⁴²

As suas intervenções baseiam-se na participação ativa da comunidade e das organizações locais, tanto na definição como na implementação dos projetos, incluindo a comunidade académica, a autarquia, as instituições, as associações, os grupos informais e os diversos cidadãos interessados. A sua atividade abrange áreas como a requalificação do espaço público, a regeneração urbana participada, a criação de plataformas digitais, o desenvolvimento de processos educativos e a conceção de ferramentas e metodologias de ativação comunitária.

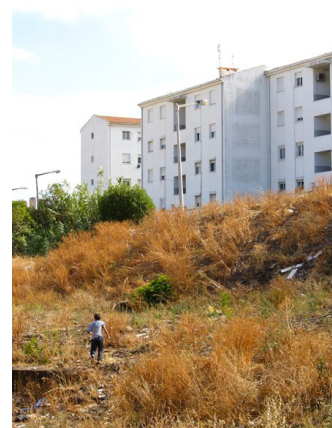
A sua missão organiza-se em torno de três pilares de intervenção: *Transformação*, promovendo a regeneração sustentável do meio natural e social; *Conhecimento*, através de uma aprendizagem recíproca que capacita pessoas e territórios; e *Participação*, garantindo processos inclusivos que fortalecem as relações de proximidade entre todos os intervenientes.

Uma das iniciativas mais relevantes da associação é o *Fórum Urbano* (2018), concebido como uma plataforma digital dedicada à identificação, sistematização e articulação de projetos de intervenção territorial com impacto significativo na vida das comunidades. Este projeto tem vindo a consolidar-se como um espaço de mapeamento e disseminação de práticas de cidadania ativa e coesão social.¹⁴³

Procura valorizar iniciativas locais frequentemente invisibilizadas, promovendo a criação de redes colaborativas e a circulação de conhecimento entre organizações da sociedade civil e cidadãos. Neste sentido, constitui uma ferramenta estratégica que reforça a articulação entre práticas de base comunitária e políticas públicas, refletindo os princípios metodológicos e os objetivos estruturantes da associação.¹⁴⁴

Através de iniciativas como esta, a associação contribui para aprofundar o exercício da democracia participativa à escala local. Como a própria sintetiza, quem percorre o seu trabalho

*“irá imergir (...) na imensa miríade de ações, iniciativas e projetos de índole cidadã em que a participação é denominador comum de uma equação em que o resultado se traduz no aprofundamento do exercício da Democracia Participativa à escala local, ou seja, na concretização do Direito à Cidade”.*¹⁴⁵



55. Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013

56. Crianças na rua no projeto 25 de Abril, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013

O projeto *2 de Maio todos os dias* é o caso de estudo selecionado, por exemplificar a abordagem de proximidade da *Locals Approach*, nascido de uma ação espontânea e colaborativa de estudantes de arquitetura no Bairro 2 de Maio. A partir do contacto direto com os moradores e de uma leitura crítica do território, procurou desde o início responder às necessidades locais e requalificar um bairro então marcado pela degradação e pelo abandono.¹⁴⁶

Urbanisticamente, o Bairro 2 de Maio é caracterizado por um traçado que remete ao conceito de cidade-jardim, composto por grandes edifícios de habitação coletiva em banda, de cor branca, que acompanham o declive do terreno em direção a sul. No entanto, em 2011, a mesma altura em que teve início a intervenção, o espaço público encontrava-se profundamente degradado, com condições precárias e uma quase inexistência de equipamentos coletivos ou espaços qualificados de uso comum. Neste contexto, o projeto emergiu como uma tentativa de inversão deste panorama, através de uma leitura crítica do território e da mobilização da comunidade local.¹⁴⁷

A intervenção partiu de um diagnóstico participado, construído a partir do contacto direto com a população. Ao contrário da expectativa inicial de que os moradores precisavam de mobiliário urbano, as respostas expressaram preocupações relacionadas com a ausência de um espaço comunitário, equipamentos lúdicos para crianças e idosos, estruturas básicas de apoio à comunidade, como comércio e qualificações do espaço público. Este levantamento revelou um sentimento generalizado de abandono e desvalorização do bairro.¹⁴⁸

¹⁴⁶ FOLGADO, Gonçalo.

Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

¹⁴⁷ *Locals Approach* (2023).

10 anos de iniciativas de desenvolvimento local urbano integrado e sustentável no Alto da Ajuda. [Relatório interno não publicado].

¹⁴⁸ ALEMÃO, Samuel. *Toda a gente, quando chamada a participar sobre o que lhe interessa, tem intervenção válida*. in: Público, 21 de outubro, 2022. <https://arteria.publico.pt/comunidade/toda-a-gente-quando-chamada-a-participar-sobre-o-que-lhe-interessa-tem-intervencao-valida/>

57. Trabalhos de reabilitação do Largo do Cantinho, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014

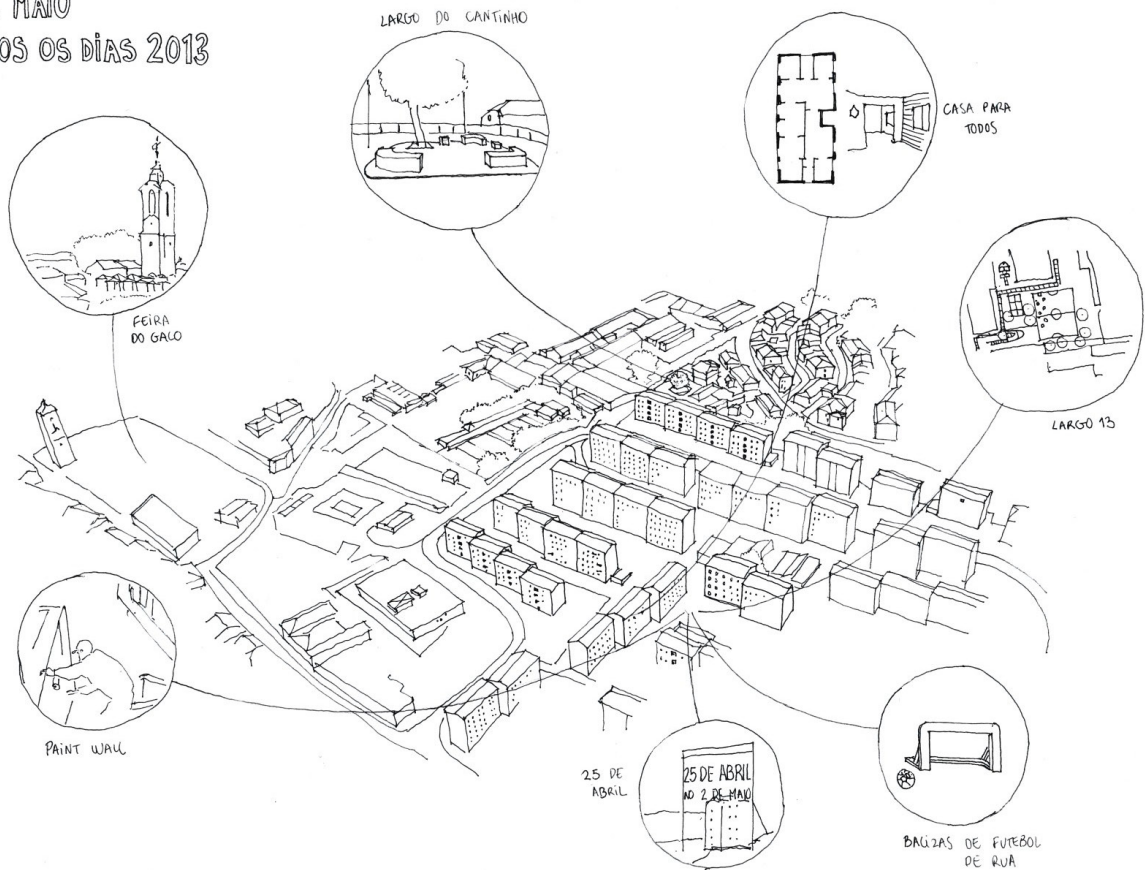


58. Depois do projeto de requalificação do Largo do Cantinho, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014



59. Esquema feito pela autora da intervenção 2 de Maio Todos os Dias, 2025

2 DE MAIO
TODOS OS DIAS 2013



A resposta arquitetónica a este diagnóstico traduziu-se num plano com sete eixos de intervenção, desenhado em articulação com os moradores, técnicos e professores da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. O projeto foi distinguido com um financiamento do programa BIP/ZIP¹⁴⁹ da Câmara Municipal de Lisboa, além dos apoios de diversas empresas de construção, o que permitiu dar corpo a intervenções concretas de reabilitação e ativação espacial. Com estes recursos, foi possível implementar um conjunto significativo de intervenções, tanto em pequena como em larga escala.

Uma das mais emblemáticas foi a reabilitação e reconversão do antigo ATL¹⁵⁰ na *Casa para Todos*¹⁵¹, um espaço multifuncional que se transformou no principal equipamento coletivo do bairro. Este espaço foi pensado de forma flexível e adaptável, respondendo a múltiplos usos (atividades educativas, culturais, desportivas, assembleias, etc.). “*É o sítio onde se tomam decisões, onde os miúdos têm explicações, onde têm teatro, onde jogam à bola.*”¹⁵² Tornou-se, assim, num ponto de encontro intergeracional, simbólico e funcionalmente central para a comunidade.

A metodologia adotada destacou-se pela utilização de sessões de auscultação e codesenho, que envolveram cerca de 50 participantes. Estas sessões foram dinamizadas com crianças, jovens e idosos, permitindo identificar desejos e necessidades, atribuir significados aos espaços, e projetar soluções ajustadas à vivência real do bairro. A introdução de ferramentas como maquetes físicas, modelos 3D e jogos colaborativos facilitou a comunicação entre técnicos e moradores, promovendo uma apropriação do espaço por parte da comunidade.¹⁵³

O *Largo 13*¹⁵⁴, uma das áreas de espaço público intervencionadas no âmbito do plano, exemplifica esta abordagem. Reunindo crianças e jovens do Bairro 2 de Maio, considerados os utilizadores principais do Largo, estes foram envolvidos num processo participativo que resultou na escolha de jogos infantis a serem colocados no espaço e na decisão da localização de elementos como árvores, bancos e papeleiras. Esta organização do espaço concebeu-se através da elaboração e personalização de maquetes com a ajuda das crianças e da negociação de desejos, limitações técnicas e a leitura do lugar.¹⁵⁵

Além da *Casa para Todos* e do *Largo 13*, foram também desenvolvidos outros projetos relevantes, como a reabilitação do *Largo do Cantinho*¹⁵⁶, a criação de hortas urbanas participativas e a valorização de infraestruturas comunitárias subutilizadas.

O projeto *2 de Maio Todos os dias* teve ainda uma forte componente de monitorização e avaliação, com momentos de reflexão coletiva, medição de impacto e articulação com os instrumentos de gestão territorial. A sua continuidade é visível na criação da associação *Amigos do B2M*¹⁵⁷, fundada em 2015, que dá seguimento às atividades iniciadas e promove a gestão e dinamização diária de vários espaços do bairro.



60. Casa para Todos, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013

¹⁴⁹ Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa.

¹⁵⁰ Atividades de Tempos Livres

¹⁵¹ Locals Approach (2025).

Casa para Todos. <https://www.localsapproach.org/casa-para-todos/>

¹⁵² FOLGADO, Gonçalo.

Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

¹⁵³ Rés do Chão (2022). *Casa para Todos*. <https://resdochao.org/casa-para-todos-1>

¹⁵⁴ Locals Approach (2025). *Largo 13*. <https://www.localsapproach.org/en/planeamento-participado-largo-13/>

¹⁵⁵ Locals Approach (2014).

Largo 13 - Proposta de reorganização do espaço e jogos infantil/juvenil. https://www.localsapproach.org/wp-content/uploads/2017/09/00_Largo-13_Proposta-de-reorganizacao-do-espaço-e-jogos-infantiljuvenil-.pdf

¹⁵⁶ Locals Approach (2025).

Largo do Cantinho. <https://www.localsapproach.org/en/largo-do-cantinho/>

¹⁵⁷ Bairro 2 de Maio

4.1.2 | Ensaios e Diálogos Associação (EDA)



61. Localização das atividades da EDA em Portugal

¹⁵⁸ Trienal de Lisboa. “EDA, Ensaios e Diálogos” <http://www.trienaldelisboa.com/theformofform/participantes/eda-ensaios-e-dialogos/>

¹⁵⁹ Ensaios e Diálogos Associação (2023). *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*. <https://www.e-da.pt/post/eda-until-now-from-now-on>

¹⁶⁰ SOUSA, Diego Inglez de. *Duas ou três coisas que eu sei sobre a EDA*. In: Ensaios e Diálogos Associação. *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*. Antigo Presídio da Trafaria: EDA, 2023. (p.10-11)

¹⁶¹ BUISSON A., PEREIRA D., PAPA D. e PINTOS. C. *Ensaio sobre nós*. *Ibidem*. (p.7)

A *Ensaios e Diálogos Associação* (EDA), fundada em 2013, emergiu do grupo informal de amigos que concebeu e construiu a *Casa do Vapor*, um projeto de arquitetura efêmera e autoconstrução na Trafaria, Setúbal. A sua génese está ligada à experimentação de formas alternativas de intervenção no território, cruzando cultura, arte, arquitetura, educação e sensibilização ambiental.

O nome da associação reflete a abordagem que adotam: *Ensaios* refere-se aos projetos enquanto ideias experimentais, concebidas e testadas em estreita ligação com as comunidades onde se inserem; *Diálogos* traduz os processos de escuta, negociação e participação que estruturam a relação com essas mesmas comunidades.¹⁵⁸

Esta abordagem é potenciada pela diversidade da equipa nas intervenções, composta por arquitetos, *designers*, artistas, construtores, programadores culturais, ambientalistas e cientistas sociais, permitindo adotar metodologias flexíveis e adaptadas a cada contexto de intervenção.

Nos últimos dez anos, a EDA desenvolveu 29 projetos, maioritariamente no território de Almada, com destaque para a Trafaria e a Costa da Caparica, mas também noutras localidades, sempre que surgem convites que se alinhem com a sua visão. O percurso da associação foi sistematizado no catálogo *Until Now | From Now On* (2023), que documenta tanto os resultados alcançados como as perspetivas de futuro.¹⁵⁹

As intervenções da EDA caracterizam-se pela construção coletiva e pela ativação de espaços comunitários, recorrendo a processos transdisciplinares que integram ações de pequena escala, como sessões de cinema ao ar livre ou refeições partilhadas entre moradores e voluntários, até obras de transformação física e requalificação espacial. A valorização dos patrimónios materiais e imateriais constituiu um elemento fundamental de atuação, frequentemente promovida por meio de eventos culturais e intervenções artísticas que fortalecem a identidade local.

A metodologia da associação privilegia a imersão no território, convivendo com os moradores, ouvindo as suas memórias individuais e coletivas e criando laços duradouros que “vão além da arquitetura ou da construção, criando uma relação de confiança e colaboração”.¹⁶⁰ Este trabalho é sustentado por uma presença constante no local, defendendo que “o mundo é mais rico quando o vivemos em comunidade”¹⁶¹ e que a força transformadora da arquitetura reside na ação coletiva.



62. Capa do livro *EDA 10 anos, Until Now | From Now On, EDA, 2023*

63. Performance para as crianças na Casa do Vapor, Cova do Vapor, Setúbal, 2013

A *Casa do Vapor* (2013) constituiu um marco inaugural e fundador da prática da EDA, caracterizando-se como um projeto de arquitetura efêmera e autoconstrução implantado na praia da Cova do Vapor, integrado na Trienal de Arquitetura de Lisboa desse ano.

Foi impulsionada pelo coletivo de arquitetura EXYZT e pelo grupo informal que viria a formar a EDA, após a desmontagem do Laboratório de Curadoria de Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012. A intervenção assumiu-se simultaneamente como residência criativa, incubadora de projetos, cozinha comunitária e espaço de lazer, num processo intensivo que, entre abril e outubro, mobilizou mais de cem participantes, entre eles artistas, arquitetos, produtores culturais, moradores e profissionais de diferentes geografias.¹⁶²

Inserida num território periférico e marcado por fortes contrastes socioeconómicos, a Trafaria apresenta um centro mais tradicional, habitado por uma população envelhecida e enraizada há várias gerações, e zonas periféricas com bairros informais e comunidades migrantes, onde vivem muitas crianças e jovens. A proximidade ao rio e ao mar molda tanto a paisagem como as práticas económicas, fortemente ligadas à restauração e ao turismo gastronómico, sobretudo associado ao peixe. A rede de transportes limitada acentua um certo isolamento, mas a pequena dimensão geográfica do território e a densidade de relações comunitárias favorecem que intervenções culturais e sociais, mesmo de pequena escala, tenham um impacto significativo.¹⁶³

¹⁶² “*Casa do Vapor*” *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*, Ensaio e Diálogos Associação, p.30. Maio de 2023

¹⁶³ PEREIRA, Diana. Entrevista concedida à autora, 5 de junho de 2025. (A transcrição integral desta entrevista não foi autorizada para publicação.)

64. *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013

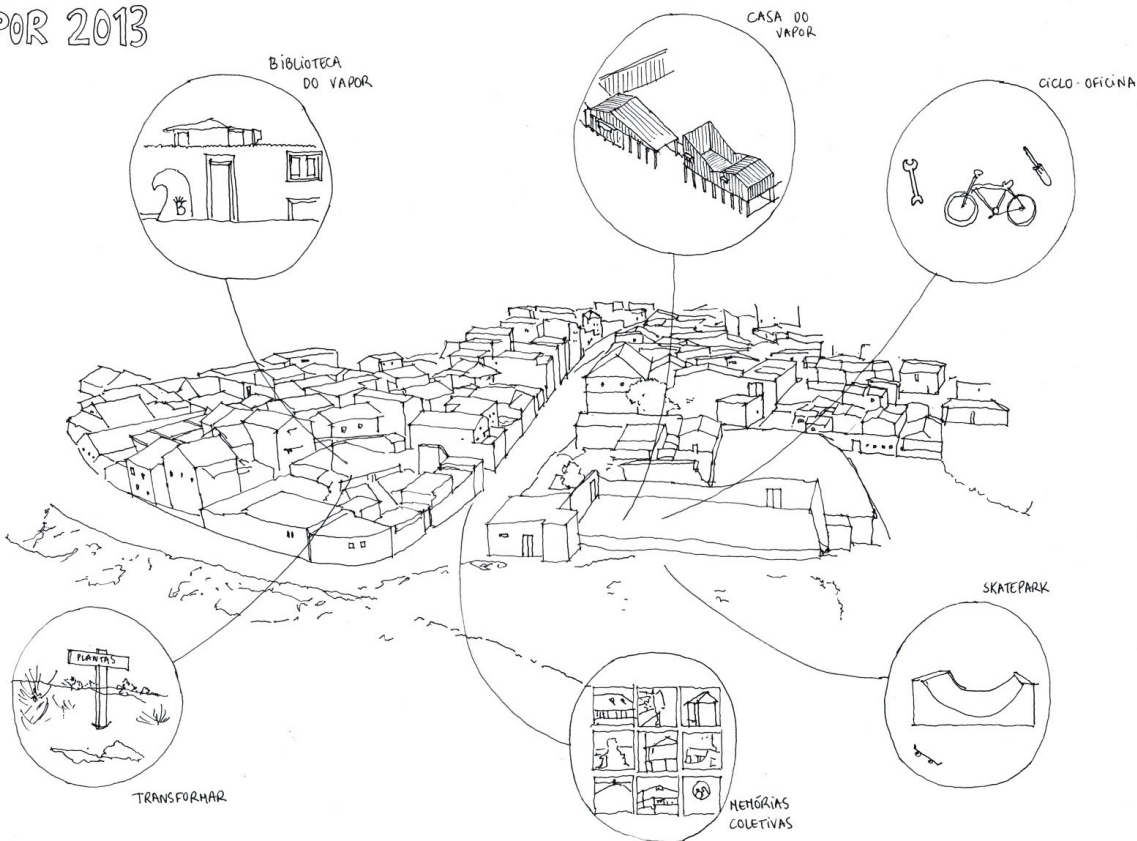


65. Reunião comunitária, Cova do Vapor, Setúbal, 2013



66. Esquema feito pela autora da intervenção *Casa do Vapor*, 2025

CASA DO VAPOR 2013



O desenho arquitetónico e programático resultou da escuta ativa da comunidade, antecedendo a construção. Entre os desejos recolhidos, destacou-se a proposta de uma moradora, hoje membro da associação, para a criação de uma biblioteca, dando origem à *Biblioteca do Vapor*.¹⁶⁴ Inicialmente foi instalada na estrutura efêmera, acabando por se converter na primeira biblioteca de gestão comunitária em Portugal, com acervo integrado na rede pública, tornando-se um equipamento cultural de referência, sobretudo para o público jovem.¹⁶⁵

A *Casa do Vapor* foi materializada com recurso a madeira reutilizada, numa lógica de circularidade construtiva, e desenhada para permitir múltiplos usos. A cozinha comunitária, ponto central do projeto, foi o motor da ativação social, reunindo crianças, pescadores, cozinheiros e visitantes num espaço aberto à experimentação e convivência.

Ao longo da sua existência, realizaram-se 29 atividades e 11 eventos, com o envolvimento de voluntários locais e internacionais, num ambiente que cruzava práticas construtivas, programação cultural e mediação comunitária.

Da *Casa do Vapor* emergiram vários projetos de continuidade, como o arquivo fotográfico *Memórias Coletivas* (2013)¹⁶⁶, que digitalizou e preservou o património visual da comunidade, hoje parte do espólio do Museu da Cidade de Almada, a ciclo-oficina, o skatepark, o programa *TransforMar* (2017-18)¹⁶⁷, dedicado à revitalização e proteção ambiental da zona costeira, e a *performance Opereta A~Mar* (2014)¹⁶⁸. Esta última, foi desenvolvida em residência artística e captou testemunhos e sonoridades locais, culminando num espetáculo colaborativo e inaugurando uma linha de trabalho que levaria a EDA a projetos de reflexão e ativação do espaço público, como a *Prisão Paraíso* (2014-2019)¹⁶⁹ no Antigo Presídio da Trafaria.¹⁷⁰

Devido às restrições de construção, a *Casa do Vapor* teve caráter temporário, e a madeira utilizada na sua estrutura foi posteriormente reaproveitada para erguer a Cozinha Comunitária das Terras da Costa.

Mais do que uma instalação arquitetónica, a *Casa do Vapor* representou uma nova forma de conceber e fazer arquitetura, na qual a construção, a programação cultural e a mediação com a comunidade decorriam em simultâneo, dando outro significado ao espaço balnear e projetando novos imaginários para o território.

Como recorda uma das fundadoras: “Este processo (...) acabou por estar muito na identidade e na génese da associação. A associação acaba por ser uma ferramenta, (...) uma plataforma.”¹⁷¹

Este percurso contribuiu para consolidar a EDA como uma plataforma de mediação, criação partilhada e ativação social.



67. Casa do Vapor, Cova do Vapor, Setúbal, 2013

¹⁶⁴ PEREIRA, Diana. Entrevista concedida à autora, 5 de junho de 2025. (A transcrição integral desta entrevista não foi autorizada para publicação.)

¹⁶⁵ *Casa do Vapor. EDA 10 anos, Until Now | From Now On*, Ensaios e Diálogos Associação, p.30. Maio de 2023

¹⁶⁶ Ensaios e Diálogos Associação (2025). *Memórias Coletivas*.

<https://www.e-da.pt/post/mem%C3%B3rias-coletivas>

¹⁶⁷ Ensaios e Diálogos Associação (2025). *TransforMar*. <https://www.e-da.pt/post/transformar>

¹⁶⁸ Ensaios e Diálogos Associação (2025). *Opereta A~Mar*. <https://www.e-da.pt/post/opereta-a~mar>

¹⁶⁹ Ensaios e Diálogos Associação (2025). *Prisão Paraíso*. <https://www.e-da.pt/post/pris%C3%A3o-para%C3%ADso>

¹⁷⁰ Ensaios e Diálogos Associação (2023). *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*. <https://www.e-da.pt/post/eda-until-now-from-now-on>

¹⁷¹ PEREIRA, Diana. Entrevista concedida à autora, 5 de junho de 2025. (A transcrição integral desta entrevista não foi autorizada para publicação.)

4.1.3 | Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (ASF-P)



68. Localização das atividades da ASF-P em Portugal

¹⁷² Lúcia Nunes (1971): presidente da ASF-P, arquiteta e professora portuguesa

¹⁷³ MONTEIRO, Vanessa Carolina Ferreira (2015)

Processos Participativos em Arquitectura: O estudo de caso de ONG's em Portugal: princípios e práticas. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa (p.46) <http://hdl.handle.net/10400.14/23894>

¹⁷⁴ Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (ASFP) <https://asfp.pt/>

A *Arquitectos sem Fronteiras Portugal* (ASF-P) integra a rede internacional *Architectes Sans Frontières*, fundada em Paris, em 1979, por Pierre Allard. A sua concretização em Portugal resultou da iniciativa da arquiteta Lúcia Nunes¹⁷², que, durante os seus estudos na Galiza, estabeleceu contacto com a ASF-Galiza. Esta tinha sido abordada por habitantes da aldeia de Ermelo, em Arcos de Valdevez, que viviam em condições de precariedade habitacional. O apoio inicial prestado a esta comunidade constituiu, assim, a primeira missão em território nacional. Apesar da pertinência e urgência da intervenção, o processo de institucionalização da organização foi demorado, sendo a ASF-P apresentada publicamente em 2001.¹⁷³

A ASF-P é uma associação sem fins lucrativos, dependente de trabalho voluntário e colaborações institucionais, que tem como missão atuar em comunidades desfavorecidas, afetadas por constrangimentos económicos ou por condições naturais adversas. Trabalha a partir de apelos diretos de ajuda, feitos pelas próprias comunidades ou pelos seus representantes, assegurando que a intervenção responde a necessidades concretas e prioritárias.¹⁷⁴

Segundo a ASF-P, a sua ação desenvolve-se no âmbito do planeamento e do projeto arquitetónico da edificação, do urbanismo, do ordenamento do território e do meio ambiente. As intervenções podem incluir ou não componentes construtivas diretas, sendo muitas vezes acompanhadas por processos de mediação social e capacitação comunitária.

Paralelamente, dedica-se à divulgação de um conhecimento alargado da arquitetura, promovendo atividades que integrem preocupações sociais e que contribuam para colmatar lacunas na oferta profissional, sobretudo em territórios rurais ou periféricos. Esta prática assenta no princípio de que a arquitetura não deve ser um privilégio restrito a comunidades economicamente favorecidas, mas um direito fundamental associado à dignidade e à qualidade de vida.

Neste enquadramento, a ASF-P tem vindo a desenvolver programas formativos e projetos de intervenção que materializam, no terreno, os seus princípios fundadores. Entre estes, destaca-se o curso *Arquitetura e Sociedade*, selecionado como caso de estudo, que se afirma como um espaço de aproximação entre a academia e contextos sociais complexos, promovendo metodologias participativas e processos de cocriação que reconhecem a comunidade como agente central na definição e transformação do seu território.



69. Cartaz do curso *Arquitetura e Sociedade*, Porto, 2022

70. Fotografia da zona das Fontainhas onde se desenvolveu o trabalho, Fontainhas, Porto, 2022

O programa *Arquitetura e Sociedade* é uma iniciativa promovida pela ASF-P em parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), a Fundação Aga Khan Portugal e a Domus Social, E.M..

Concebido como uma Unidade Curricular de Formação Contínua, tem como objetivo aproximar os profissionais de contextos reais de intervenção, combinando reflexão crítica sobre dinâmicas territoriais com metodologias participativas e experiências práticas de investigação-ação.¹⁷⁵

Desde a criação em 2022, o curso tem decorrido na zona das Fontainhas, no Porto, tendo como foco a ativação comunitária e a qualificação do espaço público com base numa leitura crítica das dinâmicas locais e das necessidades da população residente. A formação inclui sessões teóricas, mapeamentos, oficinas de cocriação e intervenções no local, sendo um exercício experimental entre ensino, prática profissional e cidadania ativa.¹⁷⁶

A 4ª edição (2025) deu continuidade às edições anteriores e inseriu-se no projeto *Cultivar a Proximidade*, centrando-se na requalificação dos Lavadouros das Fontainhas. Este espaço carrega um valor simbólico e central na identidade local, mas apresenta-se numa área afetada pela gentrificação, pressão imobiliária e dificuldade no acesso a transportes públicos e serviços básicos.¹⁷⁷

O local encontrava-se em estado avançado de degradação, com pavimento irregular e inseguro, grelhas de escoamento danificadas, ausência de contentores de lixo, acessibilidade comprometida entre os três patamares, falta de iluminação e inexistência de mobiliário e sinalização adequados.¹⁷⁸

¹⁷⁵ NUNES, Lígia. Entrevista concedida à autora, 22 de maio de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.145)

¹⁷⁶ Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2024). *Arquitetura e Sociedade*. <https://asfp.pt/projectos/arquitetura-e-sociedade/>

¹⁷⁷ SANTOS, A. B.; FREITAS, B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.; GIPSON-STRATTON, L.; MARUNY, L.; FERREIRA, M.; VAN-ZELLER, M.; PEREIRA, P.; MORAIS, S.; TUDELA, V. (2025). *Relatório Final Arquitectura e Sociedade 4ª edição "Cultivar a Proximidade. Lavadouro das Fontainhas"*. [Relatório interno não publicado].

¹⁷⁸ *Ibidem*.

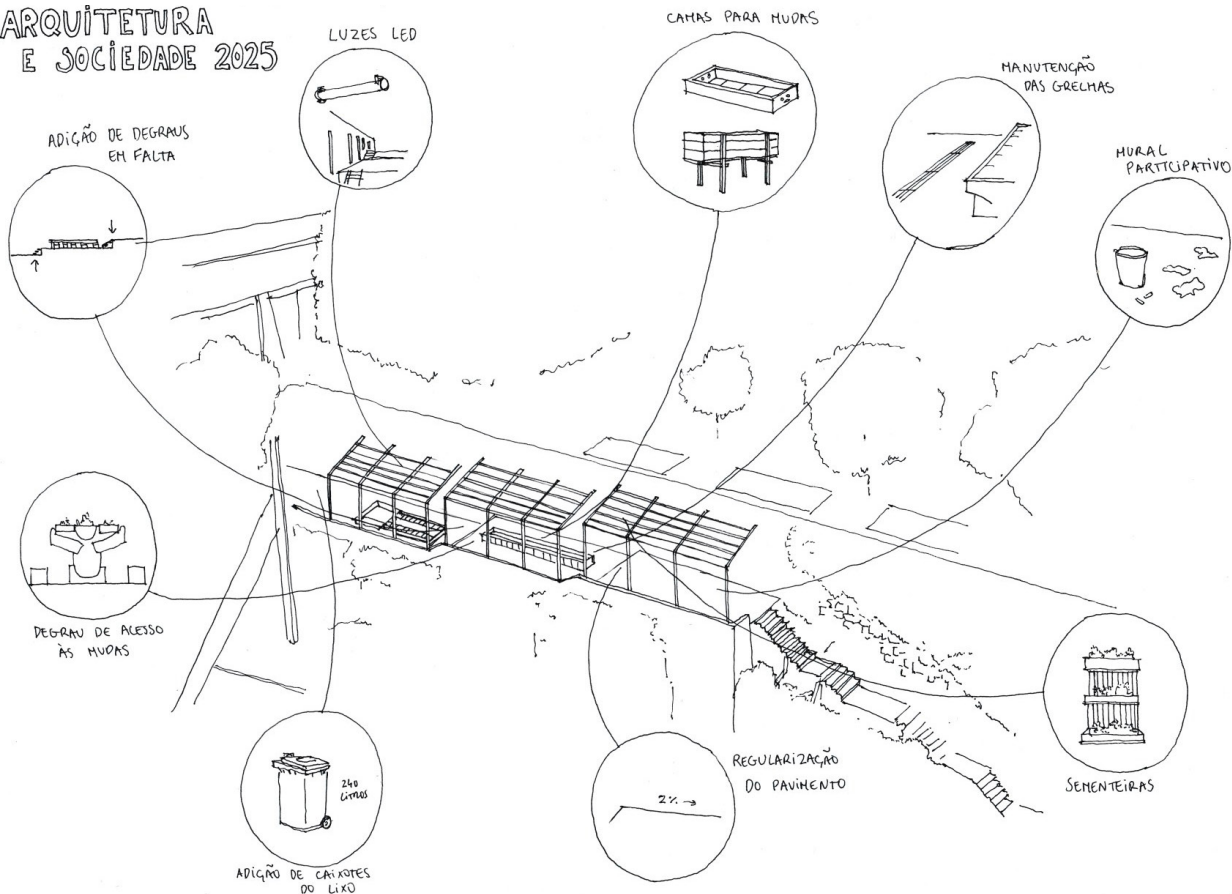
71. Montagem de protótipos de mobiliário urbano, Fontainhas, 2025



72. Atividade lúdica de um mural a giz e água, Fontainhas, Porto, 2025



73. Esquema feito pela autora da intervenção *Arquitetura e Sociedade* (2025), 2025



Segundo o relatório redigido pelos alunos do curso, a intervenção arquitetônica teve como ponto de partida um diagnóstico participativo, realizado através de oficinas com moradores, crianças e entidades locais, como a Escola da Alegria. Identificaram-se problemas concretos e desenvolveram-se respostas espaciais e programáticas, centradas em três grandes frentes: a reorganização do espaço físico, a criação de mobiliário urbano funcional e a programação de atividades comunitárias.

A nível físico, propôs-se a regularização do pavimento com uma inclinação adequada (2%) para garantir acessibilidade, a requalificação dos acessos entre patamares, a instalação de iluminação LED de baixo consumo, pontos de recolha de resíduos, e melhorias na drenagem de águas. Estas medidas visam restaurar a funcionalidade e segurança do lugar, tornando-o apropriável por diferentes faixas etárias.

No segundo patamar, foi projetada a transformação dos lavadouros para camas de plantação, dando origem a um jardim de mudas onde as crianças e os adultos possam cultivar frutas, vegetais e outras plantas. Esta área foi pensada em articulação com o currículo escolar da Escola da Alegria, para que os alunos possam usufruir da horta no contexto das atividades letivas.

Já o terceiro patamar foi concebido como uma zona flexível, com um mural no pavimento pensado para acolher eventos, oficinas, *performances* ou meros momentos de lazer.

A nível construtivo, os alunos desenvolveram protótipos de mobiliário urbano, nomeadamente, bancos que permitissem o acesso das crianças ao nível dos lavadouros, com o apoio do *Colectivo Febre*, utilizando tábuas de riga, cortadas e montadas no local. Foram testadas diferentes soluções de montagem, ajustadas às necessidades previamente identificadas.

Além das transformações físicas, o programa valorizou a ação cultural e a ativação comunitária como impulsionador de apropriação coletiva. Foram organizadas duas sessões participativas, que incluíram uma oficina de mobiliário urbano para adultos e uma atividade lúdica de um mural a giz e água para crianças, promovendo um contacto intergeracional com o espaço em transformação, e outra focando-se no desenvolvimento de camas para mudas, propondo-se vários desenhos das mesmas.

O programa *Arquitetura e Sociedade* promove, assim, uma prática orientada para o compromisso ético com os contextos locais, onde os estudantes atuam como facilitadores de processos coletivos, baseados na escuta, negociação e medição. Mais do que o produto final, o projeto é entendido como um processo social e político, contribuindo para formar arquitetos e outros profissionais, conscientes da sua responsabilidade social e da importância da arquitetura enquanto ferramenta de transformação urbana e cultural.



74. Montagem de protótipos de mobiliário urbano, Fontainhas, 2025

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

“Na sociedade em que vivemos é impensável projecto sem diálogo, sem conflito e encontro, sem dúvida e convicção, alternadamente, em conquista da simultaneidade e da liberdade.”

Álvaro Siza Vieira, Imaginar a Evidência, 1995

5.1 | Impacto das intervenções em Portugal

¹⁷⁹ Ensaios e Diálogos Associação (2023). Relatório Final de Atividades 2013-2023. [Relatório interno não publicado].

¹⁸⁰ SOUSA, Diego Inglez de. *Duas ou três coisas que eu sei sobre a EDA. In: Ensaios e Diálogos Associação. EDA 10 anos, Until Now | From Now On. Antigo Presídio da Trafaria: EDA, 2023. (p.10-11)*

Neste subcapítulo pretende-se analisar o impacto físico, espacial, social, comunitário e simbólico, das organizações anteriormente apresentadas, na transformação dos territórios e comunidades onde atuam.

Foram estabelecidos dois tipos de ferramentas de medição, sendo eles o estudo de documentos, como planos de atividades, descrições de projetos, relatórios de impacto e dados estatísticos, e as entrevistas realizadas a membros das organizações.

O trabalho da *Locals Approach* espalha-se por mais de 45 projetos e atividades. Para a associação, o impacto mais significativo que tem dado conta é as pessoas voltarem a acreditar que é possível fazer acontecer.

Na entrevista, surgiu a ideia de que, muitas vezes, a comunidade sente que não vale a pena envolver-se, porque nada irá mudar. No entanto, é precisamente quando começam a ver resultados concretos a acontecer que essa perceção se transforma. Por consequência, voltam a acreditar na democracia participativa, voltam a acreditar que a sua voz é importante e que estão ali pessoas para os ouvir verdadeiramente. E o mais significativo é serem ouvidos e verem as suas opiniões traduzidas em ações tangíveis.

Esta escuta ativa, o contacto informal e a atenção prestada aos detalhes quotidianos são apontados pela associação como meios de estabelecer confiança e reforçar laços de reciprocidade.

A EDA destaca-se com 29 projetos ao longo de 10 anos, 25 deles sendo projetos de arquitetura, sendo estes 24 de espaço público. Nas suas 975 atividades já envolveu mais de 500 participantes voluntários, cerca de 300 profissionais e 16223 beneficiários.¹⁷⁹

A organização reconhece que os efeitos do seu trabalho não se resumem a um só tipo de impacto. Ao atuar num território tão concentrado, consequentemente agem numa escala muito próxima da comunidade. Desta forma, praticam uma construção contínua e prolongada de relações com o lugar e com a respetiva comunidade, “*sem nunca adotar uma postura paternalista.*”¹⁸⁰





Esta presença contínua no território, associada à manutenção de conexões entre a comunidade que o habita, permitem a criação de uma relação de confiança e o fortalecimento de redes de colaboração. Através de eventos como uma sessão de cinema no espaço público, constroem situações de permanência nos territórios, conectando e criando relações diretas entre pessoas diferentes, que por exemplo, não falam a mesma língua ou que veem de contextos sociais distintos. Ultrapassa-se, assim, “*fronteiras imaginárias e diferenças nacionais, etéreas ainda que constantemente impostas como reais.*”¹⁸¹

A EDA tem ainda a capacidade de promover o crescimento da comunidade, de “*pessoas, crianças, adultos, estrangeiros, nativos e mesmo de curiosos, em ambientes livres, seguros.*”¹⁸²

Geram convívios intergeracionais e multiculturais, construindo uma comunidade nas diferenças de cada um, procurando um conhecimento das suas memórias, histórias e ligações afetivas.

“*Comunidade aqui é, sobretudo, verbo, conjugado pela EDA no passado, presente e futuro.*”¹⁸³ Assim, a associação apresenta um modelo de envolvimento profundo e contínuo, tornando-se não só um espaço físico, como mental, “*um lugar de projeção, de construção, de possibilidade.*”¹⁸⁴

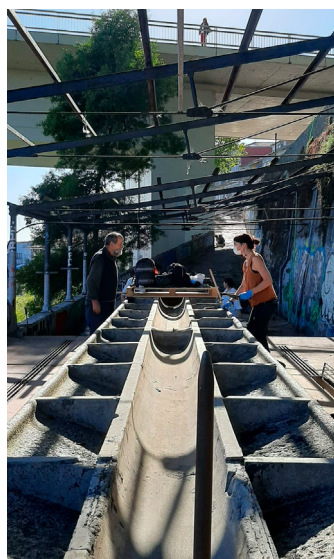
76. Skatepark da Casa do Vapor, Setúbal, 2013

¹⁸¹ SOUSA, Diego Inglez de. *Duas ou três coisas que eu sei sobre a EDA.* In: Ensaio e Diálogos Associação. *EDA 10 anos, Until Now | From Now On.* Antigo Presídio da Trafaria: EDA, 2023. (p.10-11)

¹⁸² MACEDO, Rita. *Uma prisão com parede feitas de portas e janelas para o mundo.* In: Ensaio e Diálogos Associação. *EDA 10 anos, Ibidem.* (p. 20-21)

¹⁸³ *Ibidem.*

¹⁸⁴ PEREIRA, Diana. Entrevista concedida à autora, 5 de junho de 2025. (A transcrição integral desta entrevista não foi autorizada para publicação.)



**77. Lavadouro das Fontainhas,
Porto, 2022**

¹⁸⁵ Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2024). <https://asfp.pt/o-que-fazemos/portfolio/>

O impacto da ASF-P distribui-se por 25 projetos, 10 conferências e seminários, 10 *workshops* e formações, 28 participações em redes internacionais, 13 exposições e outras atividades.¹⁸⁵

A associação acredita que o seu impacto é mais humano do que visível, seja na forma de ver e pensar as coisas, seja na forma como as pessoas se relacionam e colaboram. Valorizam mais a relação que as pessoas estabelecem entre elas e a forma como trabalham em conjunto, do que propriamente o resultado.

Desta forma, o impacto da ASF-P encontra-se muito mais nos processos do que na consequência física, destacando o papel de mediação. Importa produzir uma relação entre os vários atores, para que as pessoas que estão a trabalhar, se possam organizar e elas próprias produzirem em equipa, para no fim, obterem resultados satisfatórios. Facilmente um projeto cria impacto, se logo à partida se parte de um consenso entre as várias pessoas envolvidas.

Outra forma que a organização considera impactante é ao promoverem a cocriação, realizada por todas as pessoas que tem alguma coisa a dizer sobre o processo. É aplicado logo um maior impacto, ao fazer as pessoas praticarem uma metodologia de consenso e ao garantir que os resultados tenham consequências e benefícios para todos.

Interessa também não só pensar em impacto positivo, mas evitar o impacto negativo. É importante garantir uma parte do impacto pelos princípios que usam a intervir e a definir as metodologias. A ASF-P põe isso em prática logo desde o início, devido à política de tecnologia e materiais que utilizam, que parte da *Carta de Hasselt*, minimizando desde logo impactos ambientais ou impactos nefastos sociais. Por exemplo, no projeto dos lavadouros do curso *Arquitetura e Sociedade*, os materiais são todos reutilizados.

Apesar das transformações apresentadas, as associações reconhecem limitações na medição do impacto das suas atividades. Como foi possível verificar nas entrevistas, nenhuma delas dispõem, até ao momento, um sistema formal de avaliação de impacto. No entanto, todas demonstram preocupação com esta lacuna e têm vindo a procurar estratégias para corrigi-la.

A *Locals Approach* recorre habitualmente a relatórios de projeto que acompanham a execução das atividades, registando indicadores como o número de participantes e a própria dinâmica da participação.

Há um interesse em perceber se os projetos estão a consolidar ou a perder envolvimento junto das comunidades. Em termos metodológicos, recorrem a inquéritos de satisfação e, em alguns casos, avaliações externas conduzidas por profissionais de ciências sociais, como uma socióloga.

Apesar destes mecanismos, a *Locals Approach* reconhece a ausência de uma avaliação de impacto constante, assumindo que isso fragiliza a organização ao não conseguir formalizar evidências das mudanças geradas. Por esse motivo, têm vindo a trabalhar nesse sentido, ao incluir as avaliações de impacto nas últimas candidaturas, sendo já possível referir uma avaliação realizada no âmbito do *FabLab* para o Bairro 2 de Maio. Nos restantes projetos, implementam relatórios de monitorização com indicadores-chave (KPIs), ajustados a cada um deles.¹⁸⁶

A EDA admite a mesma fragilidade. Até ao momento, não realizam exames formais de impacto com dados estatísticos ou indicadores quantitativos, nem nunca trabalharam com um investigador externo para esse fim. Contudo, tal como a *Locals Approach*, deram recentemente um passo nesse sentido, ao apresentarem uma candidatura em parceria com uma entidade académica, que permitirá, pela primeira vez, avaliar o impacto de forma mais sistematizada.¹⁸⁷ Apesar de não medir o impacto de forma quantitativa, o reconhecimento da associação no território e os convites regulares para estabelecer novas parcerias são considerados sinais evidentes da sua importância na comunidade.

A ASF-P, por sua vez, afirma estar ainda numa fase de aprendizagem em relação à avaliação formal, mas considera que o acompanhamento contínuo é mais importante que a medição final.¹⁸⁸

A associação reconhece que no processo de avaliação, a própria forma de fazerem as perguntas para avaliar tem muita influência nas respostas. No contexto do curso *Arquitetura e Sociedade*, o impacto é avaliado tanto no território como nos próprios participantes. Estes são convidados a redigir relatórios críticos sobre a experiência e a refletir sobre os efeitos das intervenções. Os participantes locais são ainda ouvidos quanto aos prós e contras das atividades desenvolvidas.¹⁸⁹

¹⁸⁶ FOLGADO, Gonçalo.

Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

¹⁸⁷ PEREIRA, Diana. Entrevista concedida à autora, 5 de junho de 2025. (A transcrição integral desta entrevista não foi autorizada para publicação.)

¹⁸⁸ NUNES, Lúcia. Entrevista concedida à autora, 22 de maio de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.145)

¹⁸⁹ *Ibidem*.

5.2 | Desafios e Soluções

¹⁹⁰ FOLGADO, Gonçalo.

Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

¹⁹¹ NUNES, Lígia. Entrevista concedida à autora, 22 de maio de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.131)

¹⁹² Locals Approach (2014).

Largo 13 - Proposta de reorganização do espaço e jogos infantil/juvenil. https://www.localsapproach.org/wp-content/uploads/2017/09/00_Largo-13_Proposta-de-reorganização-do-espaço-e-jogos-infantiljuvenil-.pdf

Embora haja impacto, as organizações enfrentam um conjunto de dificuldades estruturais e operacionais, que condicionam a sua ação no território e atrasam o desenvolvimento das mesmas.

A análise das entrevistas realizadas aos membros das associações permitiu encontrar fragilidades em comum, mas também a consequente capacidade de adaptação, criatividade e resistência.

Um dos principais obstáculos evidenciados pelas organizações é a instabilidade financeira. A dependência quase total de financiamento externo para os projetos é sempre referida.

A EDA revela que os seus rendimentos oscilam drasticamente de ano para ano, consoante a aprovação (ou não) de candidaturas, o que dificulta a continuidade dos projetos e o planeamento a longo prazo.

A *Locals Approach* refere a ausência de meios financeiros adequados para as problemáticas nas quais atua. São projetos que, na prática, “*estão a atuar sobre problemas que abrem telejornais: alterações climáticas, absentismo escolar, violência de género, ou até o desacreditar do próprio sistema.*”¹⁹⁰ Há, assim, uma desproporção entre os desafios sociais enfrentados e os meios financeiros disponíveis.

No caso do projeto no *Largo 13*, por exemplo, foi determinante o apoio do coletivo informal *u:iclc*, da Faculdade de Arquitetura de Lisboa e da Associação de Moradores do Bairro, que forneceram materiais, espaço de trabalho e a sede da *Casa para Todos* para a concretização da intervenção.¹⁹¹

A ASF-P também enfrenta esta problemática, sendo comum trabalhar com poucos recursos, ou mesmo nenhuns, ou ainda depender de parcerias com outras organizações para garantir meios materiais e humanos.

No entanto, a limitação ultrapassa a escassez de recursos e prende-se também com a própria natureza e maturidade da sua atuação. A organização tem vindo a desenvolver sobretudo atividades de formação, sensibilização e reflexão crítica, nomeadamente através do programa *Arquitetura e Sociedade*, iniciado em 2022. Embora estas iniciativas revelem um potencial significativo de impacto a médio prazo, a sua tradução em projetos de intervenção direta no território ainda se encontra numa fase inicial. Assim, o impacto permanece, por agora, mais visível no campo processual e educativo do que em transformações materiais concretas, algo que poderá tornar-se mais evidente à medida que os programas se consolidem e se multipliquem nos próximos anos.

Outro grande desafio é a escassez de recursos humanos. Em muitos casos, as equipas são reduzidas, constituídas por voluntários com disponibilidade limitada, muitas das vezes por terem um emprego a tempo inteiro.

A EDA indica que é constituída apenas por quatro mulheres e, na prática, ficarão apenas duas a tempo inteiro, o que gera uma sobrecarga e dificulta o trabalho.



78. Reunião comunitária no projeto *TransforMar*, Setúbal, 2017-18

A associação aponta ainda para o impacto da vida pessoal das fundadoras nas atividades, nomeadamente a maternidade, na oscilação da capacidade de execução e alcance de recursos.

Já a ASF-P menciona a dificuldade de manter o envolvimento consistente dos voluntários. O problema não está na falta de interesse pelas atividades, mas no facto das pessoas ainda não compreenderem que “o facto de ser voluntário não implica ser mais ou menos profissional.”¹⁹²

Não existe falta de pessoas interessadas, mas sim falta de que entendam que logo após o compromisso com a ONG, o trabalho voluntário exige não só a mesma seriedade, mas também uma dedicação de tempo comparável à de um emprego remunerado.

A falta de um espaço físico adequado para as associações surge como entrave à consolidação das mesmas no terreno.

A EDA esteve durante anos sem sede. Depois de um processo de oito anos com a Câmara Municipal, conseguiu acesso a uma sala no Presídio da Trafaria, mas ainda hoje esperam pelo protocolo assinado. A ausência de garantias de continuidade limita não só o impacto dos projetos, mas também a sustentabilidade dos mesmos a longo prazo.

As associações referem ainda dificuldades na articulação com entidades públicas e na obtenção de reconhecimento institucional.

A *Locals Approach* comunica a incompreensão do próprio aparelho do Estado, considerando que a participação continua a ser encarada como algo *exótico* por muitos decisores políticos.

AEDA relata que as oficinas para uso comunitário e pedagógico que propuseram, foram simplesmente ignoradas no plano de reabilitação do Presídio. Apesar de manterem uma relação regular com a autarquia e de serem referidas como o *parceiro local*, sentem-se muitas vezes instrumentalizadas como ponte com a comunidade, sem que isso se traduza efetivamente em apoio financeiro. Isto resulta em entraves burocráticos, promessas não cumpridas e na ausência de protocolos de longo prazo.



79. Crianças numa atividade participativa do projeto *Largo 13*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013

80. Grupo de estudantes do curso *Arquitetura e Sociedade*, Fontainhas, Porto, 2024



81. Crianças num processo participativo de sensibilização ambiental sobre a Cova do Vapor, Setúbal, 2017-18



Para além destes desafios estruturais, as organizações reconhecem também limitações na participação comunitária, que nem sempre ocorre com a intensidade ou continuidade desejadas. Sublinha-se a desconfiança inicial, a resistência comunitária, a falta de tempo ou a ausência de uma cultura participativa consolidada. Embora a participação seja um tema no centro do discurso das ONGs, a concretização acaba por exigir uma análise mais cuidada. Este tema será, por isso, explorado no subcapítulo seguinte.

Mesmo com estas limitações, as organizações têm desenvolvido um conjunto de estratégias que lhes permitem manter a atuação eficiente nos territórios.

Uma das respostas mais notória é a colaboração em rede. Todas as associações trabalham em parceria com entidades, universidades, juntas de freguesias, câmaras municipais, coletivos, outras ONGs, entre outros.

Segundo a *Locals Approach*, “o trabalho em parceria é tudo.”¹⁹³ A associação tem quase 40 a 50 parceiros de norte a sul do país, o que permite a criação de um conjunto de colaborações entre estruturas de poder local, sejam elas associações, grupos de ação local ou grupos comunitários.

A ASF-P destaca também a importância de trabalhar associada a outras organizações, para garantir a eliminação da falta de recursos financeiros e humanos, porque “às vezes uma organização tem os recursos, a outra tem os arquitetos, a outra tem os médicos.”¹⁹⁴

No caso da EDA, a associação tem sido regularmente procurada por entidades externas, tornando-se num parceiro de referência em intervenções na sua área.

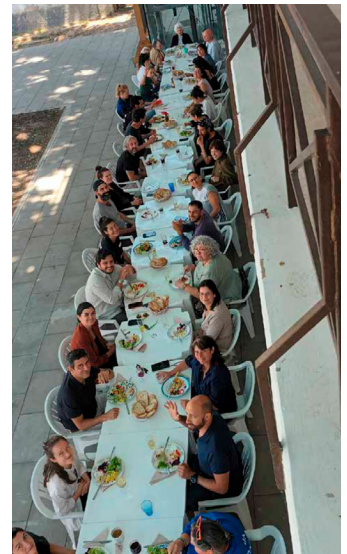
Outra estratégia comum é a flexibilidade metodológica. As associações evitam modelos muito fechados e adaptam as metodologias dos projetos ao território e às comunidades envolvidas.

A EDA estabelece processos de cocriação, em que a programação cultural e a construção do espaço físico acontecem em simultâneo.

A ASF-P também refere a importância de trabalharem com metodologias abertas e colaborativas, nas quais o conteúdo dos projetos vai-se adaptando ao ritmo e à disponibilidade da comunidade e dos participantes.

A *Locals Approach* acredita na escuta ativa, associada a uma lógica de informalidade, promovendo conversas de rua, caminhadas ou festas como forma de gerar confiança e ativar redes locais. A EDA, por seu lado, refere ainda os almoços coletivos como momentos estratégicos para discutir ideias, tomar decisões e reforçar os laços afetivos entre participantes e comunidade.

Por último, destaca-se a capacidade de resistência e reinvenção das organizações. Mesmo sem garantias de continuidade, por exemplo, no que toca à sua própria sede, continuam a investir no território e na comunidade e a responder às falhas institucionais.



82. Refeição comunitária da associação EDA, Cova do Vapor, Setúbal, s.d.

¹⁹³ FOLGADO, Gonçalo.

Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

¹⁹⁴ NUNES, Lígia. Entrevista concedida à autora, 22 de maio de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.145)

5.3 | Efetividade da participação comunitária

¹⁹⁵ Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2025). *Quem somos*. <https://asfp.pt/quem-somos/>

¹⁹⁶ NUNES, Lígia. Entrevista concedida à autora, 22 de maio de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.145)

¹⁹⁷ Locals Approach (2025). *Visão*. <https://www.localsapproach.org/visao/>

¹⁹⁸ Ensaios e Diálogos Associação (2025). *Projetos EDA*. <https://www.e-da.pt/projetos-eda>

Depois da revisão teórica sobre a participação apresentada no Capítulo II, este subcapítulo propõe-se a analisar a forma como este conceito se materializa nas atividades das ONGs estudadas. A partir do discurso institucional de cada uma e os testemunhos das entrevistas realizadas, procura-se entender até que ponto a participação proposta é efetiva, quais são os métodos utilizados, as limitações e os resultados observáveis.

A ASF-P define o seu trabalho como uma construção de processos e metodologias participativas com a população local.¹⁹⁵ Em entrevista, a presidente da ONG refere que “*a própria ideia da participação é um bocadinho perigosa como definição e como aplicação. As pessoas veem o tema de formas diferentes.*”¹⁹⁶ A associação entende que participar é codesenhar, num processo colaborativo, variando de projeto para projeto. Por exemplo, no projeto desenvolvido na Gâmbia, houve participação desde a definição do programa funcional, até à escolha dos materiais e dos usos do espaço.

A *Locals Approach* procura capacitar pessoas, valorizar territórios e enriquecer processos, criando relações de proximidade e a integração ativa das partes interessadas, através do desenho da participação.¹⁹⁷

Tal como referido em entrevista, é importante distinguir o que é a participação do envolvimento. O envolvimento pode traduzir-se num contacto mais leve, que permite informar as pessoas, e as mesmas entenderem o que está a ser feito. Já a participação, implica um compromisso profundo, no qual as pessoas se envolvem e acompanham o projeto do início até à sua implementação e manutenção.

83. Refeição comunitária no projeto Casa do Vapor, Cova do Vapor, Setúbal, 2013



A EDA promove processos coletivos e de desenvolvimento comunitário, através de práticas transdisciplinares, sustentadas na participação, na intervenção sociocultural e na experimentação de soluções criativas. Esta abordagem traduz-se, na prática, em metodologias que incluem a comunidade não só na conceção dos projetos, mas também na sua execução.¹⁹⁸

Como sublinha Diana Pereira em entrevista, a participação acontece simultaneamente à construção dos espaços e à programação cultural. Por exemplo, na Casa do Vapor o processo de participação foi aberto desde o início à população, num espírito de *tudo é possível*, onde qualquer proposta, desde uma biblioteca, uma oficina de bicicletas, podia ser acolhida e concretizada.

As estratégias utilizadas para promover a participação variam entre as associações, mas partilham alguns princípios comuns.

A *Locals Approach* defende uma metodologia participativa baseada no contacto direto e informal. Começam por diagnósticos que cruzam o saber científico com o saber empírico, ou seja, as relações entre diagnósticos sociais e relatórios, com as perceções da comunidade. Podem acontecer com abordagens mais informais, através de um jogo, uma festa, uma caminhada pelo bairro.

Esta informalidade permite desbloquear predisposições que a comunidade tenha, de modo a permitir que falem abertamente sobre os seus territórios. Isto ilustra a eficácia dos métodos de sensibilização e de jogo, defendidos por Henry Sanoff, para destruir barreiras, criar empatia e permitir que as pessoas falem abertamente sobre os seus territórios.

Como refere a associação, o primeiro passo “*é olho no olho, é falarmos com as pessoas, é estarmos no território, ouvir.*”¹⁹⁹ A auscultação torna-se, assim, um momento em que há espaço para que as pessoas possam falar sobre as suas vidas e se quebrem alguns obstáculos.

A EDA, por sua vez, promove metodologias que articulam, simultaneamente, a construção física dos espaços e a sua programação cultural. A comunidade é envolvida através de, por exemplo, oficinas de carpintaria, plantação de árvores, conceção de atividades culturais, entre outros. Em cada projeto, a associação convive com os moradores, escuta as suas memórias individuais e coletivos, de modo a sentir o lugar para melhor atuar nele.²⁰⁰

Quando há projetos com grandes construções, é habitual montarem uma cozinha comunitária para fazerem refeições juntos. Este momento de refeição é uma ferramenta para incentivar a discussão e partilha de ideias sobre a evolução do projeto.

A ASF-P tem a cocriação como metodologia principal. Os projetos são concebidos em conjunto com a comunidade, que é convidada a decidir, dar a sua opinião, imaginar e executar em conjunto com a equipa técnica.

No caso específico do curso *Arquitetura e Sociedade*, a ASF-P adota oficinas participativas em que os habitantes locais e estudantes partilham o processo de desenvolvimento.

No entanto, apesar das metodologias e estratégias inovadoras, existem na mesma algumas barreiras e limitações à participação, reconhecidas pelas próprias ONGs.

Uma das dificuldades é que a participação nem sempre é desejada por todos. Tal como é referido na entrevista à EDA, por vezes há pessoas que não gostam de processos com total liberdade. Há quem não se sinta confortável com esse modo de trabalho, por exemplo, por não terem ideias, e que preferem participar em algo mais orientado. “*A participação não significa sempre que seja preciso dar liberdade criativa às pessoas*”²⁰¹, uma vez que nem toda a gente quer isso. Cabe à associação reconhecer o tipo de pessoas com que está a trabalhar.

A ASF-P sente-se desafiada no mesmo aspeto, observando que, às vezes, torna-se mais difícil envolver as pessoas do que desenhar o próprio processo de participação. Para além disso, percebem que às vezes é mais fácil envolver pessoas que não são do território do que as que propriamente são.



84. Moradores e membros da associação a conversar durante o projeto *Casa para Todos*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014

¹⁹⁹ FOLGADO, Gonçalo.

Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

²⁰⁰ Ensaaios e Diálogos Associação (2025). *Projetos EDA*. <https://www.e-da.pt/projetos-eda>

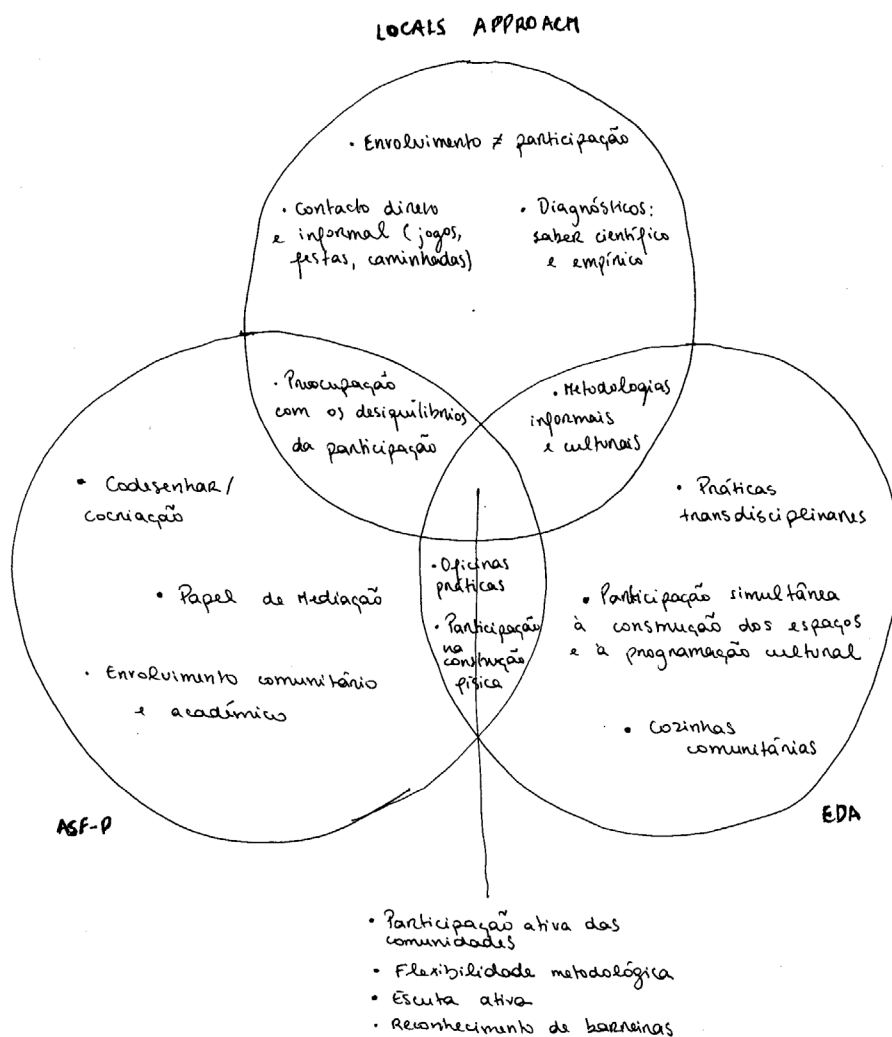
²⁰¹ PEREIRA, Diana. Entrevista concedida à autora, 5 de junho de 2025. (A transcrição integral desta entrevista não foi autorizada para publicação.)

85. Moradores à volta da maquete do projeto *Largo do Cantinho, Locals Approach*, Lisboa, 2014



86. Diagrama de Venn

Participação nas três ONG, 2025



No caso do curso *Arquitetura e Sociedade*, esta limitação manifesta-se quando, apesar das oficinas participativas envolverem estudantes e habitantes locais no desenvolvimento conjunto dos projetos, na prática, são geralmente os alunos que assumem a responsabilidade de desenhar e sintetizar as propostas. A ONG reconhece este desequilíbrio, procurando articular-se com parceiros locais, como associações, escolas ou representantes da comunidade, que asseguram uma continuidade, mediação e representatividade no terreno.

Os próprios participantes destacam ainda a importância de criar uma relação mais imersiva e fisicamente próxima do território, permitindo conhecer em maior detalhe as suas características, dinâmicas sociais e utilizadores habituais. Consideram essencial reforçar a escuta ativa, não se limitando apenas à realização de eventos abertos, mas promovendo também espaços de diálogo onde se discutam necessidades reais, prioridades e lacunas sentidas pela população. Para os alunos, já existe um mapeamento detalhado de atores e vontades, mas importa manter essa rede ativa, gerando uma discussão contínua e alinhada com as expectativas e ritmos da comunidade.²⁰²

Outra limitação relaciona-se com a participação sem continuidade e baixa adesão por parte das comunidades. Há pessoas que inicialmente se envolvem no processo participativo e, ou não o acabam, ou há quem tenha ideias, mas querem que sejam só os outros a realizar. Por exemplo, num projeto da EDA, os beneficiários participaram na fase de auscultação, mas depois nunca chegaram a comparecer às sessões ou às formações práticas. Isto demonstra tensões entre o interesse inicial e o compromisso efetivo.

Estas barreiras poderão estar relacionadas com fatores como a desconfiança, a perceção de que “a sua opinião não vai mudar nada”²⁰³ e a falta de cultura participativa consolidada.

Segundo a *Locals Approach*, observa-se, às vezes, uma certa resistência da própria comunidade à participação, maioritariamente por duas razões: ou porque nunca foram chamadas a participar, ou, quando o foram, tiveram demasiada intervenção, que poderá não ter sido conduzida ao encontro das suas necessidades e desejos. Por exemplo, no projeto *Largo 13*, integrado na *2 de Maio todos os dias*, apesar de a atividade ter sido planeada para a participação de doze crianças, apenas oito estiveram presentes, apesar de seis participarem de forma indireta e pontual noutras atividades.²⁰⁴

Assim, construir confiança leva tempo, consistência, proximidade, e acima de tudo ter a capacidade de ouvir.

A ASF-P também alerta para este problema, reconhecendo que a participação é muitas vezes mal compreendida ou aplicada de forma superficial. Em certos contextos, participar é só o ato de concordar com o projeto já desenhado, sem qualquer tipo de cocriação. Assim, confirma-se a advertência de Serry Arnstein, na *Escada da Participação*, de que muitos processos permanecem nos degraus intermédios, sem chegar ao controlo efetivo do cidadão.



87. Debate aberto sobre as propostas do projeto na Praça da Alegria, Porto, 2023

²⁰² SANTOS, A. B.; FREITAS, B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.; GIPSON-STRATTON, L.; MARUNY, L.; FERREIRA, M.; VAN-ZELLER, M.; PEREIRA, P.; MORAIS, S.; TUDELA, V. (2025). *Relatório Final Arquitectura e Sociedade 4ª edição “Cultivar a Proximidade. Lavadouro das Fontainhas”*. [Relatório interno não publicado].

²⁰³ FOLGADO, Gonçalo. Entrevista concedida à autora, 2 de junho de 2025. (A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos, pág.117)

²⁰⁴ *Locals Approach* (2014). *Largo 13 - Proposta de reorganização do espaço e jogos infantil/juvenil*. https://www.localsapproach.org/wp-content/uploads/2017/09/00_Largo-13_Proposta-de-reorganização-do-espaço-e-jogos-infantiljuvenil-.pdf

CAPÍTULO VI

DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

“Sei que seria possível construir o mundo justo. As cidades poderiam ser claras e lavadas, pelo canto dos espaços e das fontes (...)”

Sophia de Mello Breyner Andresen, *O Nome das Coisas*, 1977

6.1 | Síntese Crítica

Após a análise dos casos de estudo, torna-se evidente que as três organizações partilham o compromisso de transformar territórios, através de práticas participativas, gerando impactos visíveis tanto no espaço físico como no âmbito social e simbólico. Desde a requalificação de espaços públicos à criação de redes de confiança e ao fortalecimento da identidade local, o impacto reside sobretudo nos processos colaborativos, mais do que nos objetos finais.

Embora adotem metodologias distintas, observam-se padrões comuns, como o trabalho em rede com parceiros locais, a escuta ativa, a informalidade dos encontros, a cocriação de soluções com a comunidade e a flexibilidade para ajustar os processos às realidades de cada território.

A *Locals Approach* distingue-se pela atenção à dimensão simbólica do território e pela informalidade dos seus métodos. Ações como caminhadas, festas ou oficinas servem como meios de escuta, ativação de memórias e fortalecimento de redes locais. O impacto é sobretudo percebido na confiança gerada e na reconquista do espaço público como lugar de convivência e expressão.

A EDA destaca-se pela densidade e continuidade do seu trabalho num território específico. A presença prolongada e constante na Trafaria permite-lhe construir e consolidar uma relação de confiança com a comunidade. O modelo de atuação articula a intervenção arquitetónica com programação cultural, incluindo as dimensões físicas, sociais e afetivas.

A ASF-P assume uma abordagem mais dispersa geograficamente e com um carácter formativo. Valoriza a cocriação, o papel da mediação entre atores e a aprendizagem mútua entre técnicos, estudantes e participantes locais. Os seus projetos funcionam como espaços de experimentação e educação, tanto para os envolvidos como para os contextos onde atuam.

No entanto, surgem contradições e fragilidades estruturais que condicionam a ação destas ONGs.

Embora sustentem o seu discurso nos princípios da participação, o confronto entre a teoria e a prática revela algumas irregularidades. Como é reconhecido nos próprios testemunhos, a concretização plena desses ideais enfrenta algumas resistências, tanto por parte das comunidades, como das instituições públicas. A dificuldade em manter um envolvimento constante dos habitantes e a falta de cultura participativa são dois fatores que condicionam o alcance das intenções.

O voluntariado, embora essencial como recurso criativo e motor de inovação, coloca também desafios, evidenciando um risco de precarização profissional e de sobrecarga de responsabilidades em equipas instáveis ou temporárias.

Paralelamente, as ONGs assumem um papel ambíguo. Por um lado, são impulsionadoras de práticas inovadoras e de modelos participativos, por outro, acabam por substituir funções que, noutros contextos, seriam responsabilidades do Estado, o que levanta questões sobre dependência institucional e sustentabilidade.

A instabilidade financeira compromete tanto o arranque como a continuidade dos projetos e impede a consolidação das equipas, enquanto a informalidade organizacional, na ausência de sedes permanentes, na falta de protocolos estáveis e contratos de longa duração com entidades públicas, limita o impacto das ações.

A ausência de metodologias de avaliação de impacto também se revela como uma dificuldade. Embora todas as organizações contribuam para a mudança de comunidades, nenhuma delas dispõe de métodos consistentes e sistemáticos para medir o impacto social, territorial ou simbólico das suas ações. Esta falha limita não só a compreensão do efeito das ações, mas também o delinear de estratégias futuras e a transparência perante doadores e parceiros.

Este último ponto acaba por ser também uma fraqueza, uma vez que nenhuma das organizações, até à data, disponibiliza publicamente relatórios de atividades, contas financeiras ou avaliações de impacto nos respetivos *websites*. Apesar de manterem uma presença digital com informação descritiva sobre os projetos e missões, a ausência de documentação técnica e indicadores quantitativos prejudica principalmente a transparência institucional e o reconhecimento público do trabalho desenvolvido.

Esta fragilidade na sistematização e divulgação dos resultados e prestação de contas acaba por se relevar uma contradição face à missão participativa e pública que as ONGs defendem.

Acresce ainda que muitas práticas permanecem pontuais e localizadas, funcionando como experiências de grande valor simbólico, mas cuja escalabilidade e sustentabilidade ao longo do tempo permanecem incertas.

Em síntese, as ONGs analisadas revelam-se fundamentais na promoção de novas formas de pensar e praticar a arquitetura, colocando a participação e a proximidade à comunidade no centro da ação.

Apesar das limitações estruturais e institucionais que enfrentam, o seu trabalho abre caminhos para um modelo mais inclusivo, colaborativo e humano de intervenção no território. O desafio que se coloca no futuro é o de consolidar estas práticas, reforçando a sua sustentabilidade e capacidade de impacto, sem perder a dimensão ética e simbólica que as caracteriza.

6.2 | Contribuições para o Desenvolvimento Comunitário

Pretende-se agora refletir de forma crítica sobre os contributos que as organizações estudadas oferecem para o desenvolvimento comunitário em Portugal, percebendo de que modo colaboram para a construção de modelos alternativos de intervenção social e territorial.

As três ONGs respetivas, por norma, operam em territórios onde a presença do Estado é limitada ou onde a ação do poder local é insuficiente para dar resposta às carências da população.

Assim, atuam como agentes de mediação, criando espaços de escuta, de diálogo e de resposta a problemas concretos das comunidades, muitas vezes negligenciados pelas estruturas governamentais.

Como é visível no caso da EDA, a sua presença contínua na Trafaria tem corrigido lacunas deixadas pela Câmara Municipal na atenção ao território.

De igual forma a *Locals Approach* teve um papel decisivo na implementação da polícia de proximidade no Bairro 2 de Maio, um bairro que durante 40 anos não tinha recebido qualquer tipo de intervenção pública.

Estas organizações introduzem metodologias que questionam os modelos tradicionais de intervenção social e arquitetónica. A aposta em várias disciplinas e de forma transversal é um valioso contributo para o campo do desenvolvimento comunitário, ao propor modelos não hierárquicos e colaborativos.

Através de percursos botânicos, *workshops*, residências artísticas ou mobiliário urbano construído em conjunto com a comunidade, os seus projetos promovem a valorização do espaço público como lugar de pertença, de encontro e de construção coletiva. Não intervêm apenas fisicamente, mas também ativam de forma simbólica o espaço, devolvendo-lhe uma função social e cultural.

Estas práticas criam um ambiente de confiança, de partilha entre diferentes gerações e culturas, e de fortalecimento do sentimento de pertença.

O desenvolvimento comunitário, neste contexto, não se limita a melhorias materiais, mas estende-se ao reforço dos laços sociais, da participação cívica e da apropriação afetiva dos lugares.

Quando promovem práticas participativas, estas organizações ajudam a criar uma cultura democrática e a incentivar a cidadania ativa. Através de metodologias informais, devolvem à comunidade a confiança de que a sua voz importa e que pode influenciar o desenho dos territórios. Não é só o melhorar os espaços que está em causa, mas também a criação de condições para que as pessoas voltem a acreditar na democracia participativa.

Para além dos impactos diretos nos territórios, as ONGs analisadas contribuem também para a formação de arquitetos com uma maior consciência social. Ao desafiar a visão tradicional do arquiteto como uma figura autoritária e centralizada, elas propõem um profissional que atua como mediador e facilitador.

Através de pequenos projetos, práticas participativas, escuta ativa e cocriação com as comunidades, promovem uma arquitetura mais colaborativa. Assim, formam arquitetos conscientes, capazes de mediar os interesses de diversos atores e de responder de maneira mais sensível às realidades locais.

Por fim, importa destacar a dimensão experimental destas práticas. Embora o seu impacto seja frequentemente localizado, as experiências analisadas funcionam como *laboratórios*, onde se testam formas alternativas de intervir no território e que acabam por inspirar políticas mais inclusivas e colaborativas. O que está em causa não é apenas a resolução de problemas imediatos, mas a abertura de caminhos para um novo paradigma disciplinar e social, em que a arquitetura é entendida como processo relacional e transformador.

Em conjunto, estas contribuições demonstram que as ONGs não se limitam a realizar projetos isolados, mas assumem um papel estratégico na transformação das práticas de planeamento, de desenho do espaço e de relação com as comunidades.

6.3 | Estratégias de criação e atuação de ONGs no âmbito da arquitetura

Como forma de conclusão desta dissertação sentiu-se a necessidade de resumir numa espécie de *toolkit*, os principais conhecimentos adquiridos para a criação e atuação adequada de uma ONG no âmbito da arquitetura, com base na análise dos casos de estudo.

Criar uma ONG nesta área exige não só uma vontade ética ou cívica, como também uma estrutura, consistência metodológica e um envolvimento contínuo com os territórios e as comunidades.

1. Definição da visão e missão

O primeiro passo fundamental é a definição clara da visão e da missão, sendo que a primeira diz respeito às mudanças a longo prazo que se pretende alcançar no território ou comunidade, e a missão é a maneira como a associação torna isso em realidade. Esta definição contribui de antemão para um impacto maior, uma vez que orienta um planeamento estratégico das atividades.

2. Participação da Comunidade

Um dos pilares essenciais é a participação comunitária, não se tratando apenas de recolher opiniões pontuais, mas de construir em conjunto, um processo de escuta, codecisão, cocriação e acompanhamento. Para que esta aconteça de forma eficaz, é necessário recorrer a metodologias participativas como oficinas de discussão e de diagnóstico, passeios em grupo pelos territórios, sessões de auscultação, mapeamentos coletivos, *workshops*, entre outras.

O uso destas metodologias permite identificar problemas, necessidades e desejos da comunidade, desenhando e adaptando o projeto com ela.

Em muitos casos, será benéfico a escolha da informalidade e proximidade, a partir de refeições, festas, caminhadas, que são essenciais para gerar confiança, especialmente em comunidades mais reticentes.

Além das práticas no terreno, é recomendável estruturar o processo com ferramentas estratégicas, por exemplo, cronogramas, mapas de *stakeholders*, oficinas de codesenho, que permitam visualizar todas as fases do projeto, identificar o papel de cada interveniente e garantir a transparência do processo. Importa ainda adaptar as abordagens às especificidades de cada contexto e comunidade, reconhecendo que há vários níveis de participação válidos.

3. Equipas transdisciplinares e redes de colaboração

O sucesso de uma ONG no âmbito da arquitetura depende também da constituição de equipas transdisciplinares. Além de arquitetos, é essencial contar com perfis como gestores de projeto, investigadores, angariadores de fundos, etc. Contudo, mais importante do que as funções específicas, é a capacidade de liderança distribuída que garante a continuidade do trabalho, através da direção, equipa, voluntários e membros da comunidade. Paralelamente, é importante construir relações sólidas com todas as partes interessadas, desde as associações locais até instituições públicas ou privadas. Desta forma, cria-se uma rede de colaboração que apoia a missão da ONG, amplia o seu impacto e fortalece a sua autenticidade no território.

4. Mecanismos de avaliação de impacto

É ainda necessário desenvolver mecanismos de avaliação de impacto, para que seja feita uma análise sistemática das qualidades e valor da organização e das suas atividades. Algumas estratégias passam pela inclusão de indicadores de impacto (KPIs), a realização de inquéritos antes e depois das intervenções e o acompanhamento por investigadores externos. Medir o impacto permite melhorar os processos, perceber o que correu bem ou mal, que diferença o trabalho da ONG fez na comunidade e o que aprenderam e a forma como usam esse conhecimento.

Por fim, destacam-se ainda algumas boas práticas a promover, nomeadamente, o trabalho em parceria com entidades locais, a valorização da sabedoria da comunidade e dos participantes, o garantir da transparência institucional e a comunicação com clareza dos resultados obtidos.

É igualmente importante evitar alguns obstáculos recorrentes, como o excesso de dependência de financiamento externo, a precariedade dos recursos humanos, a falta de adaptação dos métodos participativos, etc.

Em síntese, este breve *toolkit* não pretende agir como uma formula única, mas como um ponto de partida para o desenvolvimento e prática deste tipo de organizações. Como observado nas práticas das ONGs estudadas, não existem modelos fixos, mas sim princípios orientadores que podem ser adaptados aos contextos e às comunidades.

Considerações Finais

Esta dissertação procurou compreender o papel e o impacto das ONGs no campo disciplinar da arquitetura em Portugal, a partir da análise de três casos representativos que revelam abordagens distintas, mas complementares, na forma de intervir nos territórios. O estudo permitiu identificar práticas participativas comuns, problematizar a ausência de mecanismos formais de avaliação e trazer à discussão casos pouco estudados, contribuindo para o alargamento do conhecimento académico e profissional sobre este tipo de iniciativas.

A investigação evidenciou a centralidade de estratégias como o envolvimento direto das comunidades e a valorização das dinâmicas locais enquanto motor de transformação espacial e comunitária. Estas práticas mostram como a arquitetura em Portugal se encontra cada vez mais aberta a campos de maior dimensão coletiva, questionando o modelo tradicional do arquiteto autoral e enfatizando processos colaborativos de conceção e construção.

Assim, os casos analisados não só reforçam a relevância de uma arquitetura construída com as pessoas, mas também revelam um deslocamento disciplinar que integra dimensões sociais, políticas e culturais como parte indissociável do ato arquitetónico.

As reflexões emergentes apontam para a necessidade de incorporar estas práticas no ensino da arquitetura e nas trajetórias profissionais dos futuros arquitetos, promovendo uma maior consciência social, política e ambiental na atuação disciplinar. A integração destas práticas poderia ser explorada através de estúdios participativos, parcerias com ONGs, como acontece na unidade curricular *Arquitetura e Sociedade*, ou modelos de *service learning*, que combinam conhecimento académico com serviço comunitário.

Em paralelo, torna-se essencial fomentar colaborações mais estáveis e horizontais entre ONGs, instituições académicas, entidades públicas e comunidades locais, garantindo a continuidade e ampliando o impacto transformador da arquitetura.

O processo de investigação foi marcado por algumas limitações. Desde logo, verificaram-se dificuldades na comunicação com algumas organizações, nomeadamente no envio de um formulário inicial concebido para apoiar a seleção dos casos de estudo, ao qual apenas duas ONGs responderam. A seleção acabou por se restringir a organizações disponíveis para participar, deixando de fora outras realidades que poderiam oferecer uma visão mais ampla e comparativa do fenómeno. Além disso, a ausência de resposta a convites para entrevistas ou os longos períodos de espera dificultaram o acesso a informação qualitativa essencial.

Caso estas entrevistas tivessem decorrido mais cedo, teria sido possível aprofundar ainda aspetos fundamentais da atuação das organizações e enriquecer a análise.

Verificou-se igualmente uma escassez de documentação sistematizada, nomeadamente relatórios de impacto, contas e outros instrumentos de avaliação, o que condicionou a análise e a comparação entre os casos. Esta realidade reflete, em muitos casos, a informalidade com que algumas destas organizações operam e os recursos limitados a que estão sujeitas, dificultando o desenvolvimento de indicadores consistentes de impacto e a produção de conhecimento estruturado sobre a sua atividade.

No entanto, essa informalidade pode igualmente ser entendida como espaço de flexibilidade e inovação, permitindo adaptar práticas a contextos específicos e mobilizar recursos de forma criativa. Ao mesmo tempo, não deixa de expor fragilidades estruturais, entre as quais o risco de precarização do trabalho dos arquitetos, frequentemente envolvidos em regimes de voluntariado ou de forte instabilidade contratual.

Além disso, a análise sugere que a relação destas ONGs com o Estado oscila entre a complementaridade e a substituição de responsabilidades públicas, podendo em alguns casos assumir também uma dimensão crítica face às políticas habitacionais e urbanas.

Apesar destes constrangimentos, a investigação abre espaço para novas abordagens e pistas de investigação futuras. Seria relevante realizar um estudo de maior escala, incluindo o mapeamento de outras iniciativas e coletivos, de forma a ampliar e consolidar o entendimento do impacto das ONGs na transformação comunitária no país.

Outra vertente que merece atenção é a observação longitudinal dos projetos, acompanhando as suas diferentes fases, desde a conceção à implementação e à monitorização dos resultados. Analisar os efeitos a médio e longo prazo, bem como a sustentabilidade das transformações iniciadas, permitiria compreender com maior profundidade a eficácia destas práticas e a sua capacidade de gerar mudanças estruturais nas comunidades envolvidas.

Neste sentido, seria igualmente relevante desenvolver e testar metodologias de avaliação de impacto adaptadas ao campo da arquitetura, integrando indicadores qualitativos e quantitativos, e que incluam também a perspetiva das comunidades beneficiárias e dos voluntários.

Em síntese, esta dissertação constitui um ponto de partida para o estudo crítico das ONGs no panorama da arquitetura portuguesa contemporânea. Ao destacar experiências concretas e abordagens participativas, reforça a importância de reconhecer o contributo destas organizações para uma arquitetura mais inclusiva e comprometida com os territórios em que atua.

O contributo central deste trabalho reside, assim, em contribuir para um campo pouco explorado da arquitetura em Portugal, evidenciando tanto o seu potencial transformador como os seus limites, e abrindo novas perspetivas de reflexão disciplinar e profissional.

Este glossário reúne definições de diversos termos utilizados na dissertação, com o objetivo de facilitar a compreensão dos mesmos e tornar a leitura mais acessível e coerente. As definições aqui apresentadas foram redigidas pela autora, com base no enquadramento teórico e prático desenvolvido ao longo do trabalho.

Autoconstrução | Modalidade de construção em que os próprios utilizadores ou moradores executam totalmente ou em parte o processo construtivo das suas próprias habitações.

Brainstorming | Técnica de geração de ideias que pode ser realizada em grupo ou individualmente. Baseia-se na produção livre e espontânea de sugestões e ideias, de modo a estimular novas perspetivas e soluções inovadoras para problemas ou desafios específicos.

Charrette | Sessão intensiva e colaborativa de trabalho no âmbito disciplinar da arquitetura, realizada num curto espaço de tempo, com o objetivo de gerar ideias ou propostas para um projeto. Promove a participação ativa e a cocriação, envolvendo vários intervenientes, como arquitetos, estudantes, membros da comunidade, entre outros. O termo tem origem na *École des Beaux-Arts* em Paris, onde os estudantes entregavam os projetos finais num carrinho (*charrette*), muitas vezes trabalhando neles até ao último momento.

Cocriação / Codesenho | Processo colaborativo de desenvolvimento de ideias e soluções, envolvendo as partes interessadas para trabalharem juntas na criação de algo. Na arquitetura, reúne arquitetos, utilizadores e outros atores sociais, ouvindo os participantes e priorizando a participação ativa de todos.

Comunidade | Conjunto de pessoas que vivem na mesma área territorial, unidas por interesses comuns, partilhando vínculos culturais e socioeconómicos.

Direito à Cidade | Conceito formulado por Henri Lefebvre (1968), refere-se ao direito coletivo de todos os habitantes a usufruírem, transformarem e participarem ativamente na construção dos espaços urbanos.

FabLab | “Laboratório de Fabricação” que funciona como um espaço colaborativo, onde qualquer pessoa pode criar projetos usando ferramentas e recursos de fabricação digital.

Filantropia | Ações realizadas de modo a ajudar o próximo ou a sociedade como um todo, oferecendo tempo, dinheiro ou serviços. O objetivo é melhorar a vida das pessoas e criar um mundo mais justo e solidário.

Financiamento | Na atuação das ONGs, refere-se à obtenção de recursos financeiros (por meio de doações, subsídios públicos ou parcerias) para viabilizar projetos de intervenção social e comunitária.

ONG | Organização Não Governamental, entidade sem fins lucrativos que promove ações sociais e comunitárias. O conceito de ONG proposto nesta dissertação, define-se por uma organização privada, sem fins lucrativos, baseada no voluntariado e dedicada a promover o bem comum através de ações solidárias, sustentáveis e de impacto coletivo.

Participação | Envolvimento ativo dos cidadãos nos processos, decisões e atividades de um projeto. Em intervenções arquitetônicas, garante que as necessidades e conhecimentos da comunidade influenciem as decisões de desenho e uso do espaço.

Reabilitação | No contexto da arquitetura é o processo de restauração e adaptação de edifícios e espaços existentes para novos usos ou para melhorar a sua funcionalidade.

Skateholders | São todas as pessoas ou grupos que têm interesse ou são influenciados pelas decisões de um projeto, empresa ou organização. Isso pode incluir trabalhadores, clientes, parceiros, ou até a comunidade em volta.

ToolKit | Conjunto estruturado de ferramentas concebidas para apoiar a execução de tarefas específicas, resolver problemas práticos e orientar o desenvolvimento e implementação de projetos em contextos diversos.

Voluntariado | Atividade na qual indivíduos dedicam tempo e trabalho, sem remuneração a ações de interesse social e comunitário.

Livros e Trabalhos Acadêmicos

Architecture for Humanity (org.) (2006). *Design Like You Give a Damn: Architectural Responses to Humanitarian Crises*. Londres: Thames & Hudson.

AVILLA-ROYO, Raül P. (2022) *Collaborative Architecture Barcelona: The Architect as Enabler*. Tese de doutoramento. Londres: Royal College of Art Londres. <https://researchonline.rca.ac.uk/5221/>

BANDEIRINHA, José António (2007). *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BEBBINGTON, Anthony, HICKEY Samuel, MITLIN Diana (2007) *Can NGOs make a difference? The challenge of development alternatives*. Londres: Zed Books.

BINDER-AVILES, Hilary (2012). *The NGO Handbook*. Washington, D.C.: U.S. Department of State, Bureau of International Information Programs.

CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher (1965). *Community and Privacy: Toward a New Architecture of Humanism*. Nova Iorque: Anchor Books.

CORDEIRO, Fábio Alexandre Gerardo da Silva (2022). *Arquitetura participativa: Experiências partilhadas e desafios no Bairro da Parcela 6*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/27863>

DECKER, Paul, Halman, Loek (2003). *The Values of Volunteering: Cross-Cultural Perspectives*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

FRANCO, Raquel Campos (coord.) (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1983). *Da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada (2ª ed)*. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto.

HILL, Jonathan (2003). *Actions of Architecture: Architects and creative users*. Londres: Routledge.

JENKINS, Paul; FORSYTH, Leslie (2010). *Architecture, participation and society*. Londres: Routledge.

JONES, Peter Blunder; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (2005). *Architecture and Participation*. Londres: Spon Press.

LE GOFF, Armelle (2005). *Os arquivos das ONG: uma memória a partilhar: guia prático em 60 perguntas*. (traduzido por Pedro Penteado com a colaboração de Maria Izabel Oliveira) Paris: ICA International Council on Archives.

LACOL (2018) *Building collectively: Participation in Architecture and Urban Planning*. Barcelona: Pol·len Edicions.

LEPIK, Andres (2010). *Small scale, big change: New Architectures of Social Engagement*. Nova Iorque: The Museum of Modern Art.

LEWIS, David; KANJI, Nazneen (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Abingdon: Routledge.

MARTINS, Ana Isabel Rodrigues (2010) *ONG's e ARQUITECTURA: Da Cooperação à Construção*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Évora: Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11529>

MONTEIRO, Vanessa Carolina Ferreira (2015). *Processos Participativos em Arquitectura: o estudo de caso de ONG's em Portugal: princípios e práticas*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/23894>

SANOFF, Henry (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.

SINCLAIR, Cameron (2006). *Espero que seja uma longa lista*. in: *Jornal dos Arquitectos: Publicação Trimestral da Ordem dos Arquitectos*, 223, abril-junho 2006, p.20

ROSA Marcos L., AYRES Paulo (2013). *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlim: Jovis Verlag.

TILL, Jeremy (2011) *Spatial Agency: Other Ways of doing Architecture*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

TURNER, John F.C (1988). *Building Community*. Londres: Building Community Books.

TURNER, John F.C (1991). *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars.

VERLAG, Jovis (2013) *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlim: Jovis Verlag.

Fontes online

All Hand and Hearts (2024). *About Us. Our Story | Becoming better and smarter together*. <https://www.allhandsandhearts.org/about-us/>

All Hands and Hearts (2024). *Our Program Work | It all adds up*. <https://allhandsandhearts.org/our-work>

Architects Sans Frontières France (2025). *Le mot du conseil collégial*. <https://asffrance.org/le-mot-du-president/>

Architects Sans Frontières France (2025). *Historique*. <https://asffrance.org/historique/>

Architecture Sans Frontières Internacional (2009). *30 years of Humanitarian Action. Changes and Prospectives*. https://www.asffrance.org/IMG/pdf/Detailed_program.pdf

Alemão, Samuel. (2022). *Toda a gente, quando chamada a participar sobre o que lhe interessa, tem intervenção válida*. in: Público, 21 de outubro 2022. <https://arteria.publico.pt/comunidade/toda-a-gente-quando-chamada-a-participar-sobre-o-que-lhe-interessa-tem-intervencao-valida/>

Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2024). *Arquitetura e Sociedade*. <https://asfp.pt/projectos/arquitetura-e-sociedade/>

Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2024). *Unidade de Formação Contínua| Arquitetura e Sociedade - Abertura de candidaturas*. https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=69862

Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2025). *Quem somos*. <https://asfp.pt/quem-somos/>

Dorian Moore (2025). *Spatial Agency: Architecture for Humanity*. <https://www.spatialagency.net/database/architecture.for.humanity>

Ensaio e Diálogos Associação (2025). *Memórias Coletivas*. <https://www.e-da.pt/post/mem%C3%B3rias-coletivas>

Ensaio e Diálogos Associação (2025). *Opereta A~Mar*. <https://www.e-da.pt/post/opereta-a~mar>

Ensaio e Diálogos Associação (2025). *Prisão Paraíso*. <https://www.e-da.pt/post/pris%C3%A3o-para%C3%ADso>

Ensaio e Diálogos Associação (2025). *Projetos EDA*. <https://www.e-da.pt/projetos-eda>

Ensaio e Diálogos Associação (2025). *TransforMar*. <https://www.e-da.pt/post/transformar>

Fondation Architectes de l'Urgence (2023). *Découvrir la F.A.U.* <https://www.archi-urgent.com/nous-connaître>

Fórum Urbano (2025). *Saber mais*. <https://forumurbano.pt/saber-mais/>

Locals Approach (2025). *Casa para Todos*. <https://www.localsapproach.org/casa-para-todos/>

Locals Approach (2025). *Largo 13*. <https://www.localsapproach.org/en/planeamento-participado-largo-13/>

Locals Approach (2025). *Largo do Cantinho*. <https://www.localsapproach.org/en/largo-do-cantinho/>

Locals Approach (2025). *Visão*. <https://www.localsapproach.org/visao/>

Rés do Chão (2022). *Casa para Todos*. <https://resdochao.org/casa-para-todos-1>

The Angry Architect (2015). *End of an Era: Architecture For Humanity Closes Its Doors*. in: Architizer, 19 de Janeiro 2015. <https://architizer.com/blog/inspiration/industry/end-of-an-era/>

Relatórios

Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (2023). *Curriculum ASF-P*. <https://asfp.pt/o-que-fazemos/portfolio/>

Equipa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) (2017). *Relatório Final “Fórum Urbano”*. [Relatório interno não publicado].

Equipa dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) (2019). *Relatório Final “Incubadora Popular D’Ajuda”*. [Relatório interno não publicado].

Ensaio e Diálogos Associação (2023). *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*. <https://www.e-da.pt/post/eda-until-now-from-now-on>

Ensaio e Diálogos Associação (2023). *Relatório de Atividade EDA 2013-2023*. [Relatório interno não publicado].

Gehl & Locals Approach (2023). *Ajuda Foodscape Study: um olhar sobre o acesso à alimentação saudável no Bairro 2 de Maio*. <https://www.gehlpeople.com/knowledge-hub/publications/ajuda-foodscapes-study/>

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2024). *Relatório de análise dos impactos do Projeto “Aceleradora Tech Ocidental”*. [Relatório interno não publicado].

Locals Approach (2021). *Apresentação Locals Approach, “Reinvente o seu Bairro”*. <https://participa.cascais.pt/pages/60feb4958fab500b283a43e>

Locals Approach (2023). *10 anos de iniciativas de desenvolvimento local urbano integrado e sustentável no Alto da Ajuda*. [Relatório interno não publicado].

Locals Approach (2014). *Largo 13 - Proposta de reorganização do espaço e jogos infantil/juvenil*. https://www.localsapproach.org/wp-content/uploads/2017/09/00_Largo-13_Proposta-de-reorganização-do-espaço-e-jogos-infantiljuvenil-.pdf

Locals Approach (2016). *Resumo Sessão Mesa Redonda - Bairro 2 de Maio*. http://www.localsapproach.org/wp-content/uploads/2017/09/Compilação_MesareondaB2Mvred.pdf

SANTOS, A. B.; FREITAS, B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.; GIPSON-STRATTON, L.; MARUNY, L.; FERREIRA, M.; VAN-ZELLER, M.; PEREIRA, P.; MORAIS, S.; TUDELA, V. (2025). *Relatório Final Arquitectura e Sociedade 4ª edição “Cultivar a Proximidade. Lavadouro das Fontainhas”*. [Relatório interno não publicado].

1. Trabalho voluntário realizado pela autora na associação Just a Change, Odemira, 2023
<https://www.facebook.com/mediaset/?set=a.928601971966019&type=3>
2. Delegados dos EUA enquanto Tom Connally assina a Carta da ONU, São Francisco, 26 de junho de 1945 <https://archive-share.america.gov/pt-br/carta-das-nacoes-unidas-completa-75-anos/index.html>
3. Assembleia Geral da ONU, Paris, 21 de setembro de 1948
<https://archive-share.america.gov/pt-br/carta-das-nacoes-unidas-completa-75-anos/index.html>
4. *Learning in Leh Workshop*, ASF-UK, India, 2011 <https://www.asf-uk.org/pages/37-learning-in-leh-2011>
5. *O Dom da Caridade*, Ferdinand Georg Waldmüller, 1850
https://www.dhm.de/datenbank/linzdbv2/queryresult.php?obj_no=LI000725
6. Mapa Mental *O que é uma ONG?*, 2024
Esquema da autora
7. *Construir comunidades no Brasil*, ASF-Uk, Salvador da Bahia, 2009-2010
<https://www.asf-uk.org/pages/115-brazil>
8. *The Builders*, Jacob Lawrence, 1947 <https://www.whitehousehistory.org/photos/the-builders-by-jacob-lawrence>
9. Voluntários a trabalhar na reconstrução de uma escola após um terremoto, *All Hands and Hearts*, EUA, 2020 <https://www.allhandsandhearts.org/blog/volunteers/20-reasons-to-volunteer-in-2020/>
10. *The Seven Acts of Mercy*, Pieter Brueghel II, após 1616 <https://www.christies.com/en/lot/lot-5584824>
11. Eleanor Roosevelt a segurar cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nova Iorque, 1948 <https://memorialdademocracia.com.br/card/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
12. Casas de Pescadores, Póvoa de Varzim, 1900/1915 <https://books.openedition.org/etnograficapress/3981?lang=en>
13. Manifestação nacional dos moradores contra o decreto que impede as ocupações, Porto, 17 de Maio de 1975 <https://www.publico.pt/2014/05/10/culturaipilon/noticia/quando-os-moradores-tambem-foram-protagonistas-da-arquitectura-1635240>
14. Fragmento da pintura *Christian deeds of mercy*, Pieter Aertsen, 1575
<https://artvee.com/dl/christian-deeds-of-mercy-matthew-2535-36/>

15. Helicóptero da marinha francesa e paraquedistas durante uma operação no Chade, Chade, 1971 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_do_Chade_\(1965-1979\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_do_Chade_(1965-1979))
16. Notícia de jornal sobre os *Architects Sans Frontières* 1982 <https://asffrance.org/historique/pierre-allard-1982/>
17. *Formation Habitat Indigne, Architects Sans Frontières Marseille*, 2019 <https://asffrance.org/formation-habitat-indigne/>
18. *College Mixte Le Bon Berger in Haiti, Architecture for Humanity*, Haiti, 2012 <https://architectureindevelopment.org/project/218>
19. Voluntários e operários da FAU, *Architectes de l'Urgence*, Haiti, 2025 <https://www.enviesdeville.fr/penser-la-ville/architecture-urgence-reconstruire-vite-durable/>
20. Equipamentos de segurança de um projeto em Puerto Rico, *All Hands and Hearts*, Puerto Rico, 2023 <https://www.allhandsandhearts.org/blog/volunteers/the-importance-of-giving-back/>
21. Voluntários e Beneficiários em Puerto Rico, *All Hands and Hearts*, Puerto Rico, 2018 <https://www.allhandsandhearts.org/blog/beneficiaries/a-dry-home/>
22. *Resilience by Design Workshop*, ASF-UK, Nepal, 2016 <https://www.asf-uk.org/pages/23-nepal>
23. Assembleia Geral, Paris, maio de 1968 <https://www.ulianolucas.it/en/selected-works/68-un-anno-di-confine-2/>
24. *Caminhando*, Lygia Clark, MoMA, Nova Iorque, 1963 <https://post.moma.org/part-1-lygia-clark-at-the-border-of-art/>
25. Capa do livro *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, John F.C Turner, 1991 <https://www.architectural-review.com/essays/reputations/john-fc-turner-1927>
26. *Who Decides? Who Provides?*, TURNER, John F.C., *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars, 1991 (fig. 36, p.145) TURNER, John F.C., *Housing by people: towards autonomy in building environments*. Nova Iorque: Marion Boyars, 1991
27. Turner a explorar as suas ideias sobre autogestão, Escola de Arquitetura de Valência, Valência, abril de 1980 <https://www.architectural-review.com/essays/reputations/john-fc-turner-1927>

28. *Escada da Participação* de Serry Arnstein, AIP Journal, 1969
https://www.historyofsocialwork.org/1969_ENG_Ladderofparticipation/1969,%20Arnstein,%20ladder%20of%20participation,%20original%20text%20OCR%20C.pdf
29. Página 216 do texto *Escada da Participação*, AIP Journal, 1969
https://www.historyofsocialwork.org/1969_ENG_Ladderofparticipation/1969,%20Arnstein,%20ladder%20of%20participation,%20original%20text%20OCR%20C.pdf
30. Guia para a organização de *ciudades jovens (pueblos jóvenes)*, s.d. <https://www.architectural-review.com/essays/reputations/john-fc-turner-1927>
31. Multidão numa Reunião Comunitária, Texas, 1969 <https://texashistory.unt.edu/ark:/67531/metapth744161/?q=community%20meeting>
32. Manifestação dos moradores ligados ao SAAL/Norte, Porto, 25 de Janeiro de 1975 <https://www.publico.pt/2014/05/10/culturaipsilon/noticia/quando-os-moradores-tambem-foram-protagonistas-da-arquitectura-1635240#&gid=1&pid=2>
33. *Workshop* comunitário para desenvolver um Centro de Artes, Carolina do Norte, 1982-83 https://www.researchgate.net/figure/Community-workshop-where-small-groups-worked-together-to-develop-a-plan-for-an-Arts_fig1_26453208
34. *Resilience by Design Workshop*, ASF-UK, Cartagena, 2015 <https://www.asf-uk.org/resources/36-resilience-by-design-cartagena-2015>
35. Exposição do projeto *Palco + Galeria* da associação Rés do Chão, Lisboa, 2021 <https://resdochao.org/palco-galeria-1>
36. Esquema *Métodos de Participação*, 2025
Esquema da autora
37. Exposição do projeto *Praça* da associação Rés do Chão, Lumiar, 2023 <https://resdochao.org/praca>
38. Inquérito aos moradores, *Projeto Movimento Preserva Laboriaux*, Rio de Janeiro, 2015 <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/desenvolvimento-sust-e-participacao-em-favelas-limitrofes-a-un-de-conservacao>
39. Entrevista com moradores em Cascais, associação Rés do Chão, Cascais, 2023 <https://resdochao.org/jardim-e-parque-infantil-em-curso>
40. Conversa *Construindo a cidade coletivamente*, associação Rés do Chão, Lisboa, 2023 <https://resdochao.org/Cidadaos-Ativos>

41. Sessão com jogo para cocriação de projetos e iniciativas, *Locals Approach*, Lisboa, 2017 <https://www.localsapproach.org/forum-urbano-manual-de-desenvolvimento-local/>
42. *Change by Design Workshop*, ASF-UK, Kenya, 2011 <https://www.asf-uk.org/pages/83-kenya>
43. *Brainstorming* do projeto *Change by Design*, ASF-UK, Londres, 2014 <https://www.asf-uk.org/pages/32-change-by-design-london-2014>
44. Esquema de *brainstorming* da estrutura de ação de uma ONG
Desenho da autora
45. *O Arquiteto (El arquitecto)*, Diogo Rivera, 1916 <https://pt.wahooart.com/@/8BWP3Q-Diego-Rivera-O-Arquiteto>
46. Arquitetos e utilizadores num *workshop* do atelier LOCAL, Barcelona, 2018 <https://lacol.coop/en/projectes/la-model/>
47. Voluntária a abraçar uma beneficiária, *All Hands and Hearts*, EUA, 2019 <https://www.allhandsandhearts.org/blog/volunteers/20-reasons-to-volunteer-in-2020/>
48. Voluntários durante a fase de limpeza e remoção de entulhos após um furacão, *All Hands and Hearts*, EUA, 2019 <https://www.allhandsandhearts.org/blog/volunteers/20-reasons-to-volunteer-in-2020/>
49. Apresentação aos moradores da maquete da operação SAAL no Pátio Vila Fernades, Lisboa, 1976 <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>
50. *Divisor*, Lygia Pape, 1967 https://www.para-site.art/wp-content/uploads/2018/08/divisor_cover.jpg
51. Várias gerações a puxar uma corda para limpar o terreno de árvores e produzir carvão de sobro para vender, operação SAAL no Bairro do Barateiro, Seixal, 1976 <https://amensagem.pt/2023/04/25/operacoes-saal-habitacao-lisboa-sonho-de-abril/>
52. *A Alegria de Viver (Le bonheur de vivre)*, Henri Matisse, 1905-06 <https://collection.barnesfoundation.org/objects/7199/Le-Bonheur-de-vivre-also-called-The-Joy-of-Life/>
53. Esquema de *brainstorming* das metodologias de análise
Desenho da autora

54. Localização das atividades da *Locals Approach* em Portugal
Desenho da autora
55. Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013 *Locals Approach* (2023). *10 anos de iniciativas de desenvolvimento local urbano integrado e sustentável no Alto da Ajuda*.
56. Crianças na rua no projeto *25 de Abril*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013 <https://www.localsapproach.org/comemoracao-do-25-de-abril-no-bairro-2-de-maio/>
57. Trabalhos de reabilitação do Largo do Cantinho, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014 <https://www.localsapproach.org/largo-do-cantinho/>
58. Depois do projecto de requalificação do Largo do Cantinho, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014 <https://www.localsapproach.org/largo-do-cantinho/>
59. Esquema feito pela autora da intervenção *2 de Maio Todos os Dias*, 2025
Desenho da autora
60. *Casa para Todos*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013 <https://www.localsapproach.org/casa-para-todos/>
61. Localização das atividades da EDA em Portugal
Desenho da autora
62. Capa do livro *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*, Ensaios e Diálogos Associação, 2023 *Ensaios e Diálogos Associação* (2023). *EDA 10 anos, Until Now | From Now On*. Antigo Presídio da Trafaria: EDA
63. Performance para as crianças no projeto *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013 <https://www.e-da.pt/post/casa-do-vapor>
64. *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013 <https://www.e-da.pt/post/casa-do-vapor>
65. Reunião comunitária, Cova do Vapor, Setúbal, 2013 <https://www.e-da.pt/post/casa-do-vapor>
66. Esquema feito pela autora da intervenção *Casa do Vapor*, 2025
Desenho da autora
67. *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013 <https://www.e-da.pt/post/casa-do-vapor>
68. Localização das atividades da ASF-P em Portugal
Desenho da autora

69. Cartaz do curso *Arquitetura e Sociedade*, Porto, 2022 https://www.linkedin.com/posts/faup_faup-faup-arquitectura-activity-6900375025250369536-mulh/?originalSubdomain=pt
70. Fotografia da zona das Fontainhas onde se desenvolveu o trabalho, Fontainhas, Porto, 2022 <https://asfp.pt/projectos/arquitectura-e-sociedade/>
71. Montagem de protótipos de mobiliário urbano, Fontainhas, Porto, 2025 SANTOS, A. B.; FREITAS, B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.; GIPSON-STRATTON, L.; MARUNY, L.; FERREIRA, M.; VAN-ZELLER, M.; PEREIRA, P.; MORAIS, S.; TUDELA, V. (2025). *Relatório Final Arquitectura e Sociedade 4ª edição “Cultivar a Proximidade. Lavadouro das Fontainhas”*
72. Atividade lúdica de um mural a giz e água, Fontainhas, Porto, 2025 SANTOS, A. B.; FREITAS, B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.; GIPSON-STRATTON, L.; MARUNY, L.; FERREIRA, M.; VAN-ZELLER, M.; PEREIRA, P.; MORAIS, S.; TUDELA, V. (2025). *Relatório Final Arquitectura e Sociedade 4ª edição “Cultivar a Proximidade. Lavadouro das Fontainhas”*
73. Esquema feito pela autora da intervenção *Arquitetura e Sociedade* (2025), 2025
Desenho da autora
74. Montagem de protótipos de mobiliário urbano, Fontainhas, 2025
SANTOS, A. B.; FREITAS, B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.; GIPSON-STRATTON, L.; MARUNY, L.; FERREIRA, M.; VAN-ZELLER, M.; PEREIRA, P.; MORAIS, S.; TUDELA, V. (2025). *Relatório Final Arquitectura e Sociedade 4ª edição “Cultivar a Proximidade. Lavadouro das Fontainhas”*
75. *Diagnóstico Territorial D’Ajuda*, Lisboa, 2016 <https://www.localsapproach.org/en/diagnostico-territorial-dajuda/>
76. *Skatepark da Casa do Vapor*, Setúbal, 2013 <https://architectuul.com/digest/studio-visit-colectivo-warehouse>
77. Lavadouro das Fontainhas, Porto, 2022 <https://asfp.pt/projectos/arquitectura-e-sociedade/>
78. Reunião comunitária no Projeto *TransforMar*, Setúbal, 2017-18 <https://www.e-da.pt/post/transformar>
79. Crianças numa atividade participativa do projeto *Largo 13*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013 <https://www.localsapproach.org/planeamento-participado-largo-13/>

80. Grupo de estudantes do curso *Arquitetura e Sociedade*, Fontainhas, Porto, 2024 <https://asfp.pt/projectos/arquitetura-e-sociedade/>
81. Crianças num processo participativo de sensibilização ambiental sobre a Cova do Vapor, Setúbal, 2017-18 <https://www.e-da.pt/post/transformar>
82. Refeição comunitária da associação EDA, Cova do Vapor, Setúbal, s.d. <https://www.e-da.pt/>
83. Refeição comunitária no projeto *Casa do Vapor*, Cova do Vapor, Setúbal, 2013 <https://www.e-da.pt/post/casa-do-vapor>
84. Moradores e membros da associação a conversar durante o projeto *Casa para Todos*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014 <https://www.localsapproach.org/casa-para-todos/>
85. Moradores à volta da maquete do projeto *Largo do Cantinho*, *Locals Approach*, Lisboa, 2014 <https://www.localsapproach.org/largo-do-cantinho/>
86. Diagrama de Venn *Participação nas três ONG*, 2025
Esquema da autora
87. Debate aberto sobre as propostas do projeto na Praça da Alegria, Porto, 2023 https://www.instagram.com/p/CvXEHweo3L3/?img_index=1

ONGA (Organizações Não Governamentais de Ambiente)

A Lei n.º 35/98, de 18 de Julho define o estatuto das Organizações Não Governamentais de Ambiente da seguinte forma:

Artigo 2.º

Definição

1 - Entende-se por ONGA, para efeitos da presente lei, as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

2 - Podem ser equiparados a ONGA, para efeitos dos artigos 5.º, 6.º, 13.º, 14.º e 15.º da presente lei, outras associações, nomeadamente sócio-profissionais, culturais e científicas, que não prossigam fins partidários, sindicais ou lucrativos, para si ou para os seus associados, e tenham como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da Natureza.

3- Cabe ao Instituto de Promoção Ambiental, adiante designado por IPAMB, proceder, no acto do registo, ao reconhecimento da equiparação prevista no número anterior.

4 - São ainda consideradas ONGA, para efeitos da presente lei, as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não tenham fins lucrativos e resultem do agrupamento de várias ONGA, tal como definidas no n.º 1, ou destas com associações equiparadas.

ONGD (Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento)

A Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro define o estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento da seguinte forma:

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma define o estatuto das organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento, adiante designadas por ONGD.

Artigo 2.º

Âmbito

Não se regem pelo presente diploma as ONGD que prossigam fins lucrativos, políticos, sindicais ou religiosos ou que, independentemente da sua natureza, desenvolvam actividades de cooperação militar.

Artigo 3.º

Natureza Jurídica

As ONGD são pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos.

Artigo 4.º

Composição

As ONGD são constituídas por pessoas singulares ou colectivas de direito privado, com sede em Portugal.

Artigo 5.º

Constituição

As ONGD constituem-se e adquirem personalidade jurídica nos termos da lei geral.

Artigo 6.º

Objectivos

1 - São objectivos das ONGD a concepção, a execução e o apoio a programas e projectos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de acções nos países em vias de desenvolvimento:

- a) De cooperação para o desenvolvimento;
- b) De assistência humanitária;
- c) De ajuda de emergência;
- d) De protecção e promoção dos direitos humanos.

2 - São ainda objectivos das ONGD a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.

3 - As ONGD, conscientes de que a educação é um factor imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz, assumem a promoção desse objectivo como uma dimensão fundamental da sua actividade.

4 - As ONGD desenvolvem as suas actividades no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

ONGPD (Organizações Não Governamentais da área da deficiência)

O Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de Julho define o estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento da seguinte forma:

Artigo 2.º

Natureza jurídica

1 - Independentemente da forma jurídica, as ONGPD são pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

2 - As ONGPD podem agrupar-se em uniões, federações e confederações.

3 - As ONGPD e as uniões, federações ou confederações de âmbito nacional podem filiar-se em organizações internacionais com fins idênticos ou similares.

Artigo 3.º

Objetivos

1 - As ONGPD prosseguem os seguintes objetivos:

- a) A defesa e promoção dos direitos e interesses das pessoas com deficiência e suas famílias, em ordem à integração social e familiar dos seus membros, à respetiva valorização e realização pessoal e profissional;
- b) A eliminação de todas as formas de discriminação das pessoas com deficiência;
- c) A promoção da igualdade de tratamento das pessoas com deficiência.

2 - Além dos objetivos enunciados no número anterior, as ONGPD podem prosseguir outros fins que com aqueles sejam compatíveis.

Carta de Hasselt: Declaração comum de princípios

As entidades descritas constituem uma rede independente e não hierárquica de organizações sem fins lucrativos e participativas, preocupadas com o compromisso equitativo, social, cultural e ambiental da arquitetura, construção, urbanismo e conservação de heranças históricas para o “*desenvolvimento humano*”. As organizações comprometem-se a trabalhar em conjunto a nível internacional, com a finalidade de alcançar um maior impacto dos seus esforços coletivos para:

1. Cooperar com iniciativas de desenvolvimento justo e sustentável em colaboração ativa com pessoas ou comunidades desfavorecidas. Este processo deve seguir princípios de solidariedade humana, não discriminação e promover a sua auto-suficiência;
2. Estimular o papel de responsabilidade social dos profissionais da área da construção, estimulando a prática em modos sociais antes de rentabilidade económica especulativa;
3. Encorajar o “*profissionalismo ético*”, favorecendo a cooperação e a prática a par do “*comércio justo*” com entidades e instituições financeiras que trabalham para processos de promoção da paz;
4. Identificar, divulgar e trabalhar em conjunto com instituições públicas, organizações multilaterais e políticas do sector privado, programas e sistemas socio-económicos sustentáveis favorecendo igualdade social e inclusão urbana com a área da construção;
5. Facilitar o uso de tecnologias apropriadas, materiais e mão de obra adequados aos valores locais, à especificidade cultural e suscetível ao ambiente natural;
6. Partilhar conhecimento, promover discussão, reflexão e consciencialização, e colaborar no avanço da “*produção social do habitat*”;
7. Promover a simplificação de diálogos transnacionais e parcerias de longo prazo com e nos países menos afluentes;
8. Apoiar processos e abordagens participativas, democráticas, multiculturais e interdisciplinares no fortalecimento da solidariedade comunitária como fator de desenvolvimento social rural e urbano;
9. Apoiar a integração de intervenções de socorro pós-emergência em estratégias de desenvolvimento sustentável a longo prazo;
10. Defender, promover e permitir o acesso a um habitat adequado e digno para todos, como um “*direito humano fundamental*”.

Nome completo da ONG: Locals Approach

Fundadores: Gonçalo Folgado e João Martins

Localização geográfica das intervenções: Lisboa

Ano de fundação: 2013

reas de atuação: Reabilitação urbana, infraestruturas comunitárias, espaço público e participação comunitária

Objetivos principais/Missão: Pensar global numa visão de desenvolvimento sustentável do meio natural, da sociedade e do indivduo, com base numa aprendizagem recíproca que pretende capacitar pessoas, qualificar territórios e enriquecer processos, estabelecendo relações de proximidade, integrando e envolvendo as partes interessadas nos processos através do desenho da Participação.

Tipologia de projetos desenvolvidos: Projetos de base local para a qualificação, dinamização e valorização das pessoas e do território nas suas múltiplas dimensões e escalas

Público-alvo: Comunidade de Lisboa, moradores dos bairros

Metodologia:

1. Diagnóstico participativo
2. Identificação das necessidades e áreas de intervenção
3. Co-desenho do plano de ao
4. Realização de um conjunto de intervenções
5. Sensibilização
6. Avaliação do projeto
7. Medidao do impacto gerado

Fontes de financiamento: BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia, Associações, Fundação Calouste Gulbenkian, etc

Principais parcerias/instituições associadas: Amigos do B2M, Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda, Sporting Clube do Rio Seco, Junta de Freguesia da Ajuda, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, Instituto de Ciências Políticas e Sociais, Câmara Municipal de Lourinhã, Sombronautas – Teatro Inefável, Rés-do-Chão, Grupo Comunitário Quarto Crescente, PROSAUDESC, rede da LBC, Renovar a Mouraria.



Localização das atividades da *Locals Approach* em Portugal

Desenho da autora

Lisboa:

- Quinta da Esperança (2023)
- Próxima Paragem: Casal Novo (2022)
- Foodscapes Analysis (2022)
- A Cidade convida ao Diálogo – Tertúlias OP (2020-22)
- Jardim das Codornizes – RSB (2021-22)
- Food from The Block (2021-22)
- Próxima Paragem : Reguengo (2021-22)
- Fórum para Todos (2021)
- URBACT City Festival (2021)
- UPI – Diagnóstico Participado (2020-21)
- Farmcode (2020)
- Incubadora Popular da Ajuda (2020)
- Rede Respostas Covid 19 (2020)
- Fórum Urbano (2017)
- Diagnóstico Territorial D’ Ajuda (2016)
- Projeto Paisagens Comestíveis – Muita Fruta (2016)
- Mapa Muita Fruta (2016)
- 2 de maio Todos os dias (2013)

Cascais:

- Reinvente o Seu Bairro (2022)

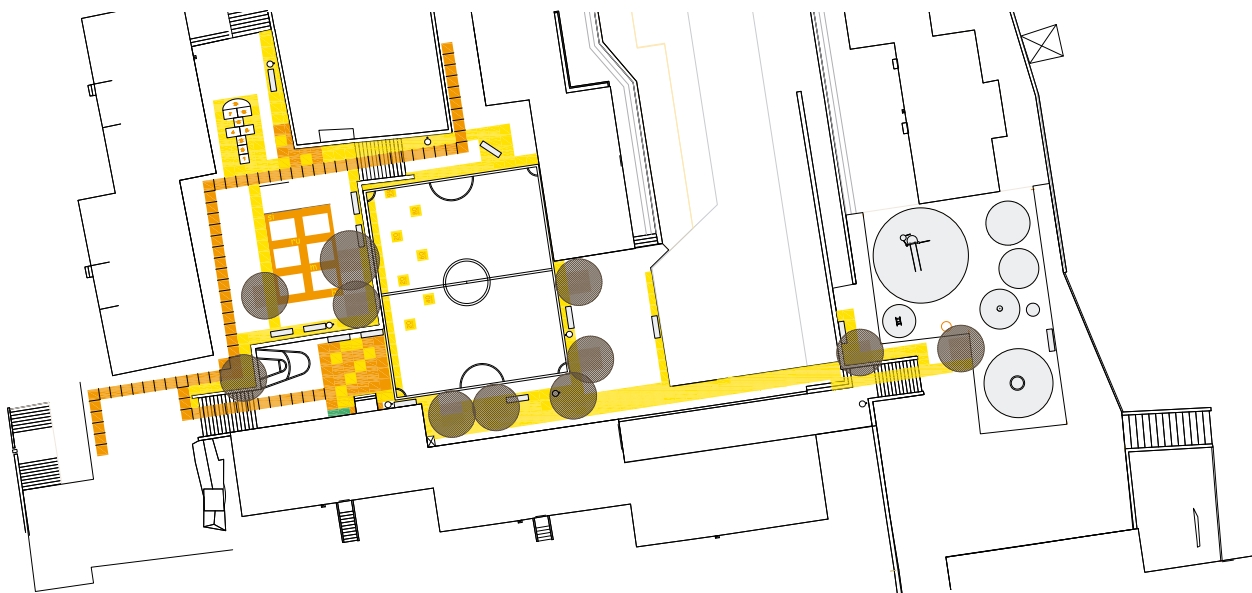
2 de Maio todos os dias

Planta do projeto Casa para Todos, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2013

<https://www.localsapproach.org/casa-para-todos/>

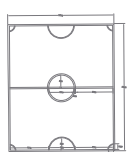
Planta do projeto Largo 13, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014

https://www.localsapproach.org/wp-content/uploads/2017/09/ANEXO3_A0_PROPOSTAFINAL_1100.pdf

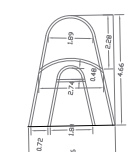


TOP 5 JOGOS:

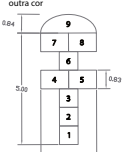
Futebol: 15m² Tinta Branca



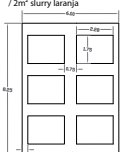
Basquetebol: 5m² Tinta Branca



Macaças: 10m² Tinta Branca / 2m² outra cor



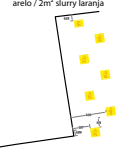
Sirumba: 25m² slurry amarelo / 2m² slurry laranja



Jogo das caricas: 67m² slurry amarelo / 5m² Tinta Branca



Jogo da parede: 7m² slurry amarelo / 2m² slurry laranja



Árvores de fruto propostas: 11

Bancos propostos: 9

Papeleiras propostas: 7

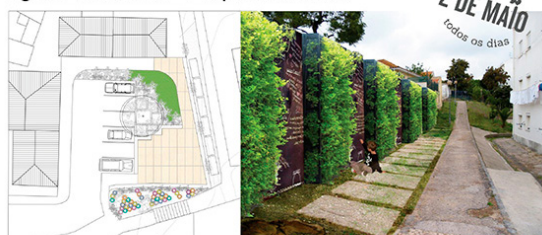
Vermicompostor público: 1

Área de percurso/jogo de caricas - Revestimento betuminoso Slurry pigmentado laranja - 154m²

Área de limites/ligação - Revestimento betuminoso Slurry pigmentado amarelo - 310m²

2 DE MAIO todos os dias

Lg. do Cantinho - Propostas ideias



Organização estacionamento / muro pintar



Lg. sem carros / Pneus com vegetação para reter terras



Lg. sem carros / Banco de espera da creche

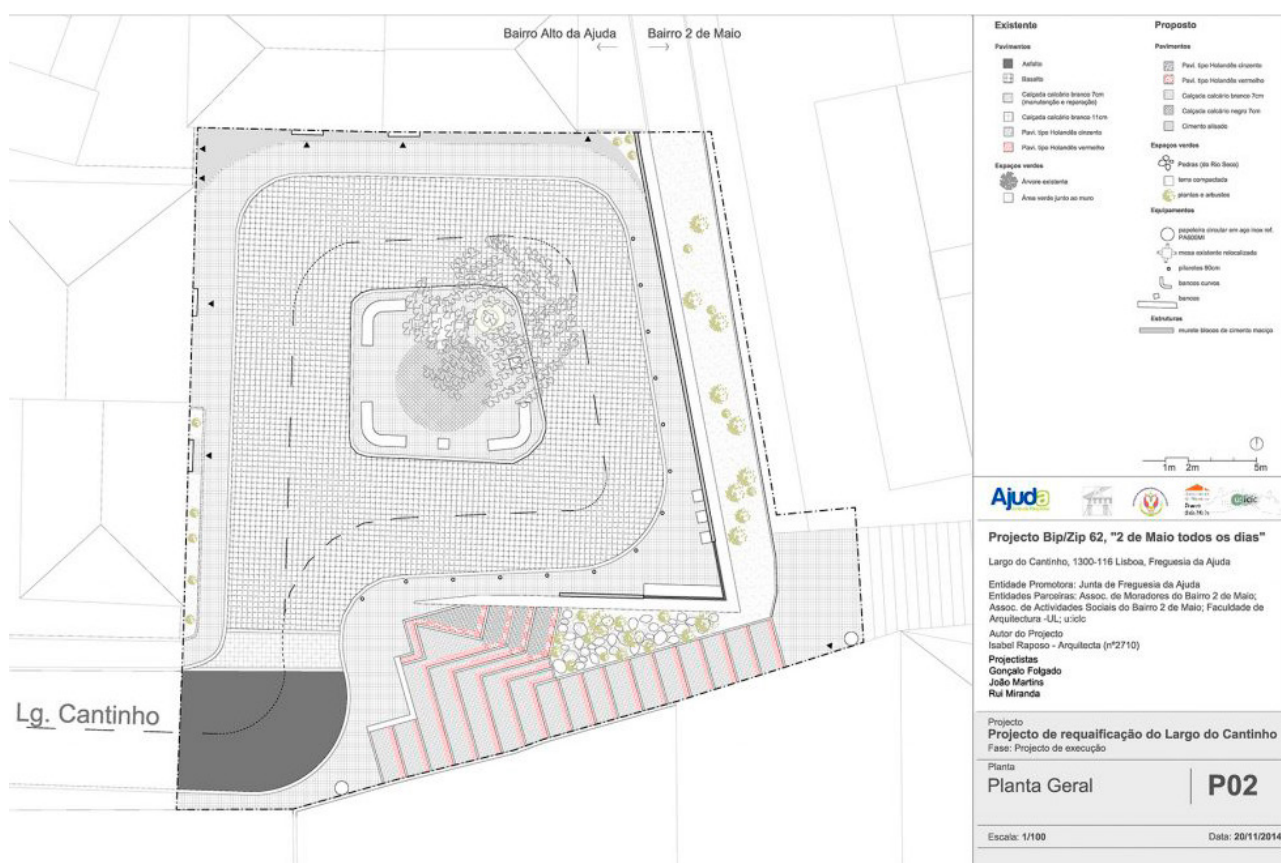


Guarda / Namoradeira

Propostas de ideias para o projeto *Largo do Cantinho*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014
<https://www.localsapproach.org/en/largo-do-cantinho/>

Planta do projeto *Largo do Cantinho*, Bairro 2 de Maio, Lisboa, 2014

Ibidem.



Ensaio e Diálogos Associação

Nome completo da ONG: Ensaio e Diálogos Associação (EDA)

Fundadores: Equipa que colaborou no projeto da *Casa do Vapor*

Localização geográfica das intervenções: Almada, Trafaria, Costa da Caparica, Porto

Ano de fundação: 2013

Áreas de atuação: Cultura e património, Intervenção urbana e Participação comunitária

Objetivos principais/Missão: Promover processos coletivos e de desenvolvimento comunitário através de práticas transdisciplinares de participação e intervenção sociocultural no território, implementando sempre que possível soluções ecologicamente sustentáveis.

Tipologia de projetos desenvolvidos: Intervenções de construção coletiva e ativação de espaços comunitários

Público-alvo: Moradores e comunidade das intervenções

Metodologia: Segundo os EDA a metodologia adotada varia em cada intervenção

Fontes de financiamento: Câmaras Municipais, Freguesias, Empresas, Instituições, entre outros parceiros

Principais parcerias/instituições associadas: Câmara Municipal de Almada, Junta de Freguesia de Caparica e Trafaria, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Museu da Pessoa (Brasil), Institut Français, Trienal de Arquitectura de Lisboa, entre outros.



Localização das atividades da EDA em Portugal

Desenho da autora

Porto:

- Urbinat Mediação e cocriação (2021-22)

Trafaria:

- A-Linha (2023)
 -Laboratório de Ativação Cultural (2016)
 - Intervenção Artística (2016)
 -Re(descobrir) a Trafaria (2014-15)
 -Biblioteca da Trafaria (2014)

Costa da Caparica:

-Maio: Projeto “Do Lixo ao Luxo” (2024)
 - Oficina de Construção (2016)

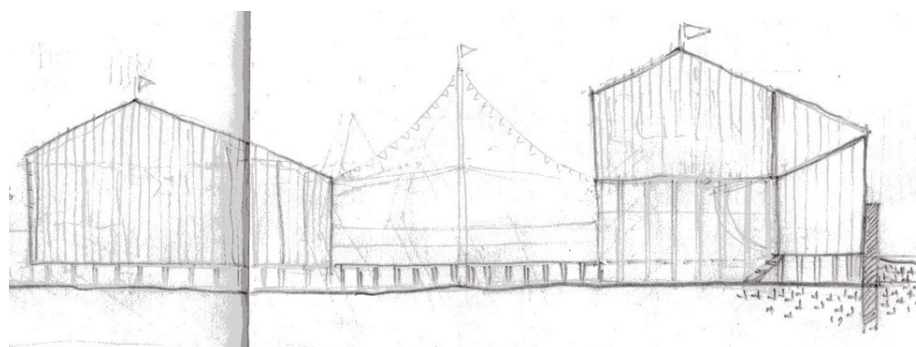
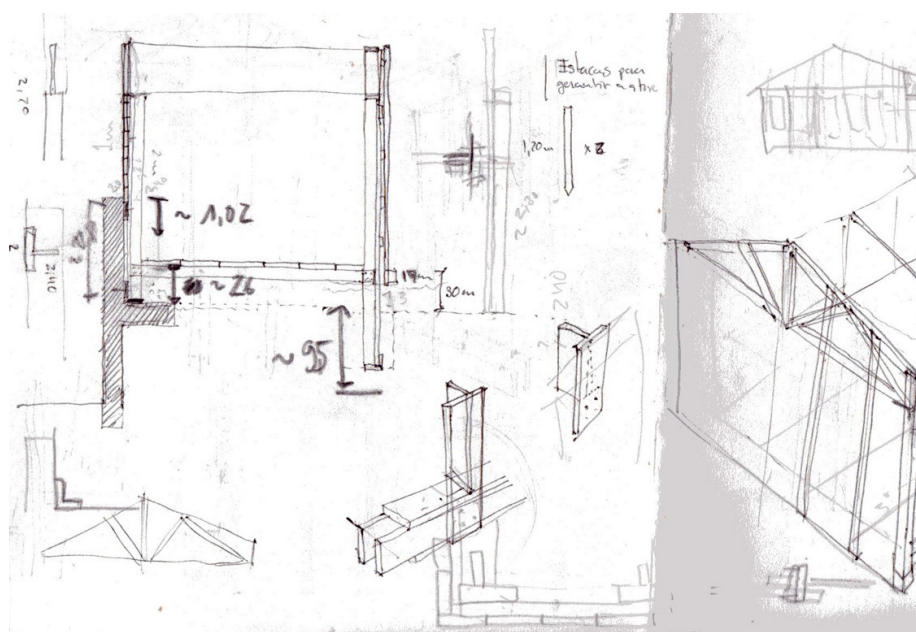
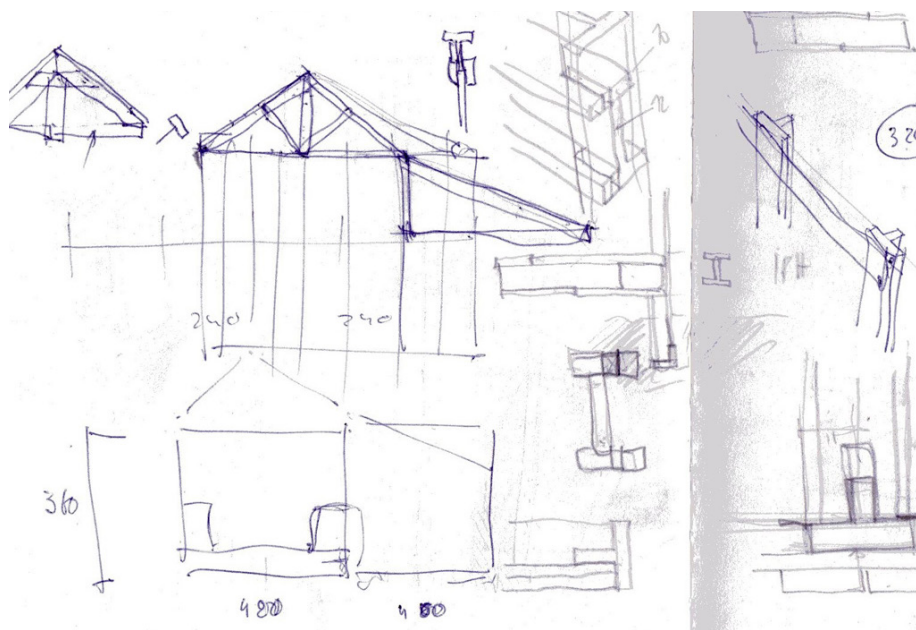
Almada:

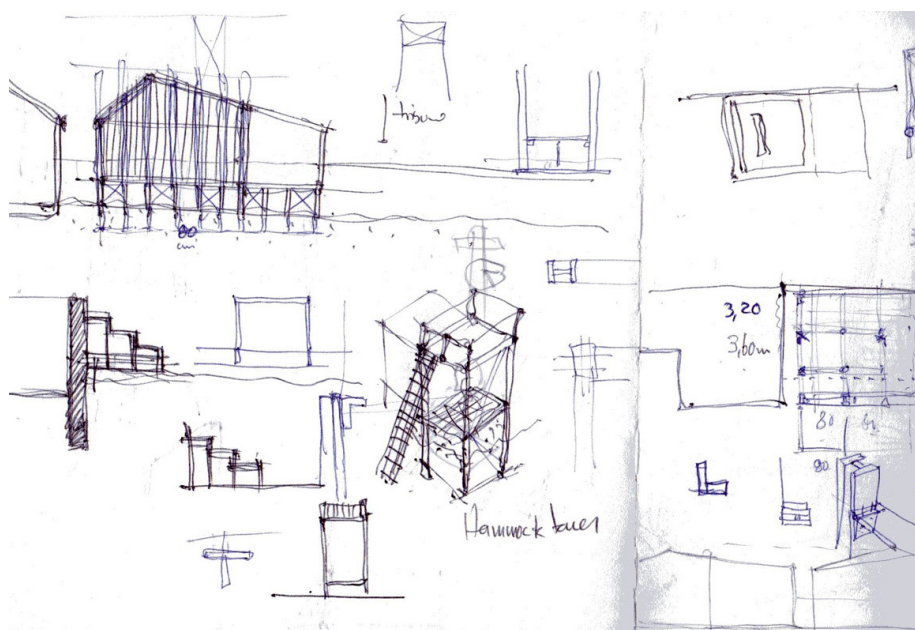
-Residência Artística (2018)
 - Transformar (2017-18)
 -Projeto Almar (2017)
 -Opereta A~Mar (2014)
 -Casa do Vapor (2013)
 -Biblioteca Do Vapor (2013)
 -Memórias Coletivas (2013)

Casa do Vapor

Esboços do projeto *Casa do Vapor* por Alexander Römer e Eduardo Conceição, Cova do Vapor, Trafaria, 2013

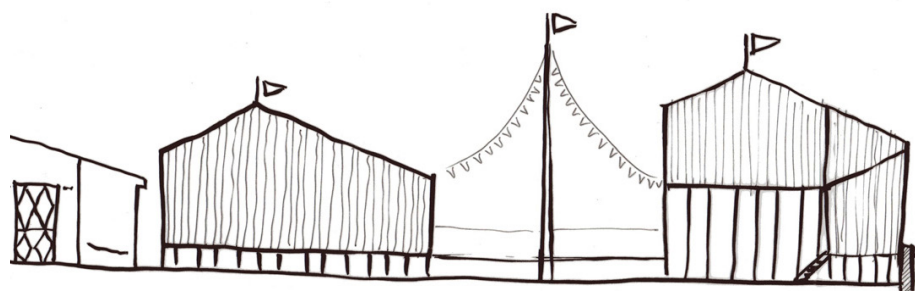
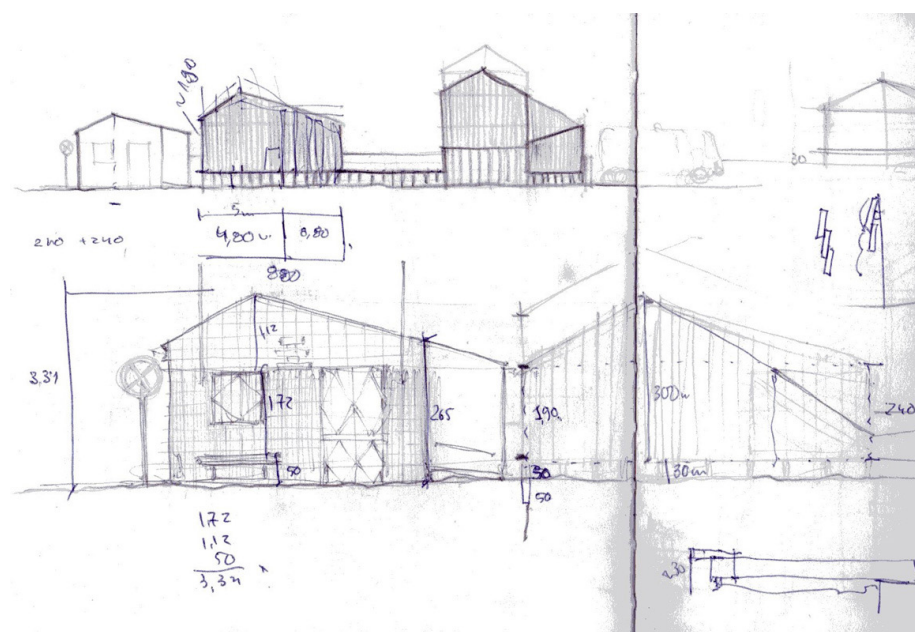
<https://acervo.publico.pt/multimedia/casa-do-vapor#>





Esboços do projeto *Casa do Vapor* por Alexander Römer e Eduardo Conceição, Cova do Vapor, Trafaria, 2013

Ibidem.



Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (ASF-P)

Nome completo da ONG: Arquitectos Sem Fronteiras Portugal (ASF-P)

Fundadores: Lígia Nunes

Localização geográfica das intervenções: Portugal e Internacional (Moçambique, Sri Lanka)

Ano de fundação: 2000

Áreas de atuação: Arquitetura de emergência e reconstrução pós-catástrofe; Projetos Sociais; Formação; Investigação

Objetivos principais/Missão: Promover o desenvolvimento de comunidades desfavorecidas através da arquitetura e do urbanismo, contribuindo para a superação da precariedade, com respostas rápidas em contextos de vulnerabilidade, tanto a nível nacional como internacional.

Tipologia de projetos desenvolvidos: Variados projetos; *Workshops*/ formações; Conferências, seminários e comunicações; Participações em Assembleias Gerais internacionais; Exposições e Atividades

Público-alvo: Comunidades mais desfavorecidas, afetadas por condições naturais ou económicas

Metodologia:

1. Avaliação das necessidades e desejos da população local
2. Identificação do espaço
3. Organização de ações comunitárias

Fontes de financiamento: Quotizações dos associados e apoios obtidos através de candidaturas a projetos financiados por entidades públicas e/ou privadas.

Principais parcerias/instituições associadas: A + A Livraria, AEFAUP Livraria, Centro Cultural de Belém, Companhia Instável, Direção Geral das Artes, Domus Social, E.M., Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Fundação Aga Khan – Portugal, Instituto Presbiteriano Mackenzie, Instituto Universitário de Lisboa, Junta de Freguesia do Bonfim, Médicos do Mundo, Ordem dos Arquitectos, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



Localização das atividades da ASF-P em Portugal

Desenho da autora

Porto:

- Arquitetura e Sociedade (2022-2025)
- Workshop Arquitetura Humanitária (2009)
- Cidades de Abrigo (2007)

Trebilhadouro:

- Aldeias abandonadas, que futuro? (2004)

Figueiró dos Vinhos:

- Incêndios Florestais (2017)

Lisboa:

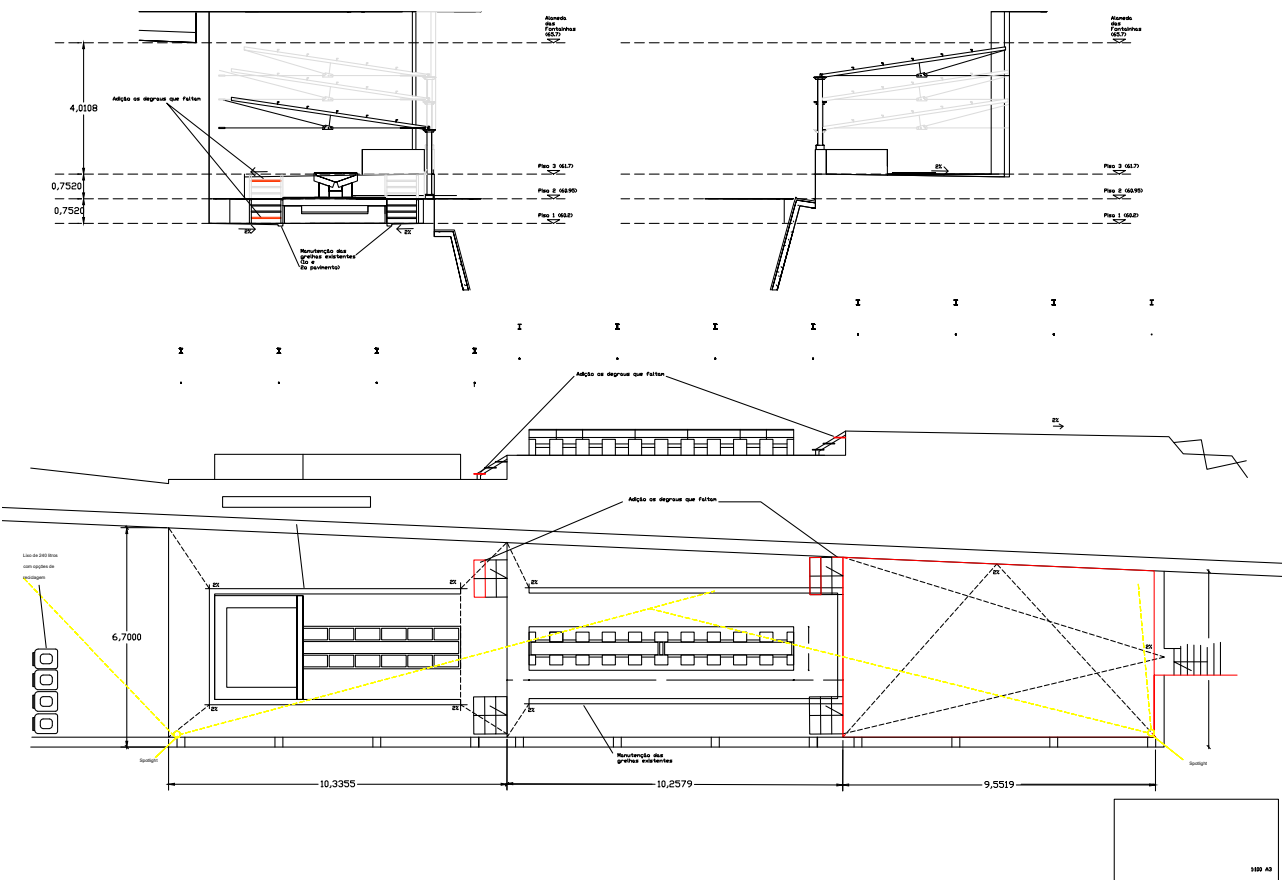
- Trabalhos Sem Fronteiras (2015-2019)
- Territórios Colaborativos (2015-2018)
- Cultura Avieira (2009-2016)
- Challenging Practice (2016)
- Reparar (2011)

Costa da Caparica:

- Estudo Polis (2011)

Faro:

- Ação Giro (2011)

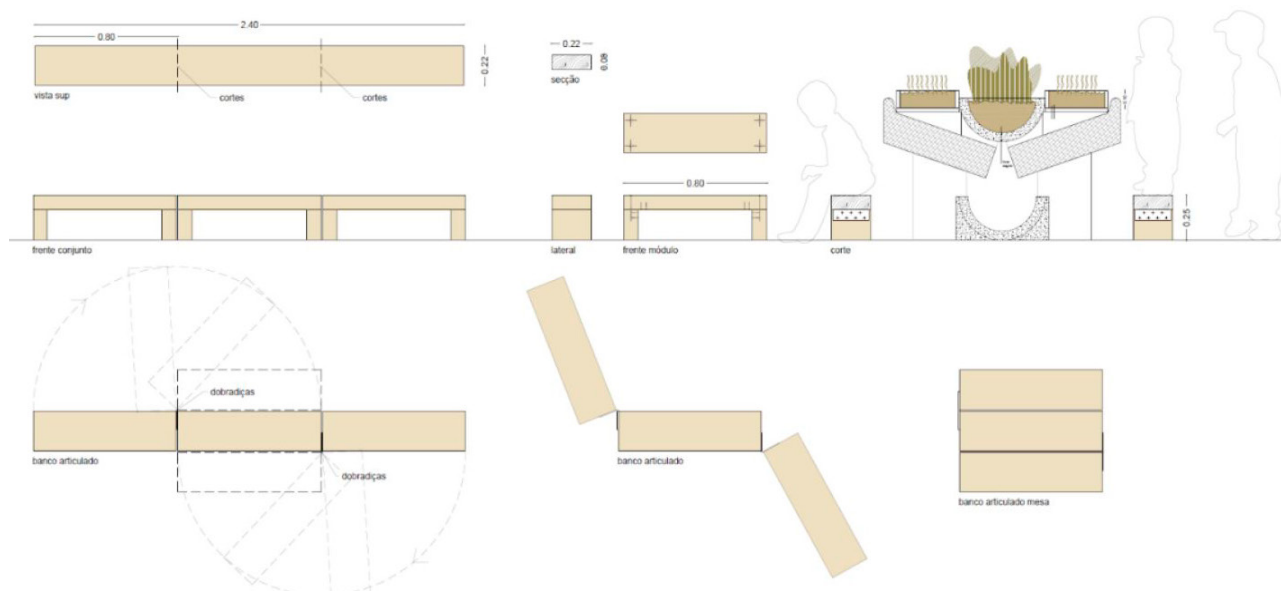


**Plantas e Cortes da intervenção
prevista para o pavimento, 2025**

SANTOS, A. B.; FREITAS,
B.; FÉLIX, C.; SANTOS, D.;
GIPSON-STRATTON, L.;
MARUNY, L.; FERREIRA, M.;
VAN-ZELLER, M.; PEREIRA,
P.; MORAIS, S.; TUDELA,
V. (2025). *Relatório Final
Arquitetura e Sociedade 4ª
edição “Cultivar a Proximidade.
Lavadouro das Fontainhas”*.

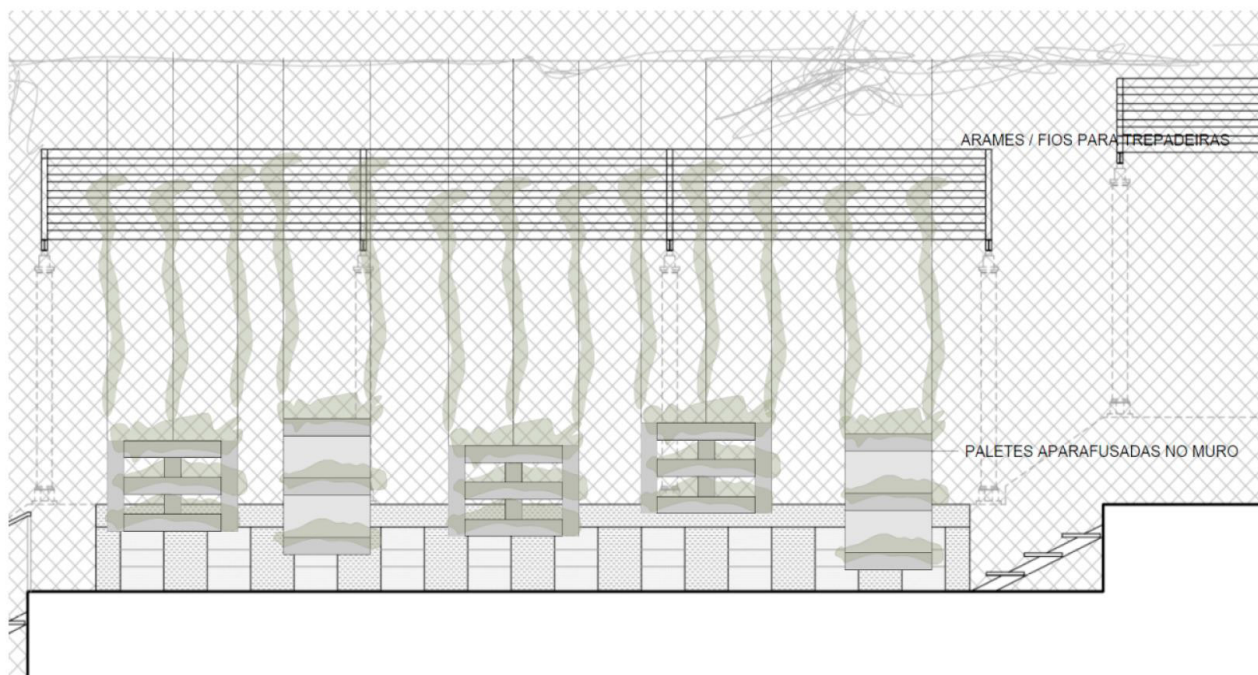
degrau \ banco \ mesa 2.0

vigas madeira de demolições +- 240x22x8cm + dobradiças + parafusos



Desenho do degrau para acesso às mudas, 2025

Ibidem.



**Esboço da colocação das camas
para as mudas, 2025**

Ibidem.

Entrevista a Gonçalo Folgado, Co-fundador da *Locals Approach*

(2 de junho de 2025)

Como são selecionadas as comunidades e os projectos nos quais a organização atua?

Não há propriamente uma forma de seleção que tenha um critério muito rigoroso. As coisas acontecem têm um bocadinho consoante o rumo dos acontecimentos.

O nosso primeiro caso de estudo, que foi no Bairro 2 de Maio, onde ainda estamos bastante implementados e temos dado um suporte bastante forte ao território, acontece porque eu e um grupo de colegas tomámos esta decisão de sair da faculdade, atravessar a rua e começar a interagir com a comunidade e a tentar envolver a faculdade nesse processo.

Apartir daí, trabalho puxa trabalho, vais conhecendo pessoas e vais participando numa conferência aqui, num seminário ali, conheces um aqui, conheces outro ali e as pessoas começam a falar um bocadinho do teu trabalho.

Começam têm a requisitar, ao fim ao cabo, aquilo que são os teus serviços, e tu têm vais tendo sensibilidade para perceber onde é que queres trabalhar, com quem é que queres trabalhar, sob que formas é que vais querendo trabalhar, mas é tudo uma aprendizagem.

No nosso caso, não há assim uma estratégia super delineada. Há, sim, uma vontade de transformar e estar onde e quando as pessoas querem que nós estejamos.

Já tem acontecido estarmos em territórios que não são propriamente sintomáticos de uma fratura socioeconmica bastante exposta, são territórios com malhas consolidadas, com populações que não operam assim ao fim ao cabo, no limiar da pobreza ou até mesmo na pobreza. Mas, na maior parte das vezes, estamos a trabalhar em sítios, onde o estado social, ou não chega, ou chega com dificuldade.

Isso significa que tem de haver aqui um estabelecimento de confiança e de laços de reciprocidade que têm de ser muito bem trabalhados. Portanto, é muito importante nós estarmos onde as pessoas querem que nós estejamos, para que esta primeira fase da confiança seja sólida.

E mesmo assim, o processo acaba por ser às vezes inconstante, na medida em que tens um plano, tens uma operação para cumprir, traças um plano e depois esse plano, muitas das vezes anda para cima, para a esquerda, para a direita. Portanto, é mesmo muito importante esta coisa de sermos desejados nos sítios em que estamos a trabalhar.

Como é feito o planeamento e a execução dos projetos? Que metodologias é que costumam aplicar normalmente?

O diagnóstico é fundamental. Aí acho que uma leitura ao painel urbano, ao painel rural, ao painel de enquadramento onde vais trabalhar acaba por ser essencial. E há sempre aqui um cruzamento de dados empíricos, ou seja, perceções que a comunidade tem, e dados mais científicos, seja ao nível do ordenamento do território, seja ao nível da leitura de outros diagnósticos feitos sobre os territórios. Podem ser diagnósticos sociais, relatórios, que eram os relatórios fundamentados dos planos diretores municipais, mas toda esta leitura de cartografia e de relatórios técnicos é fundamental para que possamos cruzar isso com as lentes da comunidade. Ou seja, cruzar saber científico com saber empírico.

Estas duas lentes são fundamentais para ter uma amostra do global do processo. E depois, isso depende muito do tipo de comunidade e do tipo de projetos com que estás a trabalhar. Porque uma coisa é fazeres uma leitura daquilo que é a paisagem alimentar de um território. Outra coisa é fazeres uma leitura daquilo que é a perceção de segurança e manutenção do espaço público. Outra coisa é ainda, tentares entender como é que determinada infraestrutura influi, positiva ou negativamente, no espaço em que está a ser trabalhada.

Portanto, os modelos e os formatos vão variando um bocadinho. Mas diria que há sempre esta questão dos *focus-groups*, ou seja, termos um conjunto de pessoas dos territórios que podem ser ou não líderes locais. Porque depois, essa é também, às vezes, uma falácia que, na minha opinião, acontece: é estarmos sempre muito preocupados com os líderes locais. Eu tenho uma extrema preocupação com as lideranças locais, porque acho que é mesmo por aí os territórios podem começar a ser desenvolvidos. Mas não nos podemos focar somente nas lideranças locais, porque as lideranças, como qualquer outro polo territorial, não encerram em si a verdade total das coisas.

É importante termos esta ponte de líderes locais, mas também com pessoas que não são líderes, mas que vivem, habitam, que transitam, que experienciam os sítios em que moram ou em que trabalham.

A confrontação de dados pode acontecer de forma mais informal, por exemplo, inventas um jogo e as pessoas estão ali a trabalhar sobre um assunto sério, mas com uma estrutura de jogo ou uma estrutura de interação mais informal. E atenção, porque a informalidade não significa necessariamente desorganização. A informalidade, nestes casos, para nós é fundamental. Porque quando vamos para uma reunião, para uma sessão de trabalho pública, por norma, queremos ser sempre a nossa melhor versão. E isto acontece com toda a gente, acontece com as pessoas dos territórios, acontece com os políticos, acontece com os académicos, acontece comigo e certamente vai acontecer contigo.

E às vezes essa tentativa de ser a nossa melhor versão impede-nos de fazer uma coisa essencial: sermos espontâneos, darmos ao luxo de errar, de mandar uma calinada. Por exemplo, se alguém disser *“Os putos aqui no bairro andam sempre à bolada às minhas janelas e partem-me os vidros”*, alguém pode pensar *“Se calhar, os putos andam aqui à bolada, porque efetivamente não têm um sítio onde jogar.”*

Esta informalidade é importante para desbloquear predisposições que as pessoas tenham para falar abertamente sobre os seus territórios, com mais ou menos exatidão, com mais ou menos rigor. E, a partir daí, cria-se um quadro de análise coletivo, construído com base na opinião de cada um. Vais juntando fragmentos e vais conseguindo descortinar uma história, quase uma investigação.

Tens que entender os pontos de vista, perceber quem disse o quê, e porquê. E isso exige um exercício de alta empatia, para perceber que há pessoas que têm razões legítimas para dizer determinado tipo de coisas. É a perceção delas, e que é muito verdadeira para elas. Se calhar, não é uma verdade coletiva, nem uma verdade absoluta, mas tem o seu peso.

Portanto, diria que a informalidade, o ato de congregar pessoas à mesa e criar dinâmicas que não sejam enfadonhas é fundamental. Porque as pessoas têm muito pouco tempo das suas vidas. E basta uma reunião ser chata para que nunca mais voltem, nem à segunda, nem à terceira ou quarta vez. É essencial que estas coisas sejam minimamente divertidas, e que sejam expressivas.

Outra das coisas que também é essencial, e aí, não sei se estamos nesse ponto, acredito que sim, mas gostava de estar mais, que é, a partir do momento em que há um diagnóstico, a partir do momento em que as pessoas te dizem alguma coisa, tens de devolver algo. Seja um relatório, seja a informação processada. Mas mais importante do que devolveres essa informação processada, é devolveres com soluções concretas tangíveis, que as pessoas sintam que são úteis nas suas vidas.

E aí acho que é a dificuldade que a maior parte dos coletivos, ONG e associações enfrentam, que é, esta falta de recursos que ainda sentimos como uma espécie de guerra em grande escala. E que às vezes também acaba por ser muito difícil para desenvolvermos o nosso trabalho, porque é um trabalho feito com base na confiança, e as pessoas querem ver coisas a acontecer. Então, há aqui este jogo que tem de ser feito.

A participação da comunidade é central neste tipo de projetos. De que forma é promovido esse envolvimento desde o início até à conclusão das intervenções?

Em primeiro lugar, é tentar perceber que a participação não é um bloco homogéneo. Sim, há diferentes fases de participação, e até é fundamental, às vezes, distinguirmos aquilo que é a participação do envolvimento.

O envolvimento é, acredito eu, algo mais leve, uma gradação mais leve da participação, mas que permite informar as pessoas, dá para entenderem o que está a ser feito e terem essa noção.

A participação, para mim, é quando as pessoas se envolvem mesmo a sério, acompanham o projeto do início ao fim e, mesmo depois do fim, existe ainda uma outra fase: a manutenção daquilo que fica no território.

E, quando falo em manutenção, não tem de ser só de uma infraestrutura física. Pode ser um conjunto de explicações que ficaram no território para as crianças estarem envolvidas numa associação que foi criada, que, de repente, faz ela a própria gestão do próprio território. Portanto, há diferentes gradações de participação. Mas diria que a primeira parte é olho no olho, é falarmos com as pessoas, é estarmos no território. Ouvir. Sobretudo a questão da auscultação é fundamental. As pessoas querem ser ouvidas. Há mesmo esta necessidade de terem um espaço onde possam desabafar sobre as suas vidas.

Imagina, vais para o território com a intenção de trabalhar, por exemplo, num parque infantil, um espaço para os miúdos brincarem. Vais ouvir os pais. É claro que eles vão falar do parque e do teu objeto de estudo. Mas a conversa vai, muitas vezes, ramificar por outros pontos, seja ao nível das condições que têm para estudarem, das condições de acessibilidade do território, das condições de acesso ao trabalho que os próprios pais têm, das condições da habitação. Portanto, as pessoas falam de tudo que tem a ver com as suas vidas, e as suas vidas acabam por intercetar naquele espaço.

O espaço em si, enquanto o *ethos* de conversa é um autêntico desbloqueador para outras dimensões do território, que são fundamentais para tu conseguires entender todos os *insights* que depois vais puxar ao teu diagnóstico e informam o projeto que vais devolver à comunidade.

Portanto, esta auscultação, este *one to one*, olho no olho e estar ali, é fundamental.

Depois, comesas a quebrar algumas barreiras, a quebrar algum gelo. A malta ou não te conhece ou conhece pouco, então vais ganhando gradualmente esta confiança. A partir daí, começa a festa. A festa agrega, traz as pessoas para um ambiente que é aquele mais informal que falávamos há bocadinho.

Imagina uma festa clássica: música, febras, umas tendas, e tu tens ali literalmente um bailarico, é disto que se trata. E, dependendo do tipo do evento, dependendo da comunidade, do território, podes ter um momento em que se faz uma votação, ou uma sessão de cocriação sobre qualquer coisa. E tens ali aquela altura do “*Malta, estamos na festa, mas agora temos aqui um trabalho de casa*”. E a seguir voltas outra vez ao mesmo registo de festa.

Estas são tudo estratégias muito boas para trabalhar com grupos na rua. O trabalhar na rua para nós é fundamental.

Ultimamente, temos tido mais projetos em espaço exterior do que propriamente em espaço interior. Queremos que as pessoas estejam num sítio a olhar para ele com atenção. Porque uma coisa é tu morares num sítio e passares por aquele cantinho todos os dias, outra coisa é tu estares naquele dia a olhar para aquele sítio, com aquelas lentes. É como se de repente, estivesses a redescobrir o teu bairro, estivesses a redescobrir a tua rua. E é aí que entra a parte da pedagogia que nós, enquanto arquitetos, conseguimos trazer para os territórios, é redescobrir os sítios por outros pontos de vista.

E especificamente no projeto 2 de Maio, que metodologias participativas foram aplicadas? Como promoveram esse envolvimento ativo?

O 2 de Maio tem uma história bastante gira. Nós começámos com estas idas e vindas ao território e, literalmente, aparecemos no bairro. Começámos a perguntar à malta que estava na rua em que é que nós poderíamos ser úteis enquanto estudantes de arquitetura e de planeamento urbano.

Íamos com a ideia de que o que a malta queria era mobiliário urbano, e sim, queriam, mas não era só isso. Havia todo um conjunto de dimensões da vida urbana que nem sequer estávamos a considerar. E isso acaba por ser revelador daquilo que são as nossas falências enquanto arquitetos, porque estamos muito programados para pensar apenas no espaço, quando o espaço pode ser o pretexto para tudo o resto.

Voltámos então para a faculdade e fomos desafiar a professora Isabel Raposo. Dissemos-lhe que precisávamos de ajuda, mas que não queríamos fazer aquilo como alunos. Queríamos fazer aquilo como um grupo de malta que quer fazer coisas, mesmo sendo alunos, mas não queremos estar aqui sobre esta coisa. Ela respondeu “*Muito bem, vou receber uma turma de Erasmus Mundus, posso pôr esta turma a trabalhar convosco, para fazer um diagnóstico mais alargado ao território.*” Tínhamos de fazer uma apresentação. E nós demos tudo, literalmente demos tudo, e conseguimos convencer aquela turma de trinta e tal pessoas. As turmas de *Erasmus Mundus* são muito interessantes porque congregam em si antropólogos, economistas, geógrafos, arquitetos. Portanto, tínhamos assim várias lentes de observação do território.

Eles estiveram connosco, nós fazíamos a mediação com a comunidade. O 2 de Maio, há uns dez anos não tinha qualquer tipo de intervenção, teve quase 40 anos sem nenhuma.

Nós servimos de mediadores entre a faculdade e o bairro, criando esta relação de confiança.

Com esse super diagnóstico, conseguimos desenhar um plano de ação local para o bairro, com sete eixos. A partir daí, começámos a candidatar-nos a linhas de financiamento, nomeadamente o BIP/ZIP em Lisboa, que foi assim a nossa primeira experiência enquanto profissionais.

Tínhamos um diagnóstico, um plano de ação, e desenhámos uma candidatura com o objetivo de requalificar uma infraestrutura comunitária, que era a antiga sede da associação de moradores, que agora é a Casa para Todos.

Hoje, é o sítio onde se tomam decisões, onde os miúdos têm explicações, onde têm teatro, onde jogam à bola. É o *hot spot* do território.

Além disso, ativámos a comunidade com outras ações: a requalificação das hortas, a requalificação de uma zona de fronteira do bairro, aquela que está paredes meias com a malha urbana adjacente. Era um sítio de fronteira, um sítio de passagem, com uma confluência de vários tipos de pessoas, que eram malta do bairro e que era malta de outros sítios.

Portanto, o 2 de Maio acaba por ser assim um caso um bocadinho paradigmático na nossa intervenção. Porque com o caminho que fomos trilhando, fomos também amadurecendo uma metodologia de intervenção que ainda hoje vem connosco.

Tivemos muita sorte, porque fomos muito bem acompanhados nesse processo. Tínhamos a professora Isabel Raposo, a professora Manuela Mendes, professora Sofia Morgado, o Gorjão Jorge, o Miguel Gama, a Teresa Sá... Um conjunto de professores da Faculdade de Arquitetura que nos acompanharam, cada um com o seu conhecimento. Fomos apanhando uma ferramenta aqui, outra ali, e fomos cruzando isto tudo num *kit* bastante híbrido.

E tivemos mesmo muita sorte, porque esse *toolkit*, apesar de não se manter igual (porque nada se mantém igual), foi uma base sólida para inventarmos o que ainda hoje continuamos a inventar e a adaptar. Portanto, sim, agora fazendo este exercício de reflexão, tivemos mesmo muita, muita sorte por termos tido estas pessoas, que tiveram a paciência e a amabilidade de nos orientar numa altura tão embrionária das nossas carreiras.

Pode falar um pouco mais acerca de como é avaliado o impacto, que metodologias ou indicadores utilizam?

Os indicadores acabam por resultar muito em função de cada projeto. Temos sempre relatórios de projeto que acompanham a execução dos mesmos, seja ao nível do número de pessoas envolvidas ao longo do processo, seja ao nível da própria dinâmica da participação.

Interessamo-nos por perceber se o projeto está a ganhar ou está a perder tração junto da comunidade. Temos inquéritos de satisfação que vamos aplicando às pessoas, mas a análise de impacto mais robusta, aí recorremos sempre a uma avaliação externa. Naturalmente, se me perguntares depois de uma sessão como correu, a não ser que tenha corrido muito mal, vou te sempre dizer que correu muito bem. Fico entusiasmado, vejo as pessoas a participarem ...

Mas às vezes podes ter a sala cheia e, podes ter ali um conjunto de pessoas que te vão dizer aquilo que tu queres ouvir, e aquilo que queres ouvir nem sempre é o mais importante para o processo em si. É importante a ideia da transdisciplinaridade, termos alguém de outras áreas científicas, que te possam ajudar a fazer uma avaliação mais científica da avaliação de impacto social. Acabamos sempre por recorrer à Professora Manuela Mendes, que é a nossa socióloga de eleição, que nos acompanha de quando ainda éramos estudantes. Ela ajuda-nos a fazer esse trabalho, mas ainda não temos uma constância de avaliação de impacto social como gostaríamos.

Na avaliação de impacto, ainda estamos uns furos abaixo do que aquilo que gostaríamos de estar. Isso é altamente prejudicial para a própria organização. Porque sabemos que mudámos muita coisa. Mas não temos uma evidência preto no branco, de como é que essas coisas foram sendo mudadas. Isso é algo que já estamos a trabalhar nesse sentido. Já passámos a incluir as avaliações de impacto nas últimas candidaturas que colocámos. Neste momento, já temos uma avaliação feita de um dos projetos que não versa tanto sobre arquitetura quanto isso.

Trata-se da instalação de um *FabLab* no Bairro 2 de Maio. Todo o processo envolveu produção artística, desenvolvimento pessoal e várias de aprendizagens feitas em comunidade. Esse projeto já teve uma avaliação de impacto e os resultados que obtivemos foram absolutamente incríveis.

Nos outros projetos, ainda que não tenham avaliação de impacto formal, temos sempre relatórios de monitorização com um conjunto de KPIs (indicadores chave de performance). Esses KPIs variam de acordo com o objetivo de cada projeto, por exemplo, chegar a um número X de pessoas, garantir diversidade (homens, mulheres, jovens, séniores), trabalhar o combate ao isolamento sénior, etc. Ou seja, o conjunto de indicadores vão-se adaptando a cada um dos projetos, porque cada um tem metas e objetivos diferentes.

Que efeitos mais significativos têm notado nas comunidades envolvidas, após a finalização das intervenções?

O mais pujante é mesmo as pessoas voltarem a acreditar que é possível fazer coisas. Há muito aquela ideia de “*não vale a pena envolver-me, porque nada vai mudar; os outros é que decidem.*” Mas a partir do momento em que as pessoas veem resultados concretos, tudo muda.

Dou-te um exemplo: no Bairro 2 de Maio, tivemos um processo para tentar instalar a polícia de proximidade. E os moradores diziam “*Isto nunca vai acontecer. A polícia nunca há vir para cá para cima, fica sempre na Calçada da Ajuda.*”

O que fizemos foi um trabalho de mobilização com a comunidade. Organizámos um conjunto de sessões em que nos reuníamos à volta de um mapa, e íamos falando sobre os problemas do território. E aqui, quando falamos de segurança, não estamos a falar só de criminalidade, que é o que atualmente se associa à palavra. Segurança é um conceito muito mais lato do que a criminalidade. Por exemplo, a manutenção em espaço público é uma questão, as acessibilidades, até a numeração de lotes, a forma como tu olhas para o número de lotes numa fachada é um critério de segurança que é altamente subestimado.

No 2 de Maio, por exemplo, houve várias fases de expansão. Isso faz com que, numa mesma rua (a Armando Lucena), tenhas os números todos trocados: o 2, o 4, o 16, o 38, o 22. Tudo fora de ordem. Agora imagina um prédio com uma fachada de 30 ou 40 metros de largura, 18 metros de altura, com o número do lote minúsculo. Se alguém tiver um ataque cardíaco no 3.º esquerdo do lote 24, como é que um bombeiro identifica rapidamente onde tem de ir?

Portanto, quando falamos aqui das questões de segurança, é também sobre estas matérias, mas como o tema da segurança está altamente partidarizado e tão agarrado a uma vertente ideológica, acabamos por perder aquilo que é a noção mais lata do próprio conceito em si.

Isto foram questões que nós fomos falando com as pessoas ao longo destas sessões, com *post-its* em cima de mapas. Se nós estamos a falar sobre segurança, não vamos meter só a polícia, vamos meter os bombeiros, vamos meter a proteção civil, vamos meter a Junta de Freguesia, vamos meter a Câmara Municipal, vamos meter as associações do território, vamos meter moradores, porque todos nós temos algumas chaves de resolução sobre estes conceitos. Uma, duas, três sessões e tivemos policiamento de proximidade e aquilo que era à partida, uma coisa que não iria acontecer, aconteceu. E as pessoas acreditaram uma vez mais que era possível.

Outro exemplo: quando quisemos requalificar a *Casa para Todos*, logo no primeiro ano de intervenção, a malta dizia “*vocês realmente são miúdos com muito boas intenções, são incríveis por estar a perder aqui o vosso tempo, mas é exatamente isso, estão aqui a perder o vosso tempo.*”

A partir do momento em que as pessoas começam a ver coisas a acontecer, as pessoas acreditam. Eu acho que isso é o mais bonito nestes processos, é voltarem a acreditar na democracia participativa, voltarem a acreditar que a sua voz interessa, que está ali alguém para os ouvir. Mas que não ouve só por ouvir, ouve para incluir as suas opiniões em ações tangíveis.

Acredito que este tipo de abordagens mais localizadas, à escala mais micro, mais próxima do terreno, com outro tipo de atitudes na relação mais informal entre o técnico e a comunidade, é um modelo de desenvolvimento territorial e urbano.

É um caminho para o qual nós arquitetos, estamos mais do que convocados, sobretudo para advogar por ele. Nem todos têm de trabalhar nestas matérias, há quem queira trabalhar em grande plano, e está tudo bem, há espaço para todos. Mas os microimpactos, que estes microprojetos acabam por ter, são fundamentais para alavancar uma nova crença na própria democracia em si. E aqui já estou a entrar também com um pendor ideológico para aquilo que há de ser uma investigação científica, mas acho mesmo que esta resposta pode ser um denominador comum para tudo o resto que fazemos.

Outra questão é a manutenção, as pessoas quando estão envolvidas, querem preservar, portanto, acaba por ser um pouco por aí.

Que principais desafios e limitações tem encontrado nos projetos?

A falta de recursos é, claramente, um dos grandes desafios. Estamos a falar de projetos que, na prática, estão a atuar sobre problemas que abrem telejornais: alterações climáticas, absentismo escolar, violência de género, ou até o desacreditar no próprio sistema.

Dou-te um exemplo: a partir do momento em que tu crias um espaço para as crianças brincarem, estás a trabalhar contra o absentismo escolar. Quando esse espaço promove normas de igualdade de género, onde a autoridade pode ser exercida por qualquer género, estás a fazer esse trabalho de desconstrução de estereótipos e de arquétipos ligados a estas temáticas. Quando colocas pessoas com diversas etnias, orientações sexuais e contextos de vida a conviver num mesmo processo, estás a trabalhar a tolerância, o respeito pela diversidade e a inclusão.

Todas estas questões acabam por ser altamente importantes na vida das pessoas, mesmo que não se apercebam a uma primeira vista.

Há também uma falta de compreensão do próprio aparelho de Estado. Um dia que assuma funções num órgão executivo político, claramente este será o modelo que irei apostar. Acho que não há uma compreensão aprofundada sobre o mesmo e não havendo essa compreensão aprofundada, gera-se um pouco de medo. Portanto, esta questão dos recursos é fundamental.

Outra das questões que acaba por ser desafiante é muitas das vezes as pessoas não estarem habituadas a serem auscultadas, e de repente, parece que alguém vai ali contar-lhes o conto do vigário. Ficam sempre um bocadinho mais na defensiva e é difícil ir desmontando, e isto depois é um trabalho que se faz com insistência, com consistência, com proximidade. Exige também engolir alguns sapos, ouvir coisas que noutra contexto talvez reagisses de forma mais emocional, mas ali tens de respirar fundo e tentar dar a volta.

E às vezes estas resistências da própria comunidade acontecem muitas das vezes por duas razões: ou porque nunca tiveram a intervenção, ou porque tiveram demasiada intervenção e às vezes essa intervenção não foi conduzida ao encontro daquilo que eram os interesses e os desejos que as pessoas tinham. Já apanhei por tabela de outros colegas que lá foram fazer coisas, como certamente outras colegas que vão a sítios onde eu estive também hão de apanhar por tabela por coisas menos bem feitas, que possamos ter eventualmente feito, ou que neste momento não façam sentido. E, portanto, é a assunção do erro, só não erra quem não trabalha.

E o viver com estes erros, sejam do Estado, sejam de outras organizações, acabam por ser desafiantes para quem vai intervir no próprio território. São estas duas: questão da confiança e a questão dos recursos.

Há ainda a obstrução política dos próprios órgãos, por pensarem que tu tens ali alguma pretensão, quando na verdade estás a trabalhar na orla do civismo longe da política partidária. Mas como é um trabalho de alta proximidade, há sempre esta falta de cultura democrática e falta de cultura participativa, que depois se revela nestes momentos, seja na comunidade, seja nos próprios órgãos decisores.

A *Locals Approach* colabora com outras organizações? Se sim, quais são esses parceiros?

O trabalho em parceria é tudo. Esta ideia do *one man show* não acontece. Primeiro de tudo, é preciso haver trabalho em equipa, e depois trabalho em parcerias. Tens de ter uma equipa que te acompanhe no território.

Imagina este cenário: vamos os dois para um território qualquer ouvir pessoas. Enquanto um fala, o outro deve estar a tirar apontamentos. Eu não consigo fazer as duas coisas ao mesmo tempo, não tenho essa capacidade.

Por um lado, é importante que isto aconteça para reteres a informação e para ficares com esse registo. Por outro, também é importante para aquilo que é o teatro urbano a que todos nós estamos expostos, e no qual somos todos atores.

As pessoas gostam de se sentir ouvidas, e as pessoas que estão à tua volta e com quem tu não estás a falar ficam automaticamente avisadas, ficam automaticamente informadas do que é que tu estás ali a fazer, que não és só um transeunte, não és só um turista. És alguém que está a trabalhar e que está a estudar o território. É fundamental essa *performance* ser feita.

Dito isto, sim, trabalhamos muito com outras organizações. Aquela que nos é umbilical são os Amigos do B2M, uma associação que ajudámos a criar fruto do nosso trabalho no Bairro 2 de Maio. Mas temos dezenas de parceiros como a Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda, o Sporting Clube do Rio Seco, a Junta de Freguesia da Ajuda, a Faculdade de Arquitetura de Lisboa, o Instituto de Ciências Políticas e Sociais. Na Lourinhã temos a Câmara Municipal de Lourinhã, temos as Sombronautas - Teatro Inefável, que são uma associação incrível de artistas que trabalham muito nesta orla artística e cruza muito bem com a com a visão de arquitetura, com a visão de território que nós temos aqui. Em Lisboa trabalhamos com a malta do Rés-Do-chão, o grupo comunitário Quarto Crescente, a PROSAUDESC, a rede da LBC, a Renovar a Mouraria. Portanto, ali no território temos quase 40 ou 50 parceiros por tudo quanto são entidades, tudo quanto são organismos, que são à partida, parceiros com quem nós trabalhamos.

São inúmeras as parcerias que nós temos a correr, até porque este modelo de desenvolvimento territorial, ainda não é um mercado. Quem pensar nisto numa lógica de mercado está completamente ao lado.

Neste momento, o que tem de haver sim, é que um conjunto de sinergias entre todos aqueles que acreditam no modelo, sejam eles estruturas de poder local, sejam elas associações, sejam eles grupos da ação local ou grupos comunitários. Todos aqueles em que acreditam neste modelo, estão convocados a reforçarem o ecossistema. Para poder então ter uma economia de mercado associada à mesma, porque neste momento ainda não temos.

Atualmente, ainda acaba por ser para muitos decisores políticos um exotismo que se vai fazendo. E enquanto isto for uma coisa exótica e não for tida como um modelo de trabalho, então até lá temos de estar todos a trabalhar.

Quero com isto dizer que são dezenas de parcerias que a *Locals* tem neste momento, ao dia de hoje, de norte a sul do país. E de outra forma não poderia ser, porque se advogamos por participação, se advogamos por corresponsabilização, se advogamos por cogovernança, se advogamos por trazer à mesa todos aqueles que querem participar, não poderíamos trabalhar de forma isolada. Temos mesmo de trabalhar de uma forma consertada e uma lógica integrada e holística de todos os parceiros e daqueles que querem connosco estar.

Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na atuação de ONG e deste gênero de associações que trabalham com arquitetura e urbanismo em Portugal?

Ainda não falámos de uma questão central no urbanismo: os Planos Diretores Municipais. São a grande ferramenta de orientação e de matrizes estratégica dos municípios. E sabendo que os municípios conseguem congregar em si uma diversidade territorial absurda, desde áreas costeiras a áreas rurais, a áreas urbanas, a áreas periurbanas que, embora não seja uma tipologia de espaço, acaba por fazer parte do nosso léxico enquanto urbanistas. E o urbanismo tem de se ir adequando e tem de ir evoluindo face àquilo que é a evolução do próprio território.

Sobre o plano diretor municipal, nós temos de rever a forma. As sessões de participação são claramente escassas, tanto na forma como interação com os cidadãos, como naquilo que lhes devolvem em troca. Acho que o Professor João Ferrão já referiu que há uma falta de cultura de participação em Portugal, e é verdade.

Basta que para isso olhemos para aquilo que são as participações em plano diretor municipal. Na sua esmagadora maioria das vezes são proprietários a pensarem como é que podem aumentar a capacidade de edificabilidade das suas frações de território. Muitos deles, pensam como é que passam de uma área não edificada para uma área urbanizável.

Isto é claramente uma das dimensões de participação que pode existir, mas não pode ser a única, nem aquela que é dominante. Senão teremos sempre uma lógica de mercado associada àquilo que são os processos de planeamento. E não digo que a lógica de mercado tem de ser obliterada dos processos de planeamento, porque a cidade, o território faz-se com base em 3 ou 4 eixos: a economia, a política, a própria arquitetura e a questão da participação, na minha opinião.

A economia é claramente um dos motores. Portanto, não podemos também ter esta visão que de repente vamos fazer planeamento sem ter a lógica financeirizada. Acho que é importante também darmos algum destaque às outras áreas. E a forma como se dá destaca às outras áreas é repensar o formato como estas sessões são feitas.

Portanto, não podem ser só apresentações, porque senão é uma sessão de informação e é isto que às vezes a malta acaba por não discernir.

Eu não posso chegar com este plano a uma comunidade ou a um território, ou município e dizer assim *“Este é o nosso plano diretor municipal, aqui temos a área da rede ecológica, aqui temos as áreas que não são para se construir.”* Isto não é fazer participação. Isto é apenas informar. Os passos são antes a destecnocratização, a simplificação de conceitos complexos, a gamificação, podermos meter as pessoas a participar até o próprio formato em si.

Aquela coisa de termos um painel de especialistas e uma plateia acaba por ser um formato bastante professoral. Parece que, de repente, estamos a ir à escola e há ali um conjunto de iluminados, que sabem mais do sítio em que eu moro do que eu. E provavelmente hão de saber mais coisas sobre determinados prismas, do que certamente eu e as pessoas.

Falo na condição de habitante. Eu, enquanto habitante, enquanto não arquiteto, hei de ter informação que aqueles técnicos não têm.

Era importante repensar o formato e misturar isto tudo: mesas redondas, repensar, imiscuir as pessoas, ter formatos que sejam mais lúdicos, ter formatos que atelem mais à interatividade e à integração daquilo que se ausculta das pessoas. Para que depois, sim, se possam fazer sessões de informação ou sessões de ratificação dessa informação.

Lembro-me que há uns tempos atrás quando estudámos a paisagem alimentar da Freguesia da Ajuda, fomos perceber quantas pessoas é que passam com sacos de compras, a que horas é que passam, se as pessoas comem na rua, se não comem, o tipo de frente de rua que existe com os estabelecimentos comerciais, se as esplanadas ocupam ou não lugar de estacionamento, a cadência de autocarros, quem é que entra no autocarro, quem é que sai, se vai com os tais sacos de compras ou não.

Nós fizemos as nossas observações, cruzámos isto com os dados que tínhamos, mas depois também fomos à procura das pessoas com entrevistas, ou seja, falar com as pessoas.

Depois disto tudo, ainda fizemos duas sessões com as organizações do território, em que fomos apresentar estes dados aos técnicos que trabalham no dia a dia com as pessoas.

Portanto, partimos das nossas observações e das conversas com as pessoas no território e, numa fase final, fizemos uma validação dos dados com as organizações locais, para perceber se esses dados faziam sentido à luz da experiência que essas entidades têm no terreno.

E a partir daí tivemos uma radiografia do território altamente minuciosa, e que ao dia de hoje nos permite continuar a construir projetos para dar respostas a problemas que foram identificados com a nossa equipa. Mas também na relação da nossa equipa, com as pessoas e com esta malha de parceiros que dizia há bocado das nossas sessões de participação.

Tínhamos cerca de 30/40 organizações em mesas redondas, papel cenário, *post-its*, comida, em ambiente informal.

O que uma vez mais, se calhar acabar como comecei, que é, informalidade não é sinónimo de desorganização. É sinónimo de estarmos todos um pouco mais à vontade para nos podermos dar ao luxo de não sermos a nossa melhor versão que ambicionamos ser. E com isso, podermos errar e termos assim um apanhado de fragmentos mais sinceros e mais honestos sobre aquilo que são as nossas perceções.

Entrevista a Lúcia Nunes, Presidente dos Arquitectos sem Fronteiras Portugal (ASF-P)

(22 de maio de 2025)

Que elementos considera que definem uma Organização Não Governamental?

Uma coisa é o que nós somos, outra coisa é aquilo que define uma associação como uma ONG. Uma coisa é certa: se é uma ONG é não governamental, pode-se relacionar o Estado como parceiro, mas não tem membros do mesmo, nem é estadual.

A ONG é uma Organização Não Governamental, isso é a definição literal. Normalmente quando é não governamental, quer dizer que não está focada naquilo que é a política nacional, seja local, seja global, está focada em de alguma forma suprir aquilo que o Governo ou o poder local ou o poder nacional não consegue resolver, portanto, elas aparecem como necessidade numa falha que há governamental ou de poder local ou do poder geral.

Uma organização não governamental se não tiver dependente também do poder local, também é mais livre politicamente. E apesar de nós sermos sem fronteiras e isto quer dizer, sem fronteiras políticas e sem fronteiras étnicas profissionais. O ser político não é ser partidário, ou seja, nós temos uma visão política da nossa forma de fazer arquitetura e de pensar arquitetura.

Muitas das vossas intervenções surgem a partir de pedidos diretos das comunidades ou dos seus representantes. Como se dá o processo de seleção: existem critérios internos para validar esses pedidos ou prioridades específicas na escolha dos projetos?

Trabalhamos normalmente com parceiros coletivos e gostamos sempre de trabalhar com eles, porque por sermos sem fins lucrativos, normalmente temos os meios humanos, mas podemos não ter os meios financeiros e outros recursos.

Não tem a ver com critérios de seleção, do tipo “fazemos este ou fazemos aquele?” A primeira forma de seriação ou de escolha é estar de acordo com os nossos estatutos, que embora existam da organização portuguesa propriamente dita, também têm uma carta de ação internacional: a *Carta de Hasselt*. Portanto, se houver qualquer uma das coisas que não esteja de acordo com os princípios, nós logo à partida não fazemos o projeto. E depois, obviamente, se houver simultaneidade de vários projetos, normalmente quando eles estão de acordo com os nossos princípios, não escolhemos uns nem outros, tentamos desenvolvê-los todos ao mesmo tempo, mas de acordo com os recursos que temos. E recursos, quer dizer financiamento e quer dizer também recursos humanos, porque as pessoas também são finitas dentro da organização e nem todas têm a mesma experiência.

Como é feito o planeamento das ações e quais são as metodologias habitualmente aplicadas?

Uma das preocupações é logo à partida, a definição dos grupos de trabalho. Para além dos projetos em si, que têm um grupo específico, todas as coisas que sejam transversais aos projetos todos também têm um grupo de trabalho. Uma das coisas que garantimos é que os grupos, mesmo que tenham coordenações, estas não sejam feitas por uma pessoa isolada. Há sempre alguém que tem de ser o *respaldo* do coordenador e estar tão informado como o coordenador daquele trabalho.

As metodologias dependem um bocadinho do que é que estamos a fazer. Claro que há coisas que são mais ou menos comuns, como a participação, a colaboração entre parceiros e entre pessoas na associação, mas isso depois varia muito de projeto para projeto. Por exemplo, o curso *Arquitetura e Sociedade* tem uma metodologia completamente diferente do que o concurso que está a acontecer na Gâmbia. São coisas completamente diferentes, mas a linha é sempre a mesma. Normalmente são parcerias entre associações e depois, apesar de serem metodologias diferentes, seguem também os mesmos princípios bases da organização.

A participação da comunidade é central neste tipo de projetos. De que forma é promovido esse envolvimento desde o início até à conclusão das intervenções?

A própria ideia da participação é um bocadinho perigosa como definição e como aplicação. As pessoas veem o tema de formas diferentes. Umas entendem que participar é chegar lá com um projeto e dizer se concorda, então participou. Outra coisa é co-desenhar e nós entendemos que participar é co-desenhar.

Esse envolvimento também depende de projeto para projeto. Por exemplo, no caso do concurso em Gâmbia, as pessoas são envolvidas porque são utentes daquele projeto. Houve participação desde a organização do projeto até ao projeto em si, como, por exemplo, o facto de o nosso parceiro local, quem quer fazer o projeto, não ter *competências* para montar o próprio projeto. Então nós fomos desenvolvendo o projeto com eles, eles iam fazendo e nós íamos apoiando o desenvolvimento do projeto. E depois acontecia ao contrário também, havia partes em que nós tínhamos de lhes explicar como se fazia, mas em nenhuma fase eles tiveram fora das decisões que foram tomadas.

Depois do ponto de vista do projeto, isso acontece com as pessoas a participarem em todos os momentos, desde decidir qual é o programa, até quais são os materiais a utilizar, quais são os usos, etc.

No curso *Arquitetura e Sociedade*, nós temos um território com uma problemática, e temos como objetivo central e diferente daquilo que é o ensino de uma forma comum, que cada intervenção que aconteça tem de deixar um impacto no sítio.

Se estamos a trabalhar para o impacto no sítio, temos de trabalhar com aquelas pessoas, o que não quer dizer forçosamente que seja uma coisa muito fácil, porque poderia-se pensar desde o início que quando se permite isso a alguém que a pessoa imediatamente está aberta a isso. Isso não é bem assim. Às vezes é mais difícil envolver as pessoas do que desenhar o próprio processo de participação.

Neste curso, na intervenção dos lavadouros, nós chegámos à conclusão que nas oficinas que fazemos é muito mais fácil envolver pessoas que não são dali do que propriamente as que são, e isso é o que não pode acontecer.

Se queres que as pessoas venham dar opinião, claro que os participantes do curso e os professores são muito importantes, mas as pessoas dali são os beneficiários do projeto, daí nós criarmos mais uma vez parcerias com organizações locais para garantir que há essa representatividade. Neste caso, com a Escola da Alegria, em que participam os miúdos, mas também participam os pais dos miúdos.

Não é assim um fenómeno tão fácil como toda a gente faz parecer, nem tão limpo do ponto de vista da definição.

É preciso garantir que quando uma pessoa de facto abre um processo ou um projeto à participação que as opiniões vão ser tidas em consideração com o mesmo peso.

Todas as pessoas têm o mesmo grau de envolvimento, mas depois, na realidade, acabam por ser os participantes que fazem o desenho daquilo que ouvem e fazem a síntese. O projeto acaba por ser a síntese daquilo que aconteceu com o processo participativo, de uma forma ou de outra.

Eles começam por trabalhar em grupos, com grupos também locais, e depois faz-se a síntese. Mas não é tão pacífico como toda a gente pensa que é chegar lá, perguntar e já está. Se perguntares a 500 pessoas diferentes o que é que elas acham, todas elas vão eventualmente até achar uma coisa diferente. Alguém vai ter que sintetizar isso, têm é que ser suficientemente justos e democráticos para se sintetizar de forma razoável.

Pode falar um pouco mais acerca de como é avaliado o impacto, que metodologias ou indicadores utilizam?

No que diz respeito aos projetos propriamente ditos normalmente há vários níveis: o parceiro, as pessoas e o que acaba por resultar no local. Nós temos de questionar todos estes passos, porque pode funcionar uma parte e não funcionar outra e falhando numa das partes mais a montante ou mais ajudante pode criar impactos diferentes.

O que temos alguma noção é de que a própria forma de se fazerem as perguntas para avaliar tem muita influência na resposta. E isso é uma coisa que sentimos que vamos aperfeiçoando de umas coisas para as outras, porque é algo das ciências sociais. Ainda nos sentimos um bocado na aprendizagem. De qualquer das formas o avaliar esse impacto e avaliar o desempenho ao longo da atividade é muito importante, porque acabamos por aprender quase mais com isso do que com aquilo que nos propomos teoricamente ao início.

No final do curso *Arquitetura e Sociedade*, não avaliamos só o impacto no sítio em si, mas também nos próprios participantes. Nós entendemos que é tão importante uma coisa como outra, por ser uma maneira muito diferente de trabalhar no ensino da arquitetura.

No final, cada um dos participantes faz um relatório crítico sobre aquilo que aconteceu e, também é questionado aos participantes das atividades e aos participantes locais, os prós e os contras da intervenção. Normalmente não há contras, mas às vezes as pessoas tinham uma expectativa com mais alcance ou não há meios suficientes para fazer tudo o que se quer.

Ao longos dos 4 anos, a metodologia pode ter variado nalguma coisa, mas o desenho das sessões, a duração da sessão, tudo isso muda à medida que nos vamos apercebendo se funciona melhor, se funciona pior, se as pessoas acham que é mais ou menos interessante. Depois há pessoas, como os projetos são contínuos, que ficam de uns anos para os outros e que também vão comparando o que acontece. É nesse sentido que as avaliações são feitas.

Portanto, não é só uma coisa que se avalia no final, é uma coisa que vamos fazendo ao longo do tempo. Não é só uma avaliação formal, é também uma avaliação informal de quem está preocupado mais com o processo do que com o resultado final e, está mais preocupado com o impacto na Comunidade do que com o resultado formal (formalidade e forma).

Que efeitos mais significativos têm notado nas comunidades envolvidas, após a finalização das intervenções?

Vamos considerar duas comunidades: a comunidade local e a comunidade estudantil. No caso concreto do projeto da Gâmbia, íamos participar em parceria com o Instituto Superior Técnico de Lisboa. Quando fomos para o terreno foram 2 ou 3 membros e quando chegaram lá tiveram que se integrar numa outra equipa, porque não havia lá uma equipa representativa daquele grupo. O que percebemos foi que às vezes o teu impacto é mais humano do que visível, ou da forma de ver as coisas ou a forma de pensar as coisas ou das pessoas trabalharem em conjunto. Acaba por ser muito mais metodológico, processual, a forma, a relação que as pessoas estabelecem entre elas e da forma depois como partem elas em conjunto para ir fazer as coisas do que propriamente no resultado final.

Acaba por ser muito mais uma forma de mediar aquilo que é o nosso ponto de vista com as pessoas que estão a trabalhar, para elas depois se organizarem e elas próprias produzirem, do que propriamente que objeto resultou ou que consequência física resultou. Obviamente isso tem uma consequência, mas acreditamos que o impacto tem a ver na tradução do que nós fazemos daquilo que é o nosso entendimento da Arquitetura e daquilo que sabemos fazer para as pessoas. E como é que elas se podem organizar para fazer em conjunto ou para colaborarem connosco.

Portanto, o nosso impacto é muito mais nos processos do que nos resultados finais. Os resultados finais são consequência dos processos, mas onde nós notamos mesmo é no nosso papel de mediação. Por exemplo, se chegares a um sítio em que tens uma comunidade e querem trabalhar, por exemplo, no poder local e como há uma distância muito grande, não há essa mediação, essa tradução, o nosso impacto aí é de facto muito grande. Um dia consegues mobilizar o Presidente da Câmara do local, reunir as pessoas e facilitar uma reunião e tentas mediar, porque eu acho que é mesmo isso, é um papel de mediação entre os vários atores.

As pessoas não estão habituadas a trabalhar em conjunto, estão habituadas a trabalhar individualmente. Portanto, o grande impacto está na capacidade de traduzir aquilo que nós fazemos e aquilo que nós sabemos para as pessoas se entenderem umas com as outras e no final terem resultados satisfatórios. No nosso entender quanto mais atores houver, melhor é, porque maior compatibilidade conseguimos.

No caso do curso *Arquitetura e Sociedade*, estão envolvidos os ASF-P, a FAUP, a Fundação Aga Khan e a Domus Social.

Logo à partida partir para o território com esta valência em que temos a FAUP como produtora e transmissora de conhecimentos, a ASF-P, como mediação no terreno entre aquilo que é o conhecimento e aquilo que é a Comunidade, a Domus Social, como representante do poder local e a Fundação Aga Khan, com as valências que tem do ponto de vista da participação e das questões sociais. É muito mais fácil fazer com que um projeto tenha impacto logo à partida, quando partes de um consenso entre as várias pessoas que são responsáveis pelo impacto, do que como é prática corrente na arquitetura, que é da ideia do arquiteto isolado que faz uma proposta e depois tem que ir negociar um a um.

A melhor forma de ter impacto é deixar que todas as pessoas que têm alguma coisa a dizer sobre o processo co-criem, em vez de alguém criar e depois andar de um lado para o outro a fazer adaptações, que se calhar já não são tão ricas nem tão profundas como se aquilo que partisse duma base comum. Nós criamos logo maior impacto em fazer as pessoas aplicarem uma metodologia de consenso. E eu acho que isso na arquitetura é muito crítico, a tal ideia de o arquiteto fazer tudo.

O segredo para ter impacto é que as coisas de facto tenham consequências e benefícios para todos. E a melhor maneira é começar do início a criar a possibilidade de haver impacto. Qual é o impacto de um arquiteto, um autor, num projeto, qualquer que seja, se ele não tiver noção de quais são as suas limitações e do que as pessoas querem e de quais são o enquadramento local. Nós gostamos de pensar em impactos positivos, mas um dos objetivos em negociar é também evitar o impacto negativo. Logo a começar na própria política de tecnologias que utilizamos e de materiais, que ao partir de uma carta de princípios também já minimiza impactos ambientais, impactos nefastos sociais. Por exemplo, neste projeto dos lavadouros, os materiais não deixam de ter a sua nobreza, mas não é a primeira vida de todos eles. Portanto, esses princípios e esse consenso, tanto entre parceiros, dá-te essa capacidade de impacto também. Tu quase que garantas uma parte do impacto pelos princípios que usas a intervir e a definir as metodologias.

O maior impacto que podes criar é a mentalidade das formas, a forma como as pessoas se dirigem aos assuntos, como se organizam e como produzem. E para isso é preciso alguma total de democracia e liberdade, porque a partir do momento em que uma pessoa está cativa a um interesse em específico já não pode manter essa liberdade. Eu acho que a nossa função política como arquitetos é tão ou mais importante do que se as outras. Porque na realidade, a nossa base é sempre mais uma questão de ética e política do que propriamente da produção. Qual é a forma que vai sair do edifício? Obviamente é suposto ter qualidade, é suposto defender interesses, mas para nós não é o mais importante. Nós não estamos aqui para defendermos interesses de ninguém, estamos aqui para defender os interesses de todos.

Que principais desafios e limitações tem encontrado nos projetos?

A maior dificuldade são mesmo os recursos humanos e financeiros e uns dependem dos outros. Os humanos, não tem a ver com as pessoas terem mais ou menos interesse, porque reconhecemos que há bastante interesse por aquilo que fazemos, mas porque as pessoas ainda não compreendem que o facto de ser voluntário não implica ser mais ou menos profissional. Não é falta de pessoas interessadas, é falta de que as pessoas entendam que a partir do momento em que se comprometem connosco, têm que fazer um trabalho de voluntário, como estariam a fazer um trabalho pago, com a mesma responsabilidade e com o mesmo grau de tempo. Um dos nossos objetivos a longo prazo, é que o que nós fazemos seja uma saída profissional, e não é por acaso que criámos este curso. Precisamente, para evitar não haver recursos, porque ao não ter os recursos não podes agir.

Os recursos, os mais difíceis de aumentar são os financeiros, porque cada projeto acaba por ter o seu financiamento, ou não, às vezes acabamos por estar a fazer praticamente sem recursos. Uma das razões por que trabalhamos associados a outras organizações é precisamente porque às vezes uma organização tem os recursos, a outra tem os arquitetos, a outra tem os médicos, e é uma forma de conseguirmos eliminar essa questão dos recursos.

E depois também a forma como se gerem os próprios recursos, por exemplo, no curso *Arquitetura e Sociedade* nós como ASF-P, podemos candidatar-nos ao Orçamento Participativo da Junta de Freguesia do Bonfim e permitimos aos estudantes que aquilo que eles desenhassem pudesse ser prototipado (2ª edição do curso). É uma coisa que não acontece normalmente na escola. Portanto, o tal impacto vem com os recursos.

Na terceira edição, concorremos a um projeto da DGArtes, em que permite que os alunos, nesta edição, estejam a construir mobiliário, a fazer obras lá, tudo com recursos próprios. A DGArtes permitiu, em função deste financiamento, termos uma pessoa dos ASF-P, que é paga para estar sempre naquele projeto, coisa que de outra forma é muito complicado. Um dos parceiros deste ano é a Escola da Alegria, que tem um representante da Associação de Pais, que é a pessoa que tem um financiamento por mês para se responsabilizar sobre aqueles projetos. É uma garantia que temos de sempre poder ir buscar os materiais, poder pagar, por exemplo, um *designer*, e, garantir que aquelas coisas que nós fazemos todos de forma voluntária, está atribuída e é paga, para que o projeto no final se possa cumprir.

O que poderia ser melhorado na atuação das ONG que trabalham com arquitetura e urbanismo em Portugal? O que considera imprescindível numa ONG que trabalha com arquitetura?

Parto do princípio de que as ONG estão a defender princípios e a tentar regradar alguma desregra que possa acontecer naquele mundo em que os interesses contam mais do que a Comunidade de forma geral.

Preferia responder ao que é que se deve garantir: transparência absoluta, recursos, ou seja, pessoas que estejam capacitadas para fazer o trabalho que têm que fazer, recursos financeiros e que tenha uma política isenta. Podem acontecer muitas dificuldades, mas isto não pode falhar.

Os recursos humanos devem ser adequados àquilo que estão a fazer, isto é, os arquitetos e os urbanistas tenham uma formação que lhes permita trabalhar em ONG. Por esta razão é que muito da energia que nós investimos em projetos que fizemos ultimamente tem a ver com cursos universitários. Propomos formar pessoas para que possam trabalhar numa ONG de arquitetura, que é algo que não aprendemos na escola. Para que a ação das próprias ONG no âmbito da arquitetura melhore os estudantes também tem de ser preparados para se perceberem que isso existe.

O que nós fazemos como não é *programa—cliente—objeto*, já sai completamente daquilo que é o panorama de ação da arquitetura. Não há nada tão errado quanto isso, porque a arquitetura existe porque convivemos todos no mesmo espaço e os arquitetos o que fazem é pensar espaço ou qualificar, melhorar espaços para a convivência humana e para a habitação.

Os Arquitetos Sem Fronteiras defendem a criação de uma visão também dentro daquilo que é a formação do arquiteto que lhe permita reconhecer o enorme espectro que a arquitetura tem na ação. O conjunto de docentes, a chamada Academia, não valoriza essa forma de pensar e fazer arquitetura.

Portanto, as perguntas sobre impacto e como é que se pode melhorar o desempenho das ONG ou como é que elas podem melhorar o seu trabalho é terem ao seu serviço pessoas que, logo desde o início, percebem o que estão a fazer e que têm um impacto. E eu acho que as escolas de arquitetura estão antípodas.

Não vais mudar o mundo, mas se calhar se os teus colegas tiverem uma visão mais cidadã da arquitetura se calhar aos bocadinhos podes. Os passos podem ser mais democráticos, podem ser menos agressivos, podem ser menos causadores de conflito, podem ser menos especulativos. O arquiteto não vai decidir isto tudo, mas que pode contribuir, pode. Para mim é a minha missão de vida, pelo menos até agora tem sido. É que eu como profissional possa ser uma boa cidadã e não só exclusivamente saber. Nós todos saímos da escola a saber fazer desenhos, resta ver é que impacto tem. Aquilo que tu fazes e como é que tu fazes.